



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CASSIANA SARAIVA QUINTÃO

**EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INVENTÁRIO PORTAGE
OPERACIONALIZADO ADAPTADO PARA CRIANÇAS COM BAIXA VISÃO**

São Carlos, SP
Junho de 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INVENTÁRIO PORTAGE
OPERACIONALIZADO ADAPTADO PARA CRIANÇAS COM BAIXA VISÃO**

Tese apresentada para o exame de defesa de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de doutora em Psicologia. Área de Concentração: Análise Comportamental da Cognição.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello (*In Memoriam*)

São Carlos, SP
Junho de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

Centro de Educa9ao e Ciencias Humanas
Programa de P6s-Gradua9ao em Psicologia

Folha de Aprova ao

Oefesa de Tese de Ooutorado da candidata Cassiana Saraiva Quintao, realizada em 05/06/2024.

Comissao Julgadora:

Profa. Ora. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil (UFSCar)

Profa. Ora. Monalisa Muniz Nascimento (UFSCar)

Profa. Ora. Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues (UNESP)

Profa. Ora. Carolina Rosa Campos (UFTM)

Profa. Ora. Tatiana de Cassia Nakano Primi (PUCCAMP)

0Relat6rio deOefesaassinadospelos membrosda ComissaoJulgadoraencontra-searquivadojunta ao Programade P6s-Graduac;ao em Psicologia.

Dedico este trabalho aos meus queridos pais,
Ivanete dos S. Saraiva Quintão e Carlos Alberto Quintão
e a todos os familiares e profissionais que convivem
e atendem crianças com baixa visão.

Trabalho realizado com o suporte de:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Proex) –
processo nº 88887.486107/2020-00

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), com o apoio de: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – processo 88887.136407/2017-00); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – processo 465686/2014-1) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – processo 2014/50909-8).

Agradecimentos

À Profa. Dra. Maria Stella Coutinho Alcantara Gil, pela primorosa orientação, dedicação, apoio, carinho, paciência e, especialmente, por me transmitir o conhecimento e as condições necessárias e ter me confiado este projeto, possibilitando-me sua realização.

À Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello (*in memoriam*) por compartilhar generosamente seus conhecimentos e por me encorajar em muitos momentos difíceis. Sua imensa contribuição e valiosa coorientação foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Às autoras do Inventário Portage Operacionalizado (IPO), Profa. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello (*in memoriam*), por autorizarem formalmente a adaptação e validação do instrumento para crianças com baixa visão.

Às juízas experts em Desenvolvimento Infantil, Aplicação do IPO, Deficiência Visual (Baixa Visão) e Construção de Instrumentos Psicológicos que participaram do Estudo 1, pela disponibilidade, sugestões e contribuições enriquecedoras para a validação de conteúdo do IPO-BV.

Às profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Educação Especial, Pedagogia e Educação Física, por aceitarem colaborar generosamente na avaliação e aplicação do IPO-BV nos Estudos 2 e 3 desta tese.

À diretoria das instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência visual, pelo caloroso acolhimento desde o contato inicial e por autorizarem a aplicação do IPO-BV pelas profissionais.

Às três crianças com baixa visão e suas famílias, por aceitarem participar do estudo de aplicabilidade do IPO-BV.

À secretaria e coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, pelo apoio constante na adaptação dos materiais e prontidão sempre que solicitei.

À Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Saade) da UFSCar, pelo empenho em disponibilizar condições e materiais acessíveis, essenciais para a minha permanência na pós-graduação e para a conclusão deste trabalho.

A Giulia Gomes da Silva, Michele Carnieto Tozadore, Maria Rafaela Fernandes de Moraes, Thalissa Cazarine da Silva, Josiane Fernanda Covre e Ana Carolina Frazão, por tornarem minha jornada de trabalho mais leve e agradável, oferecendo apoio, parceria, carinho e atenção, em cada seminário do nosso grupo de pesquisa no Laboratório de Interação Social (LIS).

Ao Prof. Dr. Bruno Figueiredo Damásio e toda a equipe da Psicometria Online Academy, por todo conhecimento compartilhado nas aulas e supervisões e pela disponibilidade em esclarecer todas as minhas dúvidas em relação ao procedimento de coleta e análise de dados.

Agradecimentos Especiais

A Deus, pelo dom da minha vida e por me conceder saúde, sabedoria e fôlego, necessários para a realização deste trabalho.

Aos meus amados pais, Carlos Alberto Quintão e Ivanete dos Santos Saraiva Quintão, pelo apoio, compreensão e amor incomensurável e por não medirem esforços para criar condições favoráveis que auxiliaram diretamente o meu desempenho acadêmico, pessoal e profissional ao longo desse período.

Ao meu querido noivo, Carlos Henrique Pereira Aquino, pelo encorajamento, suporte, compreensão, carinho e paciência em todos os momentos em que estive distante fisicamente.

Aos meus irmãos Carlos Douglas Saraiva Quintão e Camila Saraiva Quintão, por todo cuidado, carinho e torcida e por me acompanharem e auxiliarem durante toda a minha trajetória.

A Nathalia de Vasconcelos, Miriana de Araújo Biazim, Alessandra Picharillo, pela amizade, parceria, companheirismo e acolhimento durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos do Ministério Universidades Renovadas de São Carlos, pelo acolhimento, escuta, companheirismo e apoio em todos esses anos de caminhada

Homenagem a Profª Dra. Ana Lúcia Rossio Aiello (*In memoriam*)

Autora: Cassiana Saraiva Quintão

Querida Ana!

Para lhe homenagear,
fiz uma singela poesia,
e tentei descrever um pouco,
do que em você eu via!

Uma professora excelente,
uma mulher discreta e delicada,
uma orientadora exigente,
uma pessoa, meiga e muitas vezes engraçada!

Preferia os bastidores,
não gostava de fotografias,
amava cuidar das suas flores,
e de comprar materiais de papelaria!

Nunca chegava atrasada,
tinha muitas ideias geniais,
anotava tudo detalhadamente,
em nossas reuniões semanais,
sua sala era cheia de livros,
e de velas artesanais!

Tamanha era sua generosidade,
que sempre se doava ao ensinar!
Acolhia a todos que chegavam na cidade,
para trabalhar ou estudar na UFSCar!

Quem conviveu de pertinho,
sabe o quanto você era singular,

e sempre lembrará com carinho,
dos abraços, sorrisos e mimos,
que você gostava de dar!

Você deixou um grande legado,
e uma enorme contribuição,
para a Análise do Comportamento,
Psicologia e Educação!

O IPO é apenas uma parte,
de tudo que você construiu,
para ajudar famílias e crianças,
que talvez, você nunca viu!

A utilização correta do IPO,
sempre vou divulgar,
afinal, aprendi com você,
como se deve aplicar!

Você sempre será referência,
na minha grande missão,
de aproximar a ciência,
cada vez mais da população,
e de ter o IPO adaptado,
para crianças com baixa visão!

Encerro essa humilde poesia,
com uma imensa gratidão,
por ter conhecido um dia,
um pouco do seu gigante coração!
Você sempre terá, minha querida,
toda a minha admiração!

Quintão, C.S. (2024). *Evidências de validade do inventário portage operacionalizado adaptado para crianças com baixa visão* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.

Resumo

A literatura na área de avaliação psicológica destaca que a adaptação e a validação de instrumentos é um processo complexo e rigoroso. Conforme orientações da área, a busca por evidência de validade de conteúdo é um critério muito importante, pois esta contribui tanto para a confiabilidade do instrumento adaptado quanto para a qualidade dos resultados em futuros estudos psicométricos. Dito isso, o objetivo geral desta tese foi investigar as evidências de validade de conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) e examinar a aplicabilidade do Inventário adaptado. O IPO-BV é composto de uma Instrução Geral, Instruções Específicas e 580 itens organizados em seis áreas. A apresentação da investigação das evidências de validade e da aplicabilidade do IPO-BV foi organizada em três diferentes estudos. No Estudo 1, “Validade de Conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão: Análise da Contribuição de Juízas Experts”, a Comissão de Especialistas (CE) aferiu a validade de conteúdo do IPO-BV de acordo com as sugestões de quatro juízas experts em: Baixa Visão; Desenvolvimento Infantil; Construção do Instrumento e Aplicação do IPO. Após o aceite e incorporação das sugestões indicadas pelas juízas experts, apresentou-se uma nova versão IPO-BV. No Estudo 2, “Avaliação pelo Público-Alvo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão”, seis profissionais de diferentes áreas, que possuíam experiência no atendimento de crianças com baixa visão, avaliaram a compreensibilidade das expressões, termos e tarefas dos itens e das instruções do Inventário. A análise foi realizada empregando-se o cálculo do Índice de

Validade de Conteúdo (IVC) para os critérios: clareza; pertinência; e relevância/abrangência. Dos 248 itens avaliados, 233 apresentaram $IVC = 1,00$ e 15 deles obtiveram $IVC = 0,83$, satisfazendo o requisito de pontuação mínima de 0,80 em cada item. Um único item, na área de Cognição, apresentou $IVC = 0,50$ apenas no critério clareza, tendo obtido a pontuação = 0,83 nos critérios de pertinência e relevância/abrangência. Este item foi reformulado, atendendo as observações das profissionais. No Estudo 3, “Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV”, uma fonoaudióloga, uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga que atendiam crianças com baixa visão, em duas cidades de médio porte no interior de Minas Gerais, avaliaram as possíveis facilidades e dificuldades de compreensão das instruções e da aplicação do Inventário. Para isso, elas aplicaram o instrumento em três crianças com baixa visão e preencheram um formulário com o Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV. De modo geral, os resultados foram favoráveis à aplicabilidade. Entretanto, as observações das participantes contribuíram para incluir um alerta sobre a importância de considerar o tempo de preparação da aplicação nas Instruções Geral e Específicas em cada área. Novos estudos devem ser desenvolvidos para incluir a investigação de outros tipos de validade e a aplicação do IPO-BV por profissionais com outras especialidades e leigos treinados, em outras regiões do país, ampliando a amostra de avaliação do instrumento e potencializando futuras análises de suas propriedades psicométricas.

Palavras-chave: avaliação psicológica; evidências de validade; Inventário Portage Operacionalizado; baixa visão; crianças

Quintão, C.S. (2024). *Evidências de validade do inventário portage operacionalizado adaptado para crianças com baixa visão* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.

Abstract

The literature in the area of psychological assessment highlights that the adaptation and validation of instruments is a complex and rigorous process. According to guidelines in the area, the search for evidence of content validity is a very important criterion, as this contributes both to the reliability of the adapted instrument and to the quality of the results in future psychometric studies. That said, the general objective of this thesis was to investigate the evidence of content validity of the Operationalized Portage Inventory Adapted for Children with Low Vision (IPO-BV) and to examine the applicability of the adapted Inventory. The IPO-BV consists of General Instructions, Specific Instructions and 580 items organized into six areas. The presentation of the investigation of the evidence of validity and applicability of the IPO-BV was organized into three different studies. In Study 1, “Content Validity of the Operationalized Portage Inventory Adapted for Children with Low Vision: Analysis of the Contribution of Expert Judges”, the Expert Committee (CE) assessed the content validity of the IPO-BV according to the suggestions of four expert judges in: Low Vision; Child Development; Construction of the Instrument and Application of the IPO. After the acceptance and incorporation of the suggestions indicated by the expert judges, a new version of the IPO-BV was presented. In Study 2, “Assessment by the Target Audience of the Operationalized Portage Inventory Adapted for Children with Low Vision”, six professionals from different areas, who had experience in caring for children with low vision, assessed the comprehensibility of the expressions, terms, tasks, instructions and items of the Inventory. The analysis was performed using the calculation of the Content

Validity Index (CVI) for the criteria: clarity; relevance; and relevance/comprehensiveness. Of the 248 items evaluated, 233 presented CVI = 1.00 and 15 of them obtained CVI = 0.83, meeting the minimum score requirement of 0.80 for each item. A single item, in the Cognition area, presented CVI = 0.50 only in the clarity criterion, having obtained a score = 0.83 in the pertinence and relevance/comprehensiveness criteria. This item was reformulated, taking into account the professionals' observations. In Study 3, "Evaluation of the Applicability of the IPO-BV", a speech therapist, an occupational therapist and a psychologist who treated children with low vision in two medium-sized cities in the interior of Minas Gerais, evaluated the possible facilities and difficulties in understanding the instructions and applying the Inventory. To do so, they applied the instrument to three children with low vision and filled out a form with the IPO-BV Applicability Assessment Protocol. In general, the results were favorable to its applicability. However, the participants' observations contributed to including a warning about the importance of considering the preparation time for the application in the General and Specific Instructions in each area. New studies should be developed to include the investigation of other types of validity and the application of the IPO-BV by professionals with other specialties and trained laypeople, in other regions of the country, expanding the evaluation sample of the instrument and enhancing future analyses of its psychometric properties.

Key-words: psychological assessment; validity evidence; Operationalized Portage Inventory; low vision; children

Lista de Figuras

Figura 1 Exemplo do protocolo com um item para avaliação das juízas experts.....	44
Figura 2 Exemplo do protocolo da CE para análise das contribuições das juízas.....	45
Figura 3 Exemplo de pergunta para a avaliação da Instrução Geral no protocolo enviado para as profissionais	76
Figura 4 Exemplo da organização do Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV para os itens de Socialização.....	101

Lista de Tabelas

Tabela 1 Categorias e critérios adotados pela CE para acatar totalmente, parcialmente e para não acatar as sugestões das juízas experts	48
Tabela 2 Resumo de itens acatados totalmente, parcialmente e não acatados e porcentagem de concordância da CE.....	50
Tabela 3 Frequência de sugestões das juízas experts acatadas totalmente de acordo com a área do IPO	51
Tabela 4 Frequência de sugestões das juízas experts acatadas parcialmente de acordo com a área do IPO	52
Tabela 5 Frequência de sugestões das juízas experts não acatadas de acordo com a área do IPO.....	53
Tabela 6 Caracterização das participantes.....	73
Tabela 7 Resultado do IVC – Instrução Geral e Instruções Específicas para os critérios de clareza, pertinência e relevância/abrangência com a respectiva interpretação	80
Tabela 8 Item da área de Cognição que apresentou IVC inferior a 0,80.....	82
Tabela 9 Caracterização das participantes.....	99
Tabela 10 Caracterização das crianças avaliadas pelo IPO-BV	104
Tabela 11 Notas da escala Likert (1 a 5) e comentários das profissionais sobre a facilidade ou dificuldade de aplicação em cada área.....	108
Tabela 12 Percepção das profissionais sobre a aplicabilidade do IPO-BV após a aplicação do instrumento	111

Lista de siglas

Aera – American Educational Research Association

APA – American Psychological Association

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Comissão de Especialistas

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID-11 – Classificação Internacional de Doenças 11ª edição

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CVC – Coeficiente de Validade de Conteúdo

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IPO – Inventário Portage Operacionalizado

IPO-BV – Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa
Visão

IVC – Índice de Validade de Conteúdo

Lilacs – Latin American and Caribbean Health Science Literature

LIS – Laboratório de Interação Social

NCME – National Council on Measurement in Education

OMS – Organização Mundial de Saúde

PPGpsi – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

RVC – Razão de Validade de Conteúdo

Saade – Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

SciELO – Scientific Electronic Library Online

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Sumário

Apresentação	8
Introdução Geral	11
Algumas Definições, Classificações e Especificidades da Baixa Visão.....	15
O Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão e Algumas Considerações sobre Evidências de Validade e Aplicabilidade	18
Referências.....	23
Estudo 1	35
Validade de Conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão: Análise da Contribuição de Juízas Experts	35
Resumo	35
Introdução	37
Método	42
Participantes	42
Local	43
Materiais e Equipamentos	44
Procedimento	45
Resultados	50
Discussão	54
Referências.....	60
Estudo 2	68
Avaliação pelo Público-Alvo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão.....	68
Resumo	68
Introdução	70
Método	73
Participantes	73
Local	74
Instrumentos, materiais e equipamentos.....	75
Procedimento	77
Resultados	80
Discussão	82

Referências.....	87
Estudo 3.....	94
Avaliação da Aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão.....	94
Resumo	94
Introdução	96
Método	99
Participantes	99
Local	100
Instrumentos, materiais e equipamentos.....	100
Procedimento	104
Resultados	106
Discussão	113
Referências.....	117
Discussão Geral	124
Referências.....	129
Considerações Finais	134
Apêndice A – Carta-Convite Para as Juízas Experts – Estudo 1.....	137
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das Juízas – Estudo 1	139
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido CE – Estudo 1	143
Apêndice D – Carta-Convite Para as Profissionais – Estudo 2	147
Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 2.....	150
Apêndice F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 3.....	154
Apêndice G – Termo de Preservação dos Direitos Autorais – Estudo 3.....	158
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética da UFSCar	161
Anexo 2 – Autorização das Autoras do Inventário Portage Operacionalizado (IPO)...	168

Apresentação

A proposta da adaptação sistemática do Inventário Portage Operacionalizado (IPO) para crianças com baixa visão teve início em 2018, quando ingressei no curso de Mestrado em Educação Especial, na UFSCar. A Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil apresentou-me o instrumento e mostrou algumas adaptações assistemáticas do Inventário que foram produzidas por pesquisadoras do Laboratório de Interação Social (LIS). No mesmo período, uma das pesquisadoras do LIS estava empregando uma versão adaptada do IPO, mas sem atender às exigências para produzir um instrumento validado para a população de crianças cegas e com baixa visão. Foi em uma conversa com a Profa. Stella e a Profa. Ana Aiello, que discutiam a necessidade de ter uma adaptação rigorosa para as crianças com deficiência visual, que surgiu a ideia de transformar o meu projeto do mestrado em uma proposta de adaptação do IPO para crianças com baixa visão.

As conversas sobre o inventário aconteciam em paralelo aos meus relatos sobre a estimulação que meus pais me propiciaram e sobre os brinquedos que construíram, as brincadeiras que criavam e o permanente acompanhamento em consultas e tratamentos para que eu tivesse suporte do atendimento especializado em baixa visão. A par das conversas, havia o meu interesse pela estimulação de crianças com baixa visão e o fato de eu verificar a carência de instrumentos de avaliação do desenvolvimento no Brasil, sobretudo aqueles capazes de atender as especificidades da baixa visão. Havia igualmente a escassez de pesquisas voltadas para construção, adaptação e validação de instrumentos para populações minorizadas no país, principalmente crianças com deficiência visual.

A partir da minha decisão de trabalhar pela adaptação do IPO para crianças com baixa visão e baseando-me na literatura científica a respeito da construção, adaptação e

validação de instrumentos psicológicos, Ana, Stella e eu começamos a estruturação dos procedimentos e de todo o processo de adaptação e validação do IPO para crianças com baixa visão. Para colaborar conosco nesse longo estudo, a Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello (*in memoriam*), uma das autoras da adaptação e validação do IPO para a população brasileira, aceitou gentilmente ser coorientadora do trabalho e contribuiu diretamente desde o início do processo de adaptação e validação do Inventário.

Durante o mestrado foi desenvolvida uma proposta de adaptação do Inventário por uma Comissão de Especialistas e de parte da avaliação da proposta de adaptação do IPO-BV por juízas experts. Durante o doutorado, nesta tese, o processo de validação do IPO-BV foi empreendido e acompanhado do exame da aplicabilidade do instrumento.

Saliento que o planejamento e a execução de todas as etapas de adaptação e validação, incluindo a elaboração desta tese, foram impulsionados pela minha luta incansável, como pessoa com baixa visão congênita, pelos direitos à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual. O interesse em desenvolver este trabalho esteve relacionado igualmente a duas outras condições. Uma delas é o reconhecimento da escassez de pesquisas sobre a construção, adaptação e validação de instrumentos destinados à avaliação de crianças com deficiência. A outra reside na inquietude em contribuir diretamente para o avanço científico da área de Avaliação Psicológica, sobretudo em relação à adaptação e validação de instrumentos para crianças brasileiras com deficiência visual.

Reforço que os investimentos pessoal e institucional do Laboratório de Interação Social (LIS), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) e da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Saade) da UFSCar, para aquisição de materiais e recursos adaptados, auxiliaram diretamente na criação de condições acessíveis, fundamentais para a minha permanência e cumprimento de todos os

requisitos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação e pela universidade até a conclusão desta tese.

Introdução Geral

Parte importante do avanço da área de Avaliação Psicológica no Brasil está no reconhecimento do seu compromisso com a sociedade e na ênfase da defesa dos direitos humanos e da justiça social. As discussões sobre o compromisso social da área vêm ganhando força nos últimos anos. Muniz et al. (2021) destacam a relevância social da Avaliação Psicológica, pois ela possibilita promover a qualidade de vida das pessoas, assim como o cuidado com os indivíduos e a sociedade.

O reconhecimento do compromisso da área de Avaliação Psicológica com o coletivo vem fomentando diálogos, reflexões e ações direcionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência e demais populações minorizadas nos processos avaliativos (Campos & Oliveira, 2019; Barros, 2019). O movimento na direção de uma Avaliação Psicológica inclusiva tem mobilizado diversos pesquisadores e profissionais, tanto para a luta em favor dos direitos humanos das pessoas com deficiência quanto para buscar maior cientificidade nos processos avaliativos destinados a essa população (Vieira, 2018; Barros, 2019; Vaz & Melo, 2022). Uma das implicações é a proposição de pesquisas que priorizem a construção ou adaptação de materiais e instrumentos psicológicos visando as necessidades desse público (Nascimento & Flores-Mendoza, 2007; Oliveira & Nunes, 2014, 2015, 2019; Campos & Nakano, 2016, 2018; Quintão et al., 2021; Campos, 2022), fortalecendo uma perspectiva de avaliação psicológica inclusiva para os próximos anos (Lins et al., 2017; Zanini et al., 2022).

Na direção de fortalecer a inclusão de populações minorizadas, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) foi ao encontro da produção científica brasileira com a divulgação da Nota Técnica intitulada: “Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiências”. O objetivo da nota foi auxiliar e orientar a produção de trabalhos na área de adaptação e validação de instrumentos psicológicos

para pessoas com deficiência no Brasil. Destacou, ainda, a importância de que a construção, adaptação ou validação de um instrumento atenda às necessidades impostas pela deficiência e suas especificidades, de modo que não sejam independentes e descontextualizados do seu uso posterior com a população alvo (CFP, 2019). Essa abordagem consta ainda das Diretrizes Internacionais da *International Test Commission* para Tradução e Adaptação de Testes, publicadas em 2017, que destacam a necessidade do compromisso com os princípios da equidade e justiça social ao produzir instrumentos destinados a avaliar pessoas com deficiência e demais populações específicas.

A iniciativa de investigar as evidências de validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) aconteceu no bojo das considerações sobre a importância de oferecer instrumentos adequados a uma população específica, neste caso, as crianças com baixa visão. Inicialmente, a busca de evidências de validade apresentou-se como um desdobramento necessário depois da adaptação do instrumento, descrita no trabalho de Quintão et al. (2023). Além desta, outra razão para investigar as evidências de validade do IPO-BV é a escassez de instrumentos adaptados e validados no Brasil que são destinados a avaliar o desenvolvimento das crianças com deficiência visual.

A falta de instrumentos com essa finalidade para a população de crianças com diversas deficiências, incluindo a visual, foi constatada em duas diferentes revisões de literatura, realizadas por Vieira (2018) e Vaz e Melo (2022), e em uma revisão de escopo realizada neste trabalho.

Vieira (2018) fez o levantamento da produção da literatura científica sobre avaliação psicológica de pessoas com deficiência no Brasil e ressaltou que os autores dos 14 artigos recuperados se preocupavam com a cientificidade na produção dos

testes/instrumentos psicológicos de avaliação e com as questões éticas e de direitos humanos. Vaz e Melo (2022) buscaram na literatura as possibilidades e a oferta de mecanismos para a avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual no Brasil. Nesse trabalho, apenas 10 dos 173 artigos encontrados utilizaram instrumentos para avaliar pessoas com deficiência visual, sendo cinco voltados para crianças. As avaliações empregaram adaptações que privilegiaram a alteração de aspectos sensoriais dos instrumentos. Por exemplo, elementos visuais foram transpostos para auditivos e/ou táteis.

Com os objetivos de identificar eventuais lacunas e de mapear as pesquisas que apresentassem instrumentos adaptados ou construídos para avaliar o desempenho ou aspectos do desempenho de crianças com deficiência visual, na presente pesquisa foi realizada uma revisão de escopo. Quatro bases de dados foram consultadas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed, *Latin American and Caribbean Health Science Literature* (Lilacs) e Portal de Periódicos da Capes. Para a recuperação dos artigos foram empregados os descritores “instrumentos”, “testes”, “avaliação”, “crianças”, “deficiência visual”, “baixa visão”, “cegueira” e seus correspondentes em inglês. As buscas foram realizadas de outubro a dezembro de 2021 e recuperaram 210 artigos publicados, no Brasil e no exterior, entre os anos de 1956 e 2020.

Os critérios de inclusão foram: artigos de livre acesso publicados em revistas científicas com avaliação por pares até dezembro de 2021 e trabalhos que continham em seu título e/ou resumo as palavras-chave: Instrumentos; testes; avaliação; crianças; deficiência visual e seus correspondentes em inglês. Dos 238 artigos encontrados, 11 foram selecionados para análise (6 internacionais e 5 nacionais). Todos relatavam a adaptação, construção ou a utilização de pelo menos um instrumento para avaliar crianças com deficiência visual, com idades entre 4 e 12 anos. Nos artigos

internacionais, com exceção de um deles que empregou dois instrumentos, os demais adotaram um único instrumento que avaliava: inteligência; discriminação tátil; eficiência visual; desenvolvimento de percepção visual; aptidão de leitura; funcionamento da criança na área de percepção visual nas atividades escolares. Em cada uma das cinco publicações nacionais, foi descrito um instrumento que foi empregado com crianças entre 3 e 16 anos de idade. Os estudos consideraram etapas do processo de construção, adaptação ou validação de instrumentos para a avaliação educacional de alunos com baixa visão e múltipla deficiência, a avaliação da inteligência em crianças com cegueira e/ou baixa visão, a mensuração de estresse em crianças cegas congênitas e a avaliação do desenvolvimento motor de crianças com baixa visão.

Os levantamentos da literatura realizados por Vieira (2018), Vaz e Melo (2022) e na revisão de escopo indicaram a existência de instrumentos nacionais, destinados às crianças com deficiência visual, que avaliam diversas áreas e diferentes faixas etárias, pautados por constructos diversos. Entretanto, não se encontrou dentre eles um instrumento validado que atendesse às demandas de avaliação do desenvolvimento de crianças muito jovens com deficiência visual.

A busca de evidências de validade do IPO-BV resultou, em síntese, de um conjunto de constatações: a carência de instrumentos validados para avaliar o desenvolvimento de crianças com deficiência visual; o número significativo de pessoas com deficiência visual no Brasil; e a existência de adaptações assistemáticas do IPO original, visando caracterizar participantes com baixa visão e cegueira em pesquisas sobre desenvolvimento infantil, realizadas por França-Freitas e Gil (2012, 2019), Canosa (2013) e Godoy (2019). Investigar as evidências de validade de conteúdo do IPO-BV (Quintão et al., 2023) pareceu ser uma alternativa promissora para oferecer um instrumento brasileiro que avançasse para além da adaptação e que se prestasse a avaliar

o desenvolvimento dessa população. Além disso, considerou-se a importância de verificar a aplicabilidade do Inventário, visando aprimorar a compreensão do instrumento pelas pessoas que potencialmente o utilizarão (Khouri & Silva, 2019; Morgado et al., 2017; Almeida & Freire, 2021; Selau et al., 2020).

Algumas Definições, Classificações e Especificidades da Baixa Visão

A literatura sobre deficiência visual mostra que, ao longo dos anos, foram utilizadas várias definições e descrições para se referir a pessoas com baixa visão. A expressão baixa visão, em inglês “*low vision*”, foi especificada após extensas discussões em um trabalho conjunto entre a *American Academy of Ophthalmology* e o Conselho Internacional de Oftalmologia e passou a ser utilizada em muitos países (Haddad et al., 2011). Com o avanço do conhecimento sobre deficiência visual e a compreensão do funcionamento de todo o sistema visual, várias definições para o termo “baixa visão” surgiram.

No início da década de 1990, a baixa visão foi conceituada pelo *International Council for Education of People with Visual Impairment* (1992) como alteração da capacidade da visão funcional, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados (baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alteração da sensibilidade aos contrastes, adaptação visual e função viso-motora e perceptiva). A funcionalidade da visão também orientou a caracterização da baixa visão (Haddad, 2006) como uma perda visual severa o suficiente para interferir na realização de tarefas ou atividades diárias e que não pode ser corrigida com ajuda de auxílios ópticos, como óculos ou lentes de contato. Entretanto, Corn e Erin (2010) enfatizaram que poderia haver algum resquício visual associado à dificuldade para realizar tarefas visuais, mesmo com lentes corretivas prescritas.

Em 2021, a Organização Mundial de Saúde (OMS), no Relatório Mundial sobre a Visão, definiu a deficiência visual como sendo derivada de uma alteração ou doença ocular que afeta uma ou mais funções visuais em todo o sistema visual. Desse modo, mesmo que a pessoa faça o uso de óculos ou lentes de contato compensatórios, a deficiência ainda está presente. O documento também informa que a divisão entre baixa visão e cegueira é feita a partir da acuidade visual, sendo esta uma “medida simples e não invasiva da capacidade do sistema visual de discriminar dois pontos de alto contraste no espaço” (Organização Mundial de Saúde, 2021, p. 11).

Em uma perspectiva clínica, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (11a ed., CID-11), da Organização Mundial de Saúde (2019), as funções visuais de uma pessoa também são frequentemente avaliadas e recaem em uma investigação direta da: acuidade visual; do campo visual; da sensibilidade ao contraste; do comportamento de sensibilidade à luz; e da visão de cores. Uma pessoa com baixa visão, portanto, é aquela que tem acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 10° ou, ainda, a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

É importante destacar que as definições do termo “baixa visão” apresentadas pelo International Council for Education of People with Visual Impairment (1992), por Corn e Erin (2010) e pela Organização Mundial de Saúde (2021) são convergentes, pois descrevem, cada uma a seu modo, que na baixa visão há perdas ou alterações visuais que comprometem uma ou mais funções visuais, como acuidade visual, campo visual, percepção de luz e sensibilidade aos contrastes. Corn e Erin (2010) parecem ter apresentado a definição mais ajustada à concepção funcional da deficiência, que permite enfatizar a importância do fortalecimento de estratégias compensatórias e das alterações

no ambiente para melhoria da funcionalidade da visão. Assim, a adaptação do IPO-BV foi toda pautada por modificações que encorajassem as crianças a um uso funcional da visão de que dispõem (Quintão et al., 2023).

Seguindo nessa direção, pareceu importante conhecer algumas especificidades do público que o IPO-BV se propõe a avaliar. Assim, foram elencadas peculiaridades das crianças com baixa visão, bem como as principais funções visuais e os possíveis prejuízos leves, moderados ou severos em uma ou todas as funções.

Uma característica de crianças com baixa visão é a ausência de homogeneidade do acesso visual, mesmo em crianças com perdas visuais similares, decorrentes da mesma anomalia ocular ou cortical e com idêntica acuidade visual. Isso porque, em se tratando das capacidades visuais de crianças com baixa visão, a mesma patologia pode resultar em diferentes graus de severidade de várias regiões dos olhos ou comprometer apenas a região cortical alterando o modo como o olho ou sistema visual funcionam. Geralmente, as funções visuais afetadas são: campo visual; percepção de luz; acuidade visual; e sensibilidade ao contraste (Martín & Ramírez, 2003; Colenbrander, 2005; Macedo et al., 2008; Rossi, 2010; Ottaiano et al., 2019; Organização Mundial de Saúde, 2021; Sousa, 2022).

Outra particularidade diz respeito ao grau de comprometimento, de qual ou quais funções visuais, pois as crianças com baixa visão poderão ter prejuízos leves, moderados ou severos em uma ou todas as funções visuais. Isso significa que cada criança poderá apresentar um comportamento visual diferente com relação a, por exemplo: preferências por enxergar em determinada área do campo visual; preferências por ambientes ou objetos muito ou pouco iluminados; percepção de traços desproporcionais no espaço; representações tridimensionais; formas compostas; profundidade; movimentos; objetos e materiais situados em locais distantes, com baixo

contraste sobre fundos semelhantes e, detalhes distintos nas formas e dentro das figuras (Martín & Ramírez, 2003; Rossi, 2010; Barbosa et al., 2018; Sousa, 2022).

A diversidade de possibilidades de acesso visual das crianças indica que cada uma tem uma especificidade em relação ao comportamento visual e à visão funcional. Em vista das diferentes possibilidades de cada criança, as pessoas que trabalham ou desejam trabalhar com a avaliação ou intervenção para essa população necessitam conhecer essas diferenças e só, posteriormente, devem tomar decisões a respeito de como e quais materiais serão empregados, como o ambiente será organizado e qual roupa irão vestir durante os atendimentos.

O Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão e Algumas Considerações sobre Evidências de Validade e Aplicabilidade

O Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) é uma adaptação do instrumento brasileiro chamado Inventário Portage Operacionalizado (IPO). A origem do IPO é o Guia Portage de Educação Pré-Escolar (Portage Guide to Early Education), construído por Bluma, Shearer, Frohman e Hilliard, em 1976.

Ao realizarem a adaptação transcultural do Guia para o Brasil, as pesquisadoras Williams e Aiello publicaram duas edições da versão brasileira do instrumento. A primeira, de 2001, intitulava-se “Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com Famílias”, e a segunda, de 2018, intitulava-se “Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do Desenvolvimento de Crianças de 0 a 6 anos (IPO)”. Nas duas edições, Williams e Aiello (2001, 2018) oferecem as instruções gerais e específicas para a aplicação dos 580 itens, cobrindo a faixa etária de 0 a 6 anos de idade, com os respectivos protocolos de aplicação, registro e avaliação do desempenho das crianças. Os itens que compõem o Inventário foram estruturados em cinco áreas do

desenvolvimento (Socialização, 83; Cognição, 108; Linguagem, 99; Autocuidados, 105; Desenvolvimento Motor, 140), mais uma área específica de Estimulação Infantil para os bebês 0 a 4 meses, que conta com 45 itens. É importante enfatizar que, em qualquer das edições (2001 ou 2018), o Inventário propriamente dito não teve modificações. A diferença entre a edição de 2001 e a de 2018 diz respeito às informações sobre os 17 anos de emprego do Inventário por diferentes profissionais e leigos e à inclusão de procedimentos de análise e apresentação dos resultados da avaliação.

Destaca-se que no IPO, como o título do instrumento informa, as autoras Williams e Aiello (2001, 2018) propuseram a operacionalização de cada um dos 580 itens. Um item é composto de: um título, que pode ou não descrever uma resposta da criança; as condições antecedentes à resposta da criança, seja de material necessário, sejam as instruções ou organização do ambiente pela pessoa que aplica; a descrição da resposta; e os critérios para identificação de respostas esperadas. Neste trabalho, deu-se o nome de “componente” a cada uma das especificações de um item: material, condição, resposta e critério.

No instrumento adaptado para crianças com baixa visão, buscou-se preservar ao máximo as características específicas do IPO original. O cuidado de manter as características do instrumento original, ao adaptá-lo para uma população específica, atendeu a uma recomendação da literatura na área de construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Bandeira, 2019). A decisão de preservá-las considerou um dos tipos de adaptação apresentados pelos *Standards for Educational and Psychological Testing*, da *American Educational Research Association* (Aera), *American Psychological Association* (APA) e *National Council on Measurement in Education* (NCME) (2014). As considerações de Oliveira e Nunes (2015, 2019) sustentaram igualmente essa escolha, pois sublinharam que, tanto

na construção como na adaptação e validação, se devem levar em conta todas as alterações para auxiliar a acessibilidade do instrumento, ultrapassando as barreiras impostas pela deficiência.

A apresentação dos Standards e as recomendações de Oliveira e Nunes (2015, 2019) robusteceram a decisão de elaborar uma Instrução Geral para Aplicadores. Nesta, a pessoa que aplica encontrará informações a respeito da baixa visão, o conceito de visão funcional, as principais funções visuais a serem consideradas ao avaliar essa população, orientações para identificar as características visuais da criança, orientações para identificar e registrar o comportamento visual da criança, a distância em que a criança melhor localiza e fixa objetos, instruções de como organizar o ambiente e, por fim, o cuidado na escolha da vestimenta do aplicador e dos objetos, antes de iniciar a aplicação. Complementarmente, acrescentou-se um passo a passo às Instruções Específicas do IPO-BV que visa contribuir para a pessoa que aplica identificar, em cada criança, o campo visual de preferência, a melhor forma de iluminação, tipo de alto contraste e distância necessária para apresentação dos objetos.

Em relação aos 580 itens do Inventário, na adaptação realizada (IPO-BV) há 248 itens adaptados que requerem respostas visuais das crianças, após a apresentação de brinquedos, objetos ou modelos. Optou-se por manter os outros 332 itens idênticos ao instrumento original (Quintão et al., 2023).

A base das escolhas de adaptar o IPO e empreender a busca de evidências de validade e o exame da aplicabilidade IPO-BV para as crianças com baixa visão pode ser resumida como se segue. As decisões de pesquisa e os procedimentos estiveram alinhados ao compromisso da área de Avaliação Psicológica com a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência nos processos avaliativos. A opção por oferecer um instrumento de avaliação global do desenvolvimento infantil levou em

conta a relevância de adotar e pautar-se por uma definição da deficiência que ressaltasse o uso de estratégias compensatórias pelas crianças com baixa visão e que estivesse refletida nas características do instrumento que prevê a heterogeneidade acentuada de acesso visual na baixa visão. Desse modo, a adaptação do IPO-BV foi pautada por modificações que encorajassem as crianças a um uso funcional da visão e, para isso, ofereceu instruções aos aplicadores visando propiciar que identifiquem a melhor organização ambiental para a avaliação pretendida (ver Quintão et al., 2023).

Ora, o envolvimento das pessoas que aplicarão o IPO-BV na organização de um ambiente favorável à avaliação do repertório das crianças com baixa visão é crucial para que os resultados da avaliação informem, com rigor, o repertório existente e esperado, tal como ocorre com o IPO (Williams & Aiello, 2018; Quintão et al., 2023). Espera-se, portanto, que as decisões das pessoas que empregarem o IPO-BV sejam orientadas tanto pela Instrução geral, criada especialmente para essa finalidade, quanto pela adaptação das Instruções Específicas e dos itens.

Maximizar o atendimento às instruções e à aplicação dos itens do IPO-BV parece, por si só, justificar a aferição do instrumento por especialistas nos aspectos principais do instrumento: deficiência visual, aplicação do instrumento, desenvolvimento infantil e avaliação psicológica. Contudo, um passo adicional pareceu necessário, tendo em vista a literatura sobre adaptação e validação de instrumentos rigorosos e consoantes com a finalidade a que se destinam. Tratou-se de averiguar a compreensibilidade das expressões, termos e tarefas das instruções e dos itens do Inventário, por profissionais de diferentes áreas, e, também, examinar a aplicabilidade do Inventário adaptado por profissionais experientes no trabalho com crianças com baixa visão.

Validar um instrumento para populações minorizadas, como aquelas de crianças com deficiência visual, pede o mesmo rigor metodológico exigido pela literatura (Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Campos, 2022). Esse rigor implica estabelecer procedimentos sistemáticos para buscar evidências de validade do instrumento e estudar a confiabilidade para a população a que se destina (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al. 2012; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019). Souza et al. (2017) afirmam que a validade se refere à propriedade de um instrumento medir exatamente o que se propõe. Logo, não é uma característica própria do instrumento, mas deve ser determinada com relação a uma questão particular, uma vez que se refere a uma população definida.

A validade de conteúdo, dentre as possibilidades de exame de validade, faz parte dos principais critérios empregados para validação de um instrumento (Souza et al., 2017). Esse tipo de validade refere-se ao grau com o qual o conteúdo de um instrumento reflete adequadamente o construto que está sendo medido, ou seja, faz a avaliação do quanto uma amostra de itens é representativa de um conjunto definido de itens ou domínio de um conteúdo (Alexandre & Coluci, 2011; Polit, 2015; Souza et al., 2017).

Nesta tese, dois estudos investigaram a validade de conteúdo do IPO-BV. No primeiro estudo, buscou-se aferir a validade de conteúdo do IPO-BV, de acordo com as avaliações/sugestões de quatro juízas experts em: Baixa Visão; Desenvolvimento Infantil; Construção do Instrumento e Aplicação do IPO. No segundo estudo, buscou-se avaliar a compreensibilidade das expressões, termos, tarefas, instruções e itens do Inventário, por profissionais que são parte do público-alvo do instrumento, isto é, pessoas que poderão adotá-lo para planejar intervenções em diferentes ambientes, como a clínica, as escolas ou outros ambientes educacionais.

Como se trata de um instrumento para uma população de crianças com deficiência visual, foi acrescentado mais um aspecto na investigação da validade de

conteúdo. Desse modo, além de verificar se, após as adaptações, os itens ainda refletem adequadamente o construto, conforme descrito por Alexandre e Coluci (2011), Polit (2015) e Souza et al. (2017), foi necessário verificar se o conteúdo desses itens adaptados e das Instrução Gerall e Específicas atenderia as especificações das crianças com baixa visão, sem perder o objetivo original do Inventário (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019).

Adicionalmente aos dois estudos de validade de conteúdo, foi realizado um terceiro estudo, visando avaliar a aplicabilidade do IPO-BV por profissionais de três áreas em um estudo piloto. Essa investigação cumpriu orientações da literatura que destacam a relevância da realização de estudos-pilotos envolvendo a aplicação do instrumento até que ele esteja apto para ser utilizado pelos profissionais ou leigos treinados com a população a quem ele se destina (Gudmundsson, 2009; Morgado et al., 2017; Khouri & Silva, 2019; Selau, et al., 2020; Almeida & Freire, 2021).

Referências

- Aiello, A. L. R., & Williams, L. C. A. (2021). Inventário Portage Operacionalizado (IPO): Revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 37(37545), 1–10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37545>
- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(7), 3061–3068. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- Almeida, C. M. de, & Freire, S. (2021). Adaptação cultural de um instrumento para avaliar as emoções do professor (TEQ): Adaptação cultural – TEQ. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(1), 284–302. <https://doi.org/10.21814/rpe.20687>

- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Psychological Association.
- Bandeira, D. R. (2019). Adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 69–74). Vozes.
- Barbosa, I. M. R., Gagliardo, H. G. R. G., Bruno, M. M. G., & Gasparetto, M. E. R. F. (2018). Avaliação da visão funcional em crianças com deficiência visual e múltipla deficiência como estratégia de apoio para professores e responsáveis. *Revista Educação Especial*, 31(61), 387–404.
<https://doi.org/10.5902/1984686X25005>
- Barros, L. de O. (2019). Avaliação psicológica de pessoas com deficiência: Reflexões para práticas inclusivas. In Conselho Federal de Psicologia. *Prêmio Profissional: Avaliação Psicológica Direcionada a Pessoas com Deficiência* (pp. 34-48). Conselho Federal de Psicologia. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/LivroDigital-VersaoFinal.pdf>
- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of crosscultural adaptation of self-report measures. *Spine*, 25(24), 3186–3191. <http://doi.org/10.1097/00007632-200012150-00014>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paideia*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Bluma, S., Shearer, M., Frohman, A., & Hilliard, J. (1976). *Portage guide to early educational*. Cooperative Educational Service Agency 12.

- Bluma, S., Shearer, M., Frohman, A., & Hilliard, J. (1978). *Guia Portage de educación preescolar: Manual de entrenamiento*. Cooperative Educational Service Agency
- 12.
- Brandão, A. O., Vasconcelos, G. C., Tibúrcio, D. J., Rossi, L. D. F. R., & Andrade, G. M. Q. (2019). Avaliação da funcionalidade em crianças de 4-6 anos apresentando toxoplasmose congênita e retinocoroidite. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(1), 45–53. <https://doi.org/10.4322/25268910.ctoAO1250>
- Campos, C. R. (2022). Deficiência visual: Possibilidades e desafios em Avaliação Psicológica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1), Artigo e17330. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202215e17330>
- Campos, C. R., & Oliveira, C. M. (2019). Desenvolvimento de instrumentos psicológicos para população com deficiência. In C. R. Campos, & T. C. Nakano (Orgs.), *Avaliação psicológica direcionada a populações específicas: Técnicas, métodos e estratégias* (Vol. 2, pp. 9–29). Vetor.
- Campos, C. R., & Nakano, T. C. (2016). Escala de avaliação de inteligência para crianças deficientes visuais – versão professor: estudo de validade de conteúdo. *Ciências e Cognição*, 21(2), 155–171. <http://www.cienciasecognição.org.br/revista>
- Campos, C. R., & Nakano, T. C. (2018). Escala de Inteligencia de niños con discapacidad visual – versión profesional: rendimiento por tipo y grado de discapacidad. *REXE: Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, 17, 15–29. <https://doi.org/10.21703/rexe.20181733ccampos3>

- Campos, C. R., & Nakano, T. C. (2014). Avaliação da inteligência de crianças com deficiência visual: Proposta de Instrumento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 406–419. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272013>
- Canosa, A. C. (2013). *Formação de classes de estímulos equivalentes auditivos e táteis por crianças com deficiência visual* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3138/5227.pdf>
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A. A., Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 506–520). Artmed.
- Cobo, A. D., Rodriguez, M. G., & Bueno, S. T. (2003). Aprendizagem e deficiência visual. In M. B. Martín & S. T. Bueno, *Deficiência visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 129–153). Santos.
- Colenbrander, A. (2005). Visual functions and functional vision. *International Congress Series*, 1282(3), 482–486.
- Coluci, M. Z. O., Alexandre, N. M. C., & Milani, D. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925–936. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Nota técnica: Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiências*. Site do CFP. http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/02/Nota_Tecnica_Construcao_adaptacao_validacao_instrumentos_pessoas_deficiencia.pdf
- Corn, A. L., & Erin, J. N. (2010). *Foundations of low vision clinical and functional perspectives* (2a ed.). American Foundation for the Blind.

- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2017). *Manual de Desenvolvimento de Instrumentos Psicológicos*. Vetor.
- Diniz Filho, A., & Schimiti, R. B. (2022). *Avaliação do Campo Visual no Glaucoma*. Sociedade Brasileira de Glaucoma. https://www.sbglaucoma.org.br/medico/wp-content/uploads/2023/12/03-Direriz_Avaliação_do_Campo_Visual.pdf
- França-Freitas, M. L. P. F., & Gil, M. S. C. A. (2012). O desenvolvimento de crianças cegas e de crianças videntes. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(3), 507–526. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300010>
- França-Freitas, M. L. P. F., & Gil, M. S. C. A. (2019). Um procedimento de inclusão escolar de uma criança cega. *Práxis educativa*, 15, 1–22. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.13167.015>
- Filgueiras, A., Mendonça, I., Fontenele, B., Monnerat Fioravanti-Bastos, A. C., Poyares, M., Tolla de Oliveira, C. E., Saboya, E., & Machado Marques, C. V. (2013). Características psicométricas da Escala de Stress Infantil (ESI) para avaliação do stress em crianças cegas. *Psicologia Argumento*, 31(75), 607–614. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.31.075.DS03>
- Godoy, M. A. B. (2019). *Análise funcional da atenção compartilhada adulto-criança pequena com deficiência visual* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12226>
- Gudmundsson, E. (2009). Guidelines for translating and adapting psychological instruments. *Nordic Psychology*, 61(2), 29–45. <https://doi.org/10.1027/1901-2276.61.2.29>
- Haddad, M. (2006). *Habilitação e reabilitação de escolares com baixa visão: aspectos médico-sociais* [Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da Universidade de

São Paulo]. Repositório Institucional da USP.

<https://doi.org/10.11606/T.5.2006.tde-23112006-133322>

Haddad, M. A. O., Siaulys, M. O. de C., & Sampaio, M. W. (2011). Conceitos e epidemiologia da deficiência visual. In M. A. O. Haddad, M.O. de C. Siaulys, & M. W. Sampaio, *Baixa visão na infância: guia prático de atenção oftalmológica*. Laramara.

Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini. *Psicometria. Coleção Avaliação Psicológica* (pp. 12–21). Artmed.

International Council for Education of People with Visual Impairment. (1992).

<https://uia.org/s/or/en/1100061198>

International Test Commission. (2017). *The ITC Guidelines for Translating and Adapting Tests* (2a ed.). Translation authorized by Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP)

https://www.ibapnet.org.br/docs/Brazilian_translation_ITC_guidelines_for_translating_and_adapting_tests.pdf

Khoury, N. D., & Silva, J. C. (2019). Revisão narrativa: metodologias de adaptação e validação de instrumentos psicológicos. *Revista Eixo*, 8(2), 220–229.

<https://revistaixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/588>

Lins, M. R. C., Tróccoli, B. T., & Pasquali, L. (2017). Avaliação cognitiva de pessoas com deficiência visual. In M. R. C. Lins, & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos*. Vozes.

Macedo, B. G., Pereira, L. S., Gomes, P. F., Silva, J. P., & Castro, A. N. (2008).

Impacto das alterações visuais nas quedas, desempenho funcional, controle postural e no equilíbrio dos idosos: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira*

de Geriatria e Gerontologia, 11(3), 419–432. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2008.110310>

- Marques, L. C., & Mendes, E. G. (2014). *O aluno com deficiência visual cortical*. EdUFSCar.
- Martín, M. B., & Ramírez, F. R. (2003). Visão normal. In M. B. Martín, & S. T. Bueno. *Deficiência visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 27–44). Santos.
- Masini, E. F. S. (1995). Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, 76(184), 615–634. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i184.1104>
- Mendes, E. G. (1997). *O serviço de educação infantil da APAE de São Carlos* [Apresentação de Painel]. I Encontro de Extensão da UFSCar “O papel e a atuação da UFSCar na sociedade”, São Carlos, SP.
- Morgado, F., Meireles, J., Neves, C., Amaral, A., & Ferreira, M. (2017). Scale development: Ten main limitations and recommendations to improve future research practices. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30(1), 1–20. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0057-1>
- Muniz, M., Oliveira, K. L., & Rueda, F. J. M. (2021). Ética e justiça em Avaliação Psicológica: formação e prática. In K. L. Oliveira, M. Muniz, T. H. Lima, D. Zanini, & A. A. A. Santos. (Orgs.), *Formação e estratégias de ensino em Avaliação Psicológica* (pp. 21–36). Vozes.
- Nascimento, E., & Flores-Mendoza, C. E. (2007). WISC-III e WAIS-III Na avaliação da inteligência de cegos. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 627–633. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300020>

Organização Mundial de Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa.

http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf

Organização Mundial de Saúde. (2019). *International Classification of Diseases- ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics* (11a ed.).

<https://icd.who.int/browse/2024-01/mms/en>

Organização Mundial de Saúde. (2021). *Relatório Mundial sobre a deficiência* (Light for the World, Trad.). Light for the World.

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/328717/9789241516570-por.pdf>

Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2014). Diretrizes norteadoras para a construção e adaptação de instrumentos psicológicos sob a perspectiva do Desenho Universal. In C. R. Campos, & T. C. Nakano. (2014). *Avaliação Psicológica direcionada a populações específicas: Técnicas, métodos e estratégias* (pp. 27–54). Vetor.

Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 886–899.

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt>

Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2019). Testagem universal: avaliação psicológica a pessoas com deficiência. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 75–88). Vozes.

Ottaiano, J. A. A., Ávila, M. P., & Umbelino, A. C. T. (2019). *As condições de saúde ocular no Brasil*. Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

[https://cbo.net.br/2020/admin/docs_upload/025613Publicacao_condicoes_saude_ocular_brasil_2019_cbo_atualizacao_2020_bq%20\(1\).pdf](https://cbo.net.br/2020/admin/docs_upload/025613Publicacao_condicoes_saude_ocular_brasil_2019_cbo_atualizacao_2020_bq%20(1).pdf)

Pacico, J. C. (2015). Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica.

In C. Hutz, D. Bandeira, & C. Trentini (Orgs.), *Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica* (pp. 54–65). Artmed.

Pinero, D. M. C., Quero, F. O., & Díaz, F. R. (2003). Estimulação visual: Aprender a

ver. In M. B. Martín & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 129–153). Santos.

Polit, D. F. (2015). Assessing measurement in health: Beyond reliability and

validity. *International journal of nursing studies*, 52(11), 1746–1753.

<https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2015.07.002>

Quintão, C. S., Aiello, A. L., & Gil, M. S. C. de A. (2021). Avaliação do

desenvolvimento de crianças com baixa visão: Adaptação preliminar do

Inventário Portage Operacionalizado. *Revista Benjamin Constant*, 27, 1–15.

<http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/issue/view/122>

Quintão, C. S., Aiello, A. L. R., & Gil, M. S. C. A. (2023). Inventário Portage

Operacionalizado para Crianças com Baixa Visão: Uma análise de especialistas.

Avaliação Psicológica, 22(2), 134-142.

<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2023.2202.20915.03>

Rezende, M. A., Beleti, V. C., & Santos, J. L. (2005). Follow-up of the child's motor

abilities in day-care centers and pre-schools. *Revista Latino-Americana de*

Enfermagem, 13(61), 9–25.

Rossi, L. D. (2010). *Avaliação da Visão Funcional (AVIF) para crianças de dois a seis*

anos com baixa visão: exame de confiabilidade e de validade [Dissertação de

- Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/ECJS-86GGRM>
- Ruiz, M. C. P., Molina, D. R., Bueno, M. C. T., & Lara, R. T. (2003). Diagnóstico e avaliação da visão funcional. In M. B. Martín & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos* (pp. 45–65). Santos.
- Santana, D. A. S., & Wartha, E. J. (2020). Construção e validação de instrumento de coleta de dados na pesquisa em Ensino de Ciências. *Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 16(36), 39–52.
- Santos, M. A., Lopes, M. C. B., & Nakanami, C. R. (2021). Desempenho funcional nas atividades básicas de vida diária em crianças com deficiência visual. *Psicologia e Saúde em Debate*, 7(2), 113–130. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A8>
- Sampaio, M. W., & Haddad, M. A. O. (2009). *Baixa visão: manual para o oftalmologista*. Guanabara Koogan.
- Selau, T., Silva, M. A. da, & Bandeira, D. R. (2020). Construção e evidências de validade de conteúdo da escala de funcionamento adaptativo para deficiência intelectual (EFA-DI). *Avaliação Psicológica*, 19(3), 333–341. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1903.17952.11>
- Silva, M. M., Costa, M. P. R., & Pérez-Ramos, A. M. Q. (2018). *Brincadeiras para crianças com Deficiência visual: Do nascimento aos 06 anos* (pp. 1–163). Appris.
- Sireci, S. G., Yang, Y., Harter, J., & Ehrlich, E. J. (2006). Evaluating guidelines for test adaptations: A methodological analysis of translation quality. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 37(5), 557–567. <https://doi.org/10.1177/00220222>

Sousa, G. F. (2022). *Dificuldades de aprendizagem relacionadas à visão: Avaliação no contexto escolar com a Escala de Avaliação do Estresse Visual na Leitura pelo Professor (EEV)*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília]. Biblioteca Digital de Dissertações da Universidade Católica de Brasília.

<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2975>

Souza, A. C.; Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 649–659.

<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>

Vaz, L. A., & Melo, D. M. (2022). Avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: Uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia*, 4(8), 267–282.

<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3415>

Vieira, V. (2018). Avaliação Psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira. *Revista Especialize On-line IPOG*, 15(1), 1–14.

<https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/viviane-vieira-psflo002-4691016.pdf>

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon/Fapesp.

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos*. Juruá.

Zanini, D. S., Oliveira, K. da S., Oliveira, K. L. de, & Henklain, M. H. O. (2022). *Desafios da Avaliação Psicológica no Brasil: Nova Realidade, Velhas Questões*.

Avaliação Psicológica, 21(4), 407–417.

<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2022.2104.24162.04>

Zanfelici, T. O., & Oliveira, S. L. M. (2013). Ensino de testes psicológicos a alunos com deficiências sensoriais: expectativas e experiências. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 369–378. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n3/v12n3a12.pdf>

Estudo 1

Validade de Conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão: Análise da Contribuição de Juízas Experts

Resumo

A adaptação e validação de instrumentos de avaliação psicológica para populações específicas é uma necessidade reconhecida. O Inventário Portage Operacionalizado foi Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) e cumpriu uma etapa imprescindível da validação, que é a de submeter a adaptação à apreciação de juízes experts nos temas e constructos do instrumento. A análise das contribuições fornecidas pelos juízes experts é fundamental para tomada de decisões em relação às modificações ou manutenção das adaptações propostas. O objetivo deste estudo foi aferir a validade de conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão, de acordo com as sugestões de quatro juízas experts em: Baixa Visão; Desenvolvimento Infantil; Construção de Instrumentos; e Aplicação do IPO. Todas as sugestões propostas pelas juízas experts foram consideradas para cada item adaptado em relação ao conteúdo, independentemente de haver ou não unanimidade entre as experts. As sugestões foram classificadas em uma de três categorias: acatar totalmente; acatar parcialmente; e não acatar as sugestões. Encerrado o exame das sugestões, foi empregado o método Delphi para análise. Foram encontradas 290 sugestões das juízas experts, das quais 96 foram acatadas totalmente, 59 parcialmente, e 135 não foram acatadas. As sugestões acatadas totalmente e parcialmente referiram-se a modificações em material e condições de aplicação dos itens, enquanto as sugestões não acatadas feriam os objetivos do IPO. Concluiu-se que a realização desta etapa permitiu uma análise detalhada do conteúdo dos itens, indicando a possibilidade de continuidade dos estudos com instrumento.

Palavras-chave: validade de conteúdo; juízas experts, Inventário Portage
Operacionalizado, baixa visão, crianças

Introdução

De acordo com a literatura na área de Avaliação Psicológica, a contribuição de juízes com expertise nos principais aspectos e constructos de um instrumento é uma das etapas previstas para a construção e/ou adaptação de instrumentos psicológicos. Outro ponto de convergência de alguns autores está na necessidade de se realizar uma análise acurada das contribuições dos juízes experts, dado que a adaptação implica a tomada de decisões em relação às modificações ou à manutenção das características, itens e instruções do instrumento adaptado (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019; Santana & Wartha, 2020).

Bandeira (2019) detalha as características que deveriam ser contempladas em relação à expertise dos juízes e reforça a importância da participação daqueles que dominem teoricamente o construto do instrumento; de juízes peritos em construção e adaptação de instrumentos; que sejam profissionais com experiência na área específica abordada pelo instrumento; e de juízes que o conheçam pelo emprego na prática do exercício profissional, embora não necessariamente tenham conhecimento aprofundado da fundamentação científica.

Adicionalmente, quando se trata da adaptação de instrumentos psicológicos destinados a pessoas com deficiência, Oliveira e Nunes (2019) destacam outra categoria de juízes experts além daquelas recomendadas por Bandeira (2019). Na adaptação de instrumentos para populações especiais, é desejável, quando possível, que o instrumento seja também examinado por pesquisadores ou especialistas com as mesmas características ou especificidades similares às da população a que se destina o instrumento. Essa avaliação auxiliará a revisão do conteúdo dos itens e orientará a

escolha das formas mais acessíveis das condições de apresentação e/ou design do instrumento (Oliveira & Nunes, 2019).

A contribuição de juízes experts com características similares às do público-alvo, durante o processo de adaptação, visa atender às necessidades específicas de cada deficiência. Para Brambring e Troster (1994), Masini (1995) e Oliveira e Nunes (2015, 2019), a proximidade com as características do público-alvo favoreceria a igualdade de oportunidades na aplicação, com o intuito de não comprometer o desempenho ou ocasionar dúvidas em relação à qualidade da avaliação dessa população.

Em conformidade com as recomendações dos pesquisadores Brambring e Troster (1994), Masini (1995) e Oliveira e Nunes (2015, 2019), documentos oficiais recorreram à literatura para reiterar o valor de instrumentos capazes de atender, ao máximo, à peculiaridade de populações especiais e às necessidades impostas pelas deficiências. A preocupação com a qualidade da avaliação destinada a essas pessoas está refletida em diversos documentos publicados pela International Test Commission (ITC). O mais recente deles foi publicado em 2017, intitulado *Guidelines for Translating and Adapting Tests*, 2ª edição, contendo diretrizes aos profissionais e pesquisadores quanto à aplicação, adaptação e construção de instrumentos para pessoas com deficiência. Acompanhando as discussões internacionais, em 2019, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou a nota técnica 04/2019. A nota oferece direcionamentos para construção e/ou adaptação de instrumentos psicológicos para populações de pessoas com deficiência no Brasil.

Especialmente em relação à avaliação do desenvolvimento de crianças com deficiência visual, os desafios remetem à falta de instrumentos compatíveis com a deficiência, levando ao predomínio do uso de instrumentos inadequados por profissionais da área (Masini, 1995; Vaz & Melo, 2022; Campos, 2022). Soma-se à

carência de instrumentos, a complexidade de elaboração ou adaptação de instrumentos específicos imposta pela heterogeneidade do acesso visual entre as crianças com baixa visão. A literatura menciona a importância da experiência visual na constituição do potencial da criança (Martín & Ramírez, 2003; Colenbrander, 2005; Macedo et al., 2008; Rossi, 2010; Ottaiano et al., 2019; Sousa, 2022), inclusive entre aquelas com os diagnósticos clínicos similares (Corn & Erin, 2010; Santos et al., 2021).

Tomando como parâmetro os instrumentos disponíveis no país, que se destinam à avaliação do desenvolvimento de crianças com visão íntegra, verifica-se que buscam medir como elas se comportam em relação ao que é esperado para sua faixa etária. Alguns instrumentos foram construídos ou adaptados para o português brasileiro, mas não contemplaram as crianças com deficiência visual, ou seja, não oferecem condições, materiais e orientações específicas para suprir as necessidades dessa população. São exemplos dos instrumentos disponíveis: o Ages and Stages Questionnaire (ASQ-3), um inventário de relato dos pais sobre crianças de 1 a 66 meses de idade, validado no Brasil por Filgueiras et al. (2013); a Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil (Bayley-III) (Bayley, 2018), que avalia diretamente crianças de 1 a 42 meses; o Teste de Triagem de Desenvolvimento Denver-II, adaptado e validado por Frankenburg et al. (2018), destinado a crianças desde o nascimento até os 72 meses; o Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI), com o relato dos pais e cuidadores destinado a crianças de 0 a 72 meses de idade, construído e validado por Silva et al. (2019) e o Inventário Portage Operacionalizado (IPO), que avalia diretamente o desenvolvimento global e por área de crianças de 0 a 72 meses, adaptado e validado por Williams e Aiello (2001, 2018). Outros instrumentos avaliam aspectos particulares do desenvolvimento de linguagem e comportamento verbal, em crianças com sinais de

autismo, como é o caso do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP), traduzido para a língua portuguesa por Martone (2017).

Diante desse cenário, verificou-se a necessidade de oferecer um instrumento adaptado para avaliar características do desenvolvimento de crianças com deficiência visual, permitindo fazer o levantamento das suas habilidades e dificuldades. Potencialmente, a utilização de um instrumento adequado a essa população é imprescindível para obter informações que deem suporte à formulação e aplicação dos programas de intervenção precoce. Um instrumento de avaliação do desenvolvimento adaptado para crianças com deficiência visual ofereceria uma ferramenta de apoio profissional e especializado para essas crianças. Seria desejável que os profissionais contassem com recursos de avaliação que favorecessem a promoção do desenvolvimento das crianças e, potencialmente, as auxiliassem a conquistar autonomia e qualidade de vida (Masini, 1995; Oliveira & Nunes, 2015, 2019).

Na seleção do instrumento a ser adaptado, além de se levar em conta a ausência de instrumentos de avaliação do desenvolvimento de crianças brasileiras com deficiência visual, optou-se por privilegiar um instrumento que permitisse a avaliação do desenvolvimento global e a avaliação de diferentes áreas do desenvolvimento. Questões técnicas também influenciaram a decisão, por exemplo, adaptar um instrumento que pudesse ser empregado por diferentes profissionais, passível de ser reaplicado com frequência, acompanhando as mudanças no desempenho das crianças, e que indicasse as forças e fragilidades do repertório para intervenções que favorecessem a promoção do desenvolvimento.

A escolha do instrumento a ser adaptado para crianças com baixa visão recaiu sobre o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) (Williams & Aiello, 2001, 2018), que atendia aos parâmetros mencionados. O IPO é um instrumento brasileiro, adaptado

e validado por Williams e Aiello (2001, 2018) e que vem se mostrando eficaz para o levantamento do repertório de desenvolvimento infantil de crianças com ou sem deficiência na direção enfatizada, que é a de dar suporte à promoção do desenvolvimento. De acordo com uma revisão sistemática realizada por Aiello e Williams (2021), o IPO, desde a sua primeira versão, publicada em 2001, vem sendo utilizado por muitos profissionais das áreas da saúde e educação em diversos contextos e regiões do Brasil.

O Inventário é composto de 580 itens, organizados em cinco áreas do desenvolvimento: Socialização, 83; Cognição, 108; Linguagem, 99; Autocuidados, 105 e, Desenvolvimento Motor, 140. Esses itens compreendem a faixa etária de 0 a 6 anos de idade. A área de Estimulação Infantil, com 45 itens, é prevista para bebês de 0 a 4 meses. As áreas contempladas são tradicionalmente estudadas no Desenvolvimento Infantil, e a análise das informações colhidas pelo instrumento recupera o exame do desenvolvimento global da criança, permitindo um levantamento integral das capacidades da criança em avaliação (Williams & Aiello, 2001, 2018).

Na versão brasileira do instrumento, as autoras Williams e Aiello (2001, 2018) propuseram a operacionalização de cada um dos 580 itens. A operacionalização implicou descrever quatro componentes para a maior parte dos itens: (a) o material a ser utilizado; (b) as condições que o aplicador deve oferecer à criança para a avaliação; (c) a especificação da resposta que a criança deveria apresentar; e (d) os critérios a serem cumpridos para a resposta ser considerada correta. Embora, em algumas descrições dos itens, um componente não esteja explicitamente indicado, é importante lembrar que a descrição apenas da condição e da resposta em alguns itens ou o título de outro informam quais são os componentes necessários para a aplicação. Assim, a ausência de um ou mais componentes, no corpo do item, não compromete a compreensibilidade.

Dado que o IPO apresentava os requisitos de interesse para oferecer um instrumento para a avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão, uma Comissão de Especialistas (CE) deu início à adaptação do instrumento. A CE era composta por Três profissionais com formação em Psicologia e com expertise em diferentes domínios Essa CE estabeleceu um procedimento para realizar a adaptação e investigar as evidências de validade, o que foi detalhado no artigo de Quintão et al. (2023), no qual estão descritas a proposta inicial de adaptação e demais etapas. Enquanto resultado, itens foram adaptados para a avaliação de desenvolvimento de crianças com baixa visão.

Dando continuidade ao procedimento, o presente estudo tem o objetivo de aferir a validade de conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão, de acordo com as sugestões de quatro juízas experts em: Baixa Visão; Desenvolvimento Infantil; Construção de Instrumentos e Aplicação do IPO.

Método

As sugestões das juízas experts foram examinadas pela CE, que procedeu à análise de acordo com o método *Delphi* de tipologia convencional, aplicado por pesquisadores que trabalham com adaptação e validação de instrumentos na área da saúde (Vituri & Matsuda, 2009). Uma característica relevante do método é permitir que especialistas encontrem consenso em relação a um determinado assunto ou conteúdo, seguindo critérios e etapas previamente estabelecidas, como é o caso em questão (Facione, 1990; Silva & Tanaka, 1999; Linstone & Turoff, 2002; Osborne et al., 2003; Yousuf, 2007).

Participantes

Quatro pesquisadoras mulheres trabalharam como experts. Todas elas atuavam na docência em instituições de ensino superior pública ou privada. Três delas tinham

formação em Psicologia, e uma tinha formação em Pedagogia. As participantes, designadas juízas, tinham mestrado e doutorado, e cada uma tinha expertise em um domínio específico, considerando-se a formação, a trajetória acadêmica, a atuação profissional nas áreas e a publicação de artigos científicos em periódicos qualificados: Deficiência Visual (Baixa Visão); Desenvolvimento Infantil; Construção de Instrumentos Psicológicos; e Aplicação do IPO. As juízas receberam a designação de juíza expert em Baixa Visão (JBV), Desenvolvimento Infantil (JDI), Construção de Instrumentos Psicológicos (JCI) e Aplicação do IPO (JIPO).

Em relação à Comissão de Especialistas, recorreu-se à descrição que pode ser recuperada em Quintão et al. (2023) segundo a qual:

“Três profissionais com formação em Psicologia e com expertise em diferentes domínios compuseram a Comissão de Especialistas. Cada participante foi designada “especialista”, com expertise em um domínio específico: deficiência visual (baixa visão), psicóloga com baixa visão congênita, cursando a pós-graduação em Educação Especial; desenvolvimento infantil, psicóloga com doutorado; adaptação e aplicação do Inventário Portage Operacionalizado (IPO), psicóloga, com doutorado e uma das autoras da adaptação do IPO para a população Brasileira (Williams & Aiello, 2001; 2018)”. (p. 137, Quintão et al., 2023)

Local

Para a obtenção dos dados, as juízas experts JDI e JCI encontraram-se presencialmente com a pesquisadora para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em uma sala reservada na UFSCar, e escolheram o local de

preferência para realizar as tarefas solicitadas. Com a JBV e a JIPO, a pesquisadora fez reuniões remotas. Para a análise dos dados, a CE reuniu-se remotamente, via Google Meet, que é parte dos recursos oferecidos pela UFSCar para o trabalho on-line.

Materiais e Equipamentos

As juízas experts receberam, por correio ou no formato de arquivo digital, os seguintes materiais: Carta-Convite; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e um exemplar do livro *Manual do Inventário Portage Operacionalizado* (Williams & Aiello, 2018), doado às juízas em agradecimento ao trabalho realizado. Especificamente para a avaliação feita pelas juízas, foi enviado um conjunto de arquivos composto de instruções para a realização do trabalho, seis arquivos contendo as Instruções Específicas e os itens adaptados de cada área do IPO (Estimulação Infantil; Socialização; Cognição; Linguagem; Autocuidados; e Desenvolvimento Motor) e um arquivo com a Instrução Geral para Aplicadores do IPO-BV. Nos arquivos, as Instruções Geral e Específicas e cada item eram seguidos por um protocolo no qual as experts informavam a necessidade ou não de alterações e havia um espaço em branco para acrescentarem observações ou sugestões.

Figura 1

Exemplo do protocolo com um item para avaliação das juízas experts

Área de Socialização		
Título do item	Descrição do item no IPO-Original	Descrição do item no IPO-BV
O item adaptado precisa de alterações?	Não () Sim ()	
Se sim. Deixe sua sugestão referente aos componentes (material, condição, resposta e /ou critério) no campo ao lado.		

Nota. Autoria própria.

Para a análise das contribuições das juízas, os membros da CE receberam todos os arquivos preenchidos pelas juízas experts. A cada arquivo correspondia um protocolo específico para análise pela CE. Os protocolos eram compostos de colunas contendo os critérios de aceite ou não das sugestões das juízas e uma coluna destinada a possíveis observações.

Figura 2

Exemplo do protocolo da CE para análise das contribuições das juízas

Área de Socialização		
Título do item	Descrição do item no IPO-Original	Descrição do item no IPO-BV
O item adaptado precisa de alterações?	Não () Sim ()	
Se sim. Deixe sua sugestão referente aos componentes (material, condição, resposta e /ou critério) no campo ao lado.		
Análise da Comissão de Especialistas		
Assinale ao lado a sua opinião sobre as sugestões das juízas experts, conforme os critérios indicados.	Na minha opinião: () Acato totalmente () Acato parcialmente () Não acato	

Nota. Autoria própria.

Um notebook foi utilizado para armazenar as informações coletadas e para a realização das reuniões remotas.

Procedimento

Coleta de dados

Dois esclarecimentos parecem necessários para melhor compreensão desta seção. A coleta e a análise de dados aconteceram em períodos e circunstâncias distintas. Parte dos dados foi colhida por ocasião da dissertação de mestrado (2019), quando a pesquisadora interagiu presencialmente com as juízas experts em Desenvolvimento Infantil e Construção de Instrumentos e na forma remota com a juíza expert em

Aplicação do IPO. A coleta de dados com a juíza expert em Baixa Visão e a análise de dados realizada pela CE aconteceram durante o doutorado (2020/2021) da pesquisadora. Paralelamente, é importante ter em vista que a coleta de dados ocorreu na transição do trabalho cotidiano, realizado face a face em sua maior parte, para o trabalho integralmente remoto, decorrente da imposição do distanciamento social, por ocasião da pandemia de Covid-19.

Após uma breve reunião individual com a pesquisadora e o aceite em participar da pesquisa, cada juíza expert assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹ e foi comunicada de que o material para análise seria encaminhado por e-mail. As quatro juízas dispuseram de dois meses para examinar e avaliar o material recebido, de forma independente, e fazer as sugestões e as contribuições conforme julgassem necessárias. Foi-lhes oferecida a possibilidade de entrar em contato com a Comissão de Especialistas em caso de dúvidas durante a análise. JIPO levou aproximadamente um mês para avaliar o material; JBV, JDI e JCI demoraram um pouco mais de dois meses. Todas devolveram o material via e-mail, e apenas JCI procurou a pesquisadora para tirar dúvidas ao longo da avaliação.

Quando aconteceram reuniões remotas, os dados de transmissão das reuniões eram criptografados, garantindo a segurança das informações, e contou-se ainda com os recursos institucionais contra vazamentos de informações. As reuniões foram gravadas, resultando no armazenamento adequado das deliberações.

O trabalho de cada juíza expert consistiu em examinar, avaliar e se pronunciar sobre as adaptações propostas para os 248 itens, as Instruções Específicas de cada área e a Instrução Geral elaborada pela Comissão de Especialistas (Quintão et al., 2023). As

¹ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos com o parecer CAAE 39913420.0.0000.5504, nº 4.497.730, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

juízas assinalaram no protocolo correspondente a discordância ou concordância para cada um dos itens e seus respectivos componentes (material, condição, critério e resposta). O mesmo procedimento foi adotado para as Instruções Específicas de cada área e para a Instrução Geral.

Quando havia concordância com a adaptação proposta nos itens ou nas instruções, a juíza poderia ou não fazer alguma observação ou sugestão. Havendo discordância, cada juíza escrevia uma proposta alternativa, um comentário ou fazia alguma solicitação no espaço destinado às observações/sugestões gerais.

Após completar o trabalho, as juízas enviaram todo o material da coleta de dados para a pesquisadora, por e-mail.

Análise de dados

A análise foi feita pela CE, baseada nos princípios do método Delphi, que “busca facilitar e melhorar a tomada de decisões feitas por um grupo de especialistas, sem interação cara a cara” (Osborne et al., 2003, p. 697). Ao empregar o método Delphi, os pesquisadores ou especialistas (CE) envolvidos emitem sua opinião sobre determinado assunto ou conteúdo de forma independente e anônima. Logo após, acessam essas informações contendo as contribuições individuais. Em um terceiro momento se reúnem para a construção e apresentação da resposta do grupo como um todo. Por fim, quando julgam necessário, apresentam possibilidade de revisão e alteração das respostas (Linstone & Turoff, 2002; Osborne et al., 2003; Silva & Tanaka, 1999; Yousuf, 2007).

Orientada pelos requisitos do método, inicialmente a CE analisou individualmente todas as sugestões das juízas experts para cada item adaptado, para a Instrução Geral e Instruções Específicas de cada área. Cada especialista, individual e independentemente, assinalou no protocolo de análise a coluna correspondente a sua

posição e escreveu os comentários sobre o posicionamento: acatar totalmente, parcialmente, ou não acatar as sugestões das juízas.

A decisão individual dos membros da CE ocorreu guiada por um conjunto de critérios. Os critérios foram definidos pelos três membros da CE após a leitura individual e independente de todas as contribuições das juízas experts. Em reuniões on-line, a CE definiu os critérios que foram consensuados. Na continuidade do procedimento, as especialistas examinaram as sugestões das juízas de maneira sequencial e independente (Osborne et al., 2003). Em novas reuniões, a Comissão debateu a posição de cada membro sobre cada uma das sugestões das juízas até a obtenção de consenso. O procedimento permitiu, assim, o estabelecimento de uma forma de diálogo entre os membros da CE para chegar a um consenso.

A opção pela tipologia *Delphi* de análise e pelo procedimento de adaptação do IPO para crianças com baixa visão, proposto por Quintão et al. (2023), previa que os membros da CE analisassem e acolhessem ou não as sugestões das juízas de forma independente. Assim, cada membro da CE recebeu, por e-mail, os arquivos digitais com o material produzido pelas quatro juízas (todos os protocolos preenchidos por elas). Dentre os arquivos, estavam todas as sugestões/observações das juízas experts para os itens adaptados, para a Instrução Geral e para as Instruções Específicas de cada área. Os membros da CE receberam também o protocolo de análise específico, com as categorias e a definição dos critérios (Ver Tabela 1). Os critérios definidos para a análise individual das sugestões das juízas, pela CE, eram: acatar totalmente; acatar parcialmente; e não acatar.

Tabela 1

Categorias e critérios adotados pela CE para acatar totalmente, parcialmente e para não acatar as sugestões das juízas experts

Categorias/ Critérios	1º	2º	3º	4º
Acatar totalmente	Sugestões relacionadas à revisão da redação, com o intuito de permitir uma avaliação mais acurada da criança com baixa visão	Sugestões relacionadas à descrição de um mesmo item e seus componentes	Sugestões indicando que o item não precisava de novas alterações	Sugestões relacionadas à clareza das instruções, seja a geral ou as específicas de cada área
Acatar parcialmente	Sugestões relacionadas à modificação em um ou mais componentes (material, condição, resposta e critério)	Sugestões pontuais relacionadas à organização e apresentação dos itens	Sugestões relacionadas à descrição do item.	Sugestões que complementavam a proposta de adaptação inicial, sem modificar o objetivo do IPO
Não acatar	Sugestões relacionadas à adição de textura ou alto relevo ao componente material, ou sugestões que não favorecessem a utilização do resquício visual da criança	Sugestões relacionadas à modificação da abrangência de aplicação do IPO-BV por pais, profissionais e/ou professores	Sugestões indicando que o item não precisava de adaptação	Sugestões relacionadas ao aprimoramento da redação dos itens, mas que modificavam o objetivo do IPO

Nota. Autoria própria.

Concluída a etapa de preenchimento do protocolo de análise, deu-se início às reuniões para cotejar a posição de cada um dos membros da CE.

As reuniões on-line contaram, sempre, com a presença dos três membros da CE. Nessas reuniões, apresentavam-se as análises elaboradas individualmente e as respectivas indicações de ajustes, retomando-se as respostas da avaliação do item feita pelas juízas. Por último, era apontada a possibilidade de revisão e alteração de cada item. Os critérios de classificação das decisões nas categorias (acatar totalmente, acatar parcialmente e não acatar) eram consultados com frequência, e o consenso acerca da avaliação dos itens e da Instrução Geral do IPO-BV era assinalado nos protocolos.

Ao final da avaliação realizada pela CE, empregou-se o método de Porcentagem de Concordância para aferir o grau de concordância entre os membros da CE, por área do IPO e para as Instruções Geral e Específicas (Tilden et al., 1990; Topf, 1986; Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015). A fórmula utilizada foi:

$$\% \text{ concordância} = \frac{\text{Número de participantes que concordaram}}{\text{Número total de participantes}} \times 100$$

Ao usar esse método, adotou-se o critério de no mínimo 90% de concordância entre as especialistas, para cada área avaliada do IPO e para as instruções. Essa é uma taxa de concordância considerada aceitável conforme a literatura na área (Tilden et al., 1990; Topf, 1986; Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015).

Resultados

As juízas experts apresentaram 290 sugestões para o total de 248 itens adaptados do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão, e uma ou mais sugestões poderiam tratar de um mesmo item. As sugestões foram distribuídas em 96 sugestões acatadas totalmente, 59 parcialmente e 135 não acatadas (Ver Tabela 2). As juízas não apresentaram qualquer sugestão para o conteúdo da Instrução Geral para aplicadores e das Instruções Específicas. A análise de cada uma das sugestões, realizada individualmente pelos três membros da CE, foi aferida quanto à concordância, obtendo um índice de 100% de concordância.

Tabela 2

Resumo de itens acatados totalmente, parcialmente e não acatados e porcentagem de concordância da CE

Sugestões / Juízes	JIPO	JBV	JDI	JCI	Total geral	Concordância CE
--------------------	------	-----	-----	-----	-------------	-----------------

Totalmente	4	13	22	57	96	100%
Parcialmente	0	0	5	54	59	100%
Não acatadas	13	19	24	79	135	100%
Total Geral	17	32	51	190	290	100%

Nota. JIPO = Juíza Expert em Aplicação do IPO; JBV = Juíza Expert em Baixa Visão; JDI = Juíza Expert em Desenvolvimento Infantil; e JCI = Juíza Expert em Construção de Instrumentos.

O maior número de sugestões, 190 itens, foi apresentado pela juíza em Construção de Instrumentos (JCI), com 57 itens totalmente aceitos pela CE, seguida da juíza em Desenvolvimento Infantil (JDI), com 51 sugestões e aceite total de 22 deles, e da juíza em Baixa Visão (JBV), que fez sugestões para 32 itens, com aceite total de 13 itens. O menor número de sugestões foi apresentado pela juíza em Aplicação do IPO (JIPO), para 17 itens, sendo quatro totalmente aceitas. As Instruções Geral e Específicas não receberam sugestões. Na Tabela 3 foi apresentada a frequência das sugestões das juízas experts totalmente acatadas de acordo com as áreas do IPO.

Tabela 3

Frequência absoluta e relativa de sugestões das juízas experts acatadas totalmente de acordo com a área do IPO

Áreas / Juízes	JIPO	JBV	JDI	JCI	Total por área	Porcentagem %
Est. Infantil	1	1	3	2	7	7,3%
Socialização	1	7	4	4	16	16,7%
Cognição	1	5	7	24	37	38,5%
Linguagem	0	0	2	8	10	10,4%
Autocuidados	0	0	2	6	8	8,3%
Desen. Motor	1	0	4	13	18	18,8%
Total Geral	4	13	22	57	96	100%

Nota. JIPO = Juíza Expert em Aplicação do IPO; JBV = Juíza Expert em Baixa Visão; JDI = Juíza Expert em Desenvolvimento Infantil; e JCI = Juíza Expert em Construção de Instrumentos.

A área de Cognição teve o maior número de sugestões totalmente acatadas (37), e a área de Estimulação Infantil teve o menor número (7). O conteúdo das sugestões acatadas totalmente era relacionado à necessidade de alterações na descrição do item ou em dois ou mais componentes do item. Os componentes Material e Condição receberam mais sugestões de ajustes e/ou acréscimos, bem como a redação do componente Resposta.

Na Tabela 4 foi apresentada a frequência dos itens por área do IPO, por juíza expert com sugestões acatadas parcialmente pela CE.

Tabela 4

Frequência absoluta e relativa de sugestões das juízas experts acatadas parcialmente de acordo com a área do IPO

Áreas / Juízes	JIPO	JBV	JDI	JCI	Total por área	Porcentagem %
Est. Infantil	0	0	3	3	6	10,2%
Socialização	0	0	2	0	2	3,4%
Cognição	0	0	0	4	4	6,8%
Linguagem	0	0	0	13	13	22,0%
Autocuidados	0	0	0	4	4	6,8%
Desen. Motor	0	0	0	30	30	50,8%
Total Geral	0	0	5	54	59	100%

Nota. JIPO = Juíza Expert em Aplicação do IPO; JBV = Juíza Expert em Baixa Visão; JDI = Juíza Expert em Desenvolvimento Infantil; e JCI = Juíza Expert em Construção de Instrumentos.

A área de Desenvolvimento Motor teve o maior número de sugestões parcialmente aceitas (30), e a área de Socialização teve o menor número (2). O conteúdo das sugestões acatadas parcialmente era relacionado à necessidade de alterações no componente material e na instrução “dar modelo”.

Na Tabela 5 foi descrita a frequência dos itens por área do IPO, por juíza expert com sugestões não acatadas pela CE.

Tabela 5

Frequência absoluta e relativa de sugestões das juízas experts não acatadas de acordo com a área do IPO

Áreas / Juízes	JIPO	JBV	JDI	JCI	Total por área	Porcentagem %
Est. Infantil	0	0	8	10	18	13,3%
Socialização	2	1	6	8	17	12,6%
Cognição	7	11	3	18	39	28,9%
Linguagem	2	0	2	24	28	20,7%
Autocuidados	0	1	2	3	6	4,4%
Desen. Motor	2	6	3	16	27	20,0%
Total Geral	13	19	24	79	135	100%

Nota. JIPO = Juíza Expert em Aplicação do IPO; JBV = Juíza Expert em Baixa Visão; JDI = Juíza Expert em Desenvolvimento Infantil; e JCI = Juíza Expert em Construção de Instrumentos.

A área que recebeu maior número de sugestões não acatadas foi a de Cognição (39), seguida da área de Linguagem (28), Desenvolvimento Motor (27), Estimulação Infantil (18), Socialização (17) e, por último, a área de Autocuidados (6). O conteúdo das sugestões não acatadas era relacionado predominantemente aos primeiro e segundo critérios (Ver Tabela 1), que tratavam da adição de textura ou alto relevo ao componente material, da modificação da abrangência de aplicação do IPO-BV por pais, profissionais e/ou professores, ou ainda do aprimoramento da redação dos itens, mas que modificavam o objetivo do IPO.

Embora pouco usual, a proposta de adaptação do IPO-BV realizada pela CE também recebeu uma avaliação positiva de JIPO e JCI em alguns itens. Esse resultado parece relevante, considerando-se que será possível tomar os itens “elogiados” como modelos a serem seguidos em trabalhos subsequentes.

A juíza em Aplicação do IPO (JIPO) direcionou mais elogios às adaptações realizadas pela CE, para um total de 8 itens adaptados. Já a juíza em Construção de

Instrumentos (JCI) avaliou positivamente 3 itens. Os elogios de ambas as juízas consistiam em: “Ótima ideia de adaptação”, “gostei da proposta de adaptação do material e condição”, “a adaptação neste item ficou muito boa”, “a adaptação está clara e objetiva neste item”.

Ao final do exame, foi elaborada versão do IPO-BV na qual foram acrescentadas todas as sugestões das juízas experts acatadas total ou parcialmente. A CE revisou-a, fez ajustes na organização das informações por componente, uniformizou a ordem das informações e fez correção gramatical e de grafia. Neste estudo, a versão obtida do IPO-BV foi então composta de 332 itens do IPO original, mais os 248 itens adaptados que incluem as sugestões das juízas experts acatadas pela CE. A versão conta também com a Instrução Geral para Aplicadores e seis Instruções Específicas, uma para cada área avaliada pelo instrumento.

Discussão

Os critérios metodológicos para aferição do conteúdo das sugestões indicadas pelas juízas, cumprindo recomendações de autores da área de construção e adaptação de instrumentos (Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019), foram observados cuidadosamente pela CE. O emprego do método *Delphi* Convencional para análise do conteúdo das sugestões propostas pelas juízas experts pareceu eficaz, considerando que a sua utilização permitiu “encontrar consenso fundamentado entre um grupo de especialistas em relação a um determinado conteúdo” (Facione, 1990, p. 54).

Na mesma direção, pesquisadores têm aplicado o método *Delphi* para resolução de problemas e tomadas de decisão em trabalhos semelhantes ao realizado neste estudo. Por exemplo, Vituri e Matsuda (2009) submeteram 10 Indicadores de Qualidade do Cuidado de Enfermagem à avaliação de especialistas. O emprego do método *Delphi*

permitiu avaliar o conteúdo do protocolo, que foi considerado válido para uso no contexto brasileiro.

Vale destacar que, apesar de o método *Delphi* ser utilizado por vários pesquisadores que trabalham com adaptação e validação de instrumentos e ser eficaz quando há a necessidade de encontrar consenso entre um grupo de especialistas (Facione, 1990), o método possui limitações. Estas dizem respeito sobretudo à capacidade de análise qualitativa, uma vez que o método se restringe à adoção de etapas e critérios pré-determinados e à utilização de um protocolo que prevê o registro de dados qualitativos. Esse formato inviabiliza o emprego de outros procedimentos quantitativos, também previstos pela literatura da área, por exemplo: o cálculo do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) e da Razão de Validade de Conteúdo (RVC) (Cassepp-Borges et al., 2010; Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Santana & Wartha, 2020).

Uma possibilidade de aprimoramento do procedimento de análise em estudos que optam por utilizar o método *Delphi* para análises qualitativas das contribuições de juízes experts, por exemplo, é a utilização de outro procedimento para aferir a taxa de concordância entre os experts. O resultado pode ser obtido por meio do cálculo simples de porcentagem, que não requer a elaboração de outro protocolo, mais complexo e longo, para avaliação do instrumento, como é o caso dos protocolos utilizados para calcular o IVC, CVC ou RVC (Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015).

Na validação de conteúdo do IPO para crianças com baixa visão, a utilização do método *Delphi*, na análise de conteúdo das sugestões das juízas pela CE, contribuiu para a indicação da necessidade de manutenção ou alteração na redação dos itens em relação aos materiais a serem utilizados e para as condições de aplicação do IPO-BV. As

contribuições resultantes do procedimento auxiliariam o entendimento pelo público-alvo que utilizará o instrumento. Dessa perspectiva, o procedimento atendeu a um dos princípios da adaptação e validação de instrumentos, de acordo com Borsa et al. (2012) e Bandeira (2019). Para os autores, as contribuições dos juízes experts permitem verificar em que medida os termos propostos no instrumento são adequados e podem ser generalizados na aplicação para a população a que ele se destina, que no caso do IPO-BV é composta de profissionais diversos e familiares treinados.

Como complemento, para aferir o percentual de concordância entre as especialistas que realizaram a análise das sugestões das juízas, foi empregado o cálculo da porcentagem de concordância para as contribuições em cada área do instrumento. Essa taxa é interpretada considerando que um resultado maior ou igual a 90% de concordância significa haver consenso entre as especialistas (Tilden et al., 1990; Topf, 1986; Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015). Neste estudo, a análise de cada uma das sugestões, realizada individualmente pelos três membros da CE, foi aferida quanto à concordância, obtendo um índice de 100% de concordância.

As maiores mudanças nos itens foram relacionadas principalmente a ajustes e/ou acréscimos nos componentes “Material” e “Condição”, na descrição de algumas respostas e na instrução “Dar modelo”. Ao propor ou não a incorporação das sugestões, a CE buscou preservar, ao máximo, as características originais do Inventário. Essa decisão vai ao encontro da literatura da área, que recomenda a adaptação do instrumento de acordo com as necessidades do público ao qual ele se destina, ressaltando, porém, que sejam preservadas as características do instrumento original (Cassepp-Borges et al., 2010; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Santana & Wartha, 2020).

Destacando as contribuições das juízas que levavam em conta a atenção às condições de acesso visual das crianças, foram acatadas predominantemente sugestões

que envolviam o aprimoramento das adaptações relacionadas a aspectos gerais da visão. Alguns destes estavam relacionados à preferência pela iluminação, ao campo visual de preferência, à sensibilidade aos contrastes e à capacidade de fixação e localização de objetos. A preocupação em aprimorar esses aspectos é essencial, para garantia de uma avaliação minuciosa e de qualidade para as crianças com baixa visão.

A literatura que discute a atenção aos aspectos gerais da visão e que a apresenta como uma das principais preocupações na adaptação de instrumentos para pessoas com deficiência visual (Masini, 1995; Ruiz et al., 2003; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Vaz & Melo, 2022; Campos, 2022) tem em vista que as adequações devem ser as mais próximas da realidade dessa população. O destaque leva em conta a importância de que esses indivíduos tenham maior autonomia durante a aplicação do instrumento.

As sugestões e a contribuição à adaptação dos itens reforçaram a importância da atenção e do cuidado da pessoa que vai aplicar o IPO-BV às necessidades particulares de cada criança com baixa visão; por exemplo, aproximar-se ou não dos objetos. Essa decisão foi ancorada pela literatura na área de deficiência visual que relata a existência de uma diversidade de comprometimentos visuais nas crianças com baixa visão, que implica condições singulares de acesso visual. As diferenças de acesso visual ocorrem devido a uma grande pluralidade de patologias e a diferentes tipos de comprometimento e oportunidades de estimulação das habilidades visuais. Essa diversidade de acesso visual em crianças com baixa visão acontece mesmo quando as crianças receberam os mesmos diagnósticos clínicos, isto porque o uso funcional da visão está relacionado às experiências visuais existentes (Martín & Ramírez, 2003; Colenbrander, 2005; Macedo et al., 2008; Rossi, 2010; Corn & Erin, 2010; Ottaiano et al., 2019; Sousa, 2022).

Destaca-se que, dentre as sugestões não acatadas pela CE, estavam aquelas relacionadas à utilização de materiais com textura, alto relevo e/ou somente à condição

de tocar nos objetos. O emprego de materiais que são sensíveis ao toque de diferentes formas, bem como a possibilidade de manuseio indicados pelas juízas não são recursos recomendados atualmente para pessoas com baixa visão. A facilitação que porventura as texturas e diferentes possibilidades de toques oferecem não proporciona o uso eficiente da visão, ou seja, o melhor uso possível da capacidade visual, como destacam Malta et al. (2006), Corn e Erin (2010) e Santos et al. (2021). A textura, o alto relevo e/ou a utilização do tato, em geral, são destinados principalmente ao trabalho com crianças cegas.

Por se tratar da adaptação de um instrumento que tem o objetivo de avaliar o desenvolvimento de crianças com baixa visão, estas devem ser encorajadas a fazer o uso eficiente da resposta visual e não utilizar o tato como principal sentido para realização de tarefas, mesmo que o resquício visual seja pouco (Pintero et al., 2003; Santos et al., 2021). Nessa mesma direção, Barraga (1986), Barros et al. (2003), Papalia et al. (2006) e Santos et al. (2021) enfatizam a importância de criar oportunidades que permitam a utilização do resíduo visual por bebês e crianças pequenas com baixa visão.

Segundo os autores, quanto mais precocemente essas crianças tiverem a possibilidade de usar a visão que possuem, melhor será a sua capacidade de enxergar. Essa possibilidade se dá uma vez que as habilidades visuais podem ser aprendidas mais facilmente nos anos iniciais de vida, devido à neuroplasticidade, quando há maior rapidez nas conexões dos neurônios que enviam informações visuais para o cérebro.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) também vai ao encontro da perspectiva apresentada por Malta et al. (2006), Corn e Erin (2010) e Santos et al. (2021) e trabalha com o conceito de funcionalidade, em diversas dimensões de potencialidade do ser humano, sendo uma delas a competência e o domínio das atividades diárias. Tais dimensões vão desde a aprendizagem básica e observação até

áreas mais complexas, como as relacionadas com as tarefas sociais (Organização Mundial de Saúde, 2004).

Outras sugestões não acatadas pela CE foram as que indicavam alterações na redação dos itens de tal maneira que modificavam o objetivo da avaliação do próprio IPO e as sugestões que afetavam a abrangência de aplicação do IPO por pais, profissionais, professores, como previsto no original. Tais sugestões contrariavam as orientações da literatura na área de adaptações de instrumentos, que destaca o cuidado e o rigor que se devem adotar no processo de adaptação, principalmente em relação à manutenção das características e da finalidade do instrumento original (Cassepp-Borges et al., 2010; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017).

A constatação da complexidade da adaptação e validação de um instrumento para crianças com baixa visão, que se situam entre as populações minorizadas, indica que outros estudos devem ser realizados. Uma possibilidade é dar continuidade ao procedimento de validação de conteúdo do IPO-BV, descrito no trabalho de Quintão et al. (2023).

Conforme previsto por Borsa et al. (2012), Bandeira (2019) e por Quintão et al. (2023), seriam necessários estudos visando a avaliação do instrumento pelo público-alvo. Nesse caso, o objetivo seria verificar a validade de conteúdo do IPO-BV por seus usuários, ou seja, por profissionais e por familiares potencialmente aplicadores do instrumento. A mesma literatura sugere a realização de um estudo-piloto visando avaliar a aplicabilidade do IPO-BV por seus usuários e a realização de outros estudos em larga escala com um maior número de participantes, com objetivo de examinar as propriedades psicométricas do instrumento por meio da utilização de procedimentos estatísticos.

Em consonância com a literatura, recomenda-se fortemente que, além da utilização de abordagens qualitativas, como o método *Delphi*, sejam empregadas outras abordagens mistas ou quantitativas, como o cálculo do IVC, CVC ou RVC nos procedimentos de análise de conteúdo (Cassepp-Borges et al., 2010; Alexandre & Coluci, 2011; Coluci et al., 2015; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Santana & Wartha, 2020).

Recomenda-se, também, a realização de novas pesquisas envolvendo a investigação de evidências de outros tipos da validade, bem como a avaliação da confiabilidade, abrangendo a investigação da estabilidade e consistência interna do instrumento. De acordo com Souza et al. (2017), a confiabilidade e validade são consideradas as principais propriedades de medida de um instrumento. Portanto, segundo esses autores, a avaliação dessas propriedades é útil para subsidiar a seleção de instrumentos válidos e confiáveis, de modo a assegurar a qualidade dos resultados dos estudos.

Referências

- Aiello, A. L. R., & Williams, L. C. A. (2021). Inventário Portage Operacionalizado (IPO): Revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 37(37545), 1–10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37545>
- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(7), 3061–3068. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- Bandeira, D. R. (2019). Adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 69–74). Vozes.

- Barraga, N. (1986). *Textos reunidos de la doctora Barraga*. ONCE.
<https://biblioteca.fundaciononce.es/publicaciones/otras-editoriales/textos-reunidos-de-la-doctora-barraga>
- Barros, K. L., Fragoso, A. G., Oliveira, A. L., Cabral, J. E., & Castro, R. M. (2003). Do environmental influences alter motor abilities acquisition? A comparison among children from day-care centers and private schools. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 61(2), 170–175.
https://pdfs.semanticscholar.org/7bb2/b42495e21eeb76060c931f2a9848eb3f5ad7.pdf?_ga=2.16410742.1569734877.1667844792-1284229960.1647634471
- Bayley, N. (2018). *Escala Bayley de desenvolvimento do bebê e da criança pequena – Bayley III* (3a ed.). Pearson.
- Boberg, A. L., & Morris-Khoo, S. A. (1992). The Delphi method: a review of methodology and an application in the evaluation of a higher education program. *The Canadian Journal of Program Evaluation*, 7(1), 27–39.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paideia*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Brambring, M., & Troster, H. (1994). The assessment of cognitive development in blind infants and preschoolers. *Journal of Visual Impairment e Blindness*, 88(1), 9–18.
<https://doi.org/10.1177/0145482X9408800104>
- Campos, C. R. (2022). Deficiência visual: Possibilidades e desafios em Avaliação Psicológica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1), Artigo e17330.
<http://dx.doi.org/10.36298/gerais202215e17330>
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A. A., & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L.

- Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (4a ed., pp. 506–520). Artmed.
- Colenbrander, A. (2005). Visual functions and functional vision. *International Congress Series*, 1282(3), 482–486.
- Coluci, M. Z. O., Alexandre, N. M. C., & Milani, D. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925–936. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Nota técnica: Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiências*. <https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-construcao-adaptacao-e-validacao-de-instrumentos-para-pessoas-com-deficiencia/>
- Corn, A. L., & Erin, J. N. (2010). *Foundations of low vision clinical and functional perspectives* (2a ed.). American Foundation for the Blind.
- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2017). *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos*. Vetor.
- Facione, P. A. (1990). *Critical thinking: a statement of expert consensus for purposes of educational assessment and instruction. Research findings and recommendations (Report)*. American Philosophical Association.
- Frankenburg, W. K., Dodds, J. B., Archer, P., Bresnick, B., Maschka, P., Edelman, N., & Shapiro, H. (2018). *DENVER II – Teste de Triagem do Desenvolvimento*. Hogrefe.
- Filgueiras, A., Pires, P., Maissonette, S., & Landeira-Fernandez, J. (2013). Psychometric properties of the Brazilian-adapted version of the Ages and Stages Questionnaire in public child daycare centers. *Early Human Development*, 89(8), 561–576. <https://doi.org/10.1016/j.earlhumdev.2013.02.005>

- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini. *Psicometria: Coleção Avaliação Psicológica* (pp. 12–21). Artmed.
- Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. (2017). *Diretrizes do ITC para Tradução e Adaptação de Testes* (2a ed., S. M. Wechsler, L. A. A. Porto, J. P. Gobbo, R. M. Afonso, C. M. Massen). Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. (Trabalho original publicado em 2016).
- https://www.ibapnet.org.br/docs/Brazilian_translation_ITC_guidelines_for_translating_and_adapting_tests.pdf
- Linstone, H. A., & Turoff, M. (2002). *The Delphi method: Techniques and applications*. New Jersey Institute of Technology.
- Macedo, B. G., Pereira, L. S., Gomes, P. F., Silva, J. P., & Castro, A. N. (2008). Impacto das alterações visuais nas quedas, desempenho funcional, controle postural e no equilíbrio dos idosos: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 11(3), 419–432. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2008.110310>
- Malta, J., Endriss, D., Rached, S., Moura, T., & Ventura, L. (2006). Desempenho funcional de crianças com deficiência visual, atendidas no Departamento de Estimulação Visual da Fundação Altino Ventura. *Arquivo Brasileiro de Oftalmologia*, 69(4), 571-574.
- Martín, M. B., & Ramírez, F. R. (2003). Visão subnormal. In M. B. Martín, & S. T. Bueno. *Deficiência visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos* (2a ed., pp. 27–44). Santos.
- Martone, M. C. C. (2017). *Tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a*

efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos].

Repositório Institucional da UFSCar.

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9315>

Masini, E. F. S. (1995). Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, 76(184), 615–634.

<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i184.1104>

Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 35(3), 886–899.

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt>

Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2019). Testagem universal: avaliação psicológica a pessoas com deficiência. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 75–88). Vozes.

Organização Mundial de Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*.

https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111&isAllowed=y

Osborne, C. S., Ratcliffe, M., Millar, R., & Duschl, R. (2003). What “Ideas-about-Science” should be taught in school science? A Delphi study of the expert community. *Journal of Research in science teaching*, 40(7), 692–720.

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/tea.10105>

- Ottaiano, J. A. A., Ávila, M. P., & Umbelino, A. C. T. (2019). *As condições de saúde ocular no Brasil*. Conselho Brasileiro de Oftalmologia.
- [https://cbo.net.br/2020/admin/docs_upload/025613Publicacao_condicoes_saude_ocular_brasil_2019_cbo_atualizacao_2020_bq%20\(1\).pdf](https://cbo.net.br/2020/admin/docs_upload/025613Publicacao_condicoes_saude_ocular_brasil_2019_cbo_atualizacao_2020_bq%20(1).pdf)
- Pacico, J. C. (2015). Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In C. Hutz, D. Bandeira, C. Trentini (Orgs.), *Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica* (pp. 54–65). Artmed.
- Pacico, J. C., & Hutz, C. S. (2015). Validade. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 71–84). Artmed.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano* (8a ed.). Artmed.
- Pinero, D. M. C., Quero, F. O., & Díaz, F. R. (2003). Estimulação visual: Aprender a ver. In M. B. Martín, & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos* (pp. 129–153). Santos.
- Quintão, C. S., Aiello, A. L. R., & Gil, M. S. C. A. (2023). Inventário Portage Operacionalizado para Crianças com Baixa Visão: Uma análise de especialistas. *Avaliação Psicológica*, 22(2), 134-142.
- <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2023.2202.20915.03>
- Rossi, L. D. (2010). *Avaliação da Visão Funcional (AVIF) para crianças de dois a seis anos com baixa visão: exame de confiabilidade e de validade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/ECJS-86GGRM>
- Ruiz, M. C. P., Molina, D. R., Bueno, M. C. T., & Lara, R. T. (2003). Diagnóstico e avaliação da visão funcional. In M. B. Martín, & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos* (pp. 45–65). Santos.

- Santana, D. A. S., & Wartha, E. J. (2020). Construção e validação de instrumento de coleta de dados na pesquisa em Ensino de Ciências. *Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 16(36), 39–52.
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/7109>
- Santos, M. A., Lopes, M. C. B., & Nakanami, C. R. (2021). Desempenho funcional nas atividades básicas devida diária em crianças com deficiência visual. *Psicologia e Saúde em Debate*, 7(2), 113–130. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A8>
- Silva, M. A., de Mendonça, E. J., Filho, & Bandeira, D. R. (2019). Development of the Dimensional Inventory of Child Development Assessment (IDADI). *Psico-USF*, 24(1), 11–26. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240102>
- Silva, R. F., & Tanaka, O. Y. (1999). Técnica Delphi: identificando as competências gerais do médico e do enfermeiro que atuam em atenção primária de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem*, 33(3), 207–216.
<https://doi.org/10.1590/S0080-62341999000300001>
- Sireci, S. G., Yang, Y., Harter, J., & Ehrlich, E. J. (2006). Evaluating guidelines for test adaptations: A methodological analysis of translation quality. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 37(5), 557–567.
<https://doi.org/10.1177/0022022106290478>
- Sousa, G. F. (2022). *Dificuldades de aprendizagem relacionadas à visão: Avaliação no contexto escolar com a Escala de Avaliação do Estresse Visual na Leitura pelo Professor (EEV)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília]. UCB.
- Souza, A. C., Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da

validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 649–659.

<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>

Tilden, V. P., Nelson, C. A., & May, B. A. (1990). Use of qualitative methods to enhance content validity. *Nursing Research*, 39(3), 172–175.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2342905/>

Topf, M. (1986). Three estimates of interrater reliability for nominal data. *Nursing Research*, 35(4), 253–245. <https://doi.org/10.1097/00006199-198607000-00020>

Vaz, L. A., & Melo, D. M. (2022). Avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: Uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia*, 4(8), 267–282.

<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3415>

Vituri, D. W., & Matsuda, L. M. (2009). Content validation of quality indicators for nursing care evaluation. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(2), 426–434.

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jD7BttWdQcPCwcxMgDpWGWx/?format=pdf&lang=en>

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon/Fapesp.

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos*. Juruá.

Yousuf, M. I. (2007). Using experts' opinions through *Delphi* technique. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 12(4), 1–9.

Estudo 2

Avaliação pelo Público-Alvo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão

Resumo

A avaliação do instrumento pelo público-alvo é uma das etapas importantes na validação de um instrumento, pois é quando se avalia a compreensão das instruções e dos itens por aqueles que serão seus usuários. O Inventário Portage Operacionalizado foi adaptado para uma população específica de crianças com baixa visão (IPO-BV) e para cumprir os requisitos de uma adaptação rigorosa foi apreciado por profissionais que potencialmente seriam aplicadores do instrumento adaptado (IPO-BV). O objetivo deste estudo foi avaliar a compreensibilidade das expressões, termos e tarefas dos itens e das instruções do Inventário, por profissionais de diferentes áreas. Seis profissionais participaram do estudo. Elas tinham formação em Psicologia, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Educação Especial e Educação Física. Cada profissional respondeu individualmente a um protocolo on-line composto de 255 perguntas formatadas em escala do tipo Likert (pontuação de 1 a 4) e poderia oferecer sugestões gerais. As perguntas visavam avaliar três critérios – clareza, pertinência e relevância/abrangência – dos 248 itens adaptados, bem como a Instrução Geral e as Instruções Específicas das áreas. A análise foi realizada para cada critério, empregando-se o cálculo do Índice de Validade de Conteúdo (IVC). Dos 248 itens avaliados, 233 apresentaram IVC = 1,00, 15 deles obtiveram IVC = 0,83, satisfazendo o requisito de pontuação mínima de 0,80 em cada item. Um único item, na área de Cognição, apresentou IVC = 0,50 apenas no critério clareza, tendo obtido a pontuação = 0,83 nos critérios de pertinência e relevância/abrangência. Esse item foi reformulado atendendo as observações das profissionais. A etapa realizada foi essencial para avaliar a

compreensão do instrumento pelo seu público-alvo. A continuidade de estudos sobre o IPO-BV poderia incluir, além de um estudo-piloto, a aplicação do instrumento por profissionais de outras especialidades, em maior número e em todas as regiões do país, de modo a aumentar a avaliação da sua aplicabilidade.

Palavras-chave: validade de conteúdo, avaliação; Inventário Portage Operacionalizado, baixa visão, criança

Introdução

De acordo com Glaser e Strauss (1967, 2009), Epstein et al. (2015), Souza et al. (2017) e Santana e Wartha (2020), a etapa de avaliação do instrumento pelo público-alvo é uma das mais importantes no processo de adaptação ou construção e validação de um instrumento, pois é por meio dessa avaliação que é verificada a compreensão dos itens e instruções do instrumento por aqueles que serão seus usuários. Esses mesmos autores informam que não há um consenso na literatura científica em relação à quantidade de participantes que devem fazer parte dessa etapa.

Glaser e Strauss (2009) chamam a atenção para esse aspecto, dizendo que a quantidade e a escolha de participantes, nesse momento da pesquisa, podem depender do tipo de instrumento, da quantidade de itens adaptados ou construídos e do nível de saturação durante a avaliação do instrumento, ou seja, essa etapa pode ser realizada várias vezes, até o momento em que as sugestões indicadas pelos participantes comecem a ficar repetidas ou escassas.

Borsa et al. (2012) e Bandeira (2019) destacam um fator importante em relação à escolha do público-alvo. Os autores descrevem que os sujeitos que participariam dessa etapa podem variar de acordo com as características dos respondentes aos quais o instrumento se destina. Por exemplo, se estamos falando de um instrumento para avaliação dos comportamentos de crianças pequenas, é indicado que o instrumento seja apresentado a um grupo de pessoas que atendem ou convivem diretamente com crianças pequenas, para que possam confirmar o quão claros são os itens, ou o quanto as expressões são representativas do vocabulário comumente utilizado pelo grupo.

Em relação ao público-alvo do IPO, as autoras Williams e Aiello (2001, 2018) afirmam que profissionais com especialidades diferentes e os leigos treinados podem empregar o instrumento para avaliar o desenvolvimento global de crianças de 0 a 6 anos

de idade e utilizar os resultados da avaliação para o planejamento e realização de intervenção para promover o desenvolvimento (Williams & Aiello, 2018).

Em um estudo de Aiello e Williams (2021), que teve o objetivo de revisar sistematicamente as publicações brasileiras sobre o uso do IPO nos últimos 14 anos, destaca-se a utilização do Inventário em várias regiões do Brasil, por diferentes profissionais e em diversos contextos. Nessa revisão, foram analisados 42 estudos, em relação ao objetivo, delineamento, procedimento, resultados e limitações. O IPO mostrou-se bastante útil, principalmente em caracterizar o repertório comportamental, avaliar e acompanhar o desenvolvimento de crianças de até 6 anos de idade, na realidade brasileira. Os estudos analisados também relataram que os principais usuários do instrumento foram professores, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, que o aplicaram em cerca de mil crianças, com 19 síndromes diferentes, em ambientes distintos, como residências, clínicas, escolas, instituições ou centros universitários.

Nessa direção, buscou-se atender as recomendações da literatura em relação à importância da avaliação do instrumento pelo público-alvo, destacada por Glaser e Strauss (1967, 2009), Epstein et al. (2015), Souza et al. (2017) e Santana e Wartha (2020), e à possibilidade de aplicação do IPO por profissionais de diferentes áreas, conforme descrito no manual (Williams & Aiello, 2001, 2018). Nessa etapa de avaliação do IPO-BV pelo público-alvo, a participação de profissionais de diversas áreas, que atendem ou apresentam experiência no acompanhamento de crianças com baixa visão, foi considerada essencial, pois esses profissionais fazem parte do público que convive e avalia as crianças com essa condição e que podem informar o quão claros são os itens, ou o quanto as expressões, materiais e condições propostas na adaptação

atendem as especificidades dessa população (Borsa et al., 2012; Bandeira 2019; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Campos & Oliveira, 2019; Vaz & Melo, 2022; Campos, 2022).

Ainda em relação ao público-alvo do IPO-BV, a avaliação da criança com baixa visão geralmente é realizada por profissionais de diferentes áreas que fazem parte de uma equipe transdisciplinar. Neste modelo, a avaliação conta com a participação de profissionais das áreas da saúde e educação, como: Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Pedagogia, Fisioterapia e Medicina (Veitzma, 1992; Sampaio & Haddad, 2009; Barbosa et al., 2018; Brandão et al., 2019).

Nessa avaliação, cada profissional com a formação específica de sua área, com especialização e experiência em deficiência visual (baixa visão e/ou cegueira), auxilia para que haja uma avaliação completa e detalhada da criança. Cabem a esses profissionais a observação de diversos repertórios da criança em diversos contextos e ambientes e a identificação dos limites e potencialidades que elas apresentam (Dworkin, 1989; Ruiz et al., 2003; Rezende et al., 2005; Malta et al., 2006; Santos et al., 2008; Santos et al., 2021).

Esse tipo de avaliação conjunta, que prioriza o diálogo entre os profissionais e que envolve, principalmente, a família nas decisões e ações que ocorrem antes e durante a intervenção, é a ideal. De acordo com Marques e Mendes (2014), é por meio desse tipo de trabalho que será possível avançar na descoberta das habilidades e dificuldades que a criança possui. Além disso, Williams e Aiello (2009) destacam que, ao atuar em parceria com a família, esta deixa de ser apenas a receptora de serviços e passa a ser uma protagonista social, com a capacidade de transformar e responder com integridade aos diferentes problemas que surgem ao longo da vida.

A avaliação realizada por profissionais de diferentes áreas que integram uma equipe transdisciplinar, com a participação ativa da família, comporta tanto a avaliação

clínica, que envolve o diagnóstico da patologia, compreendendo, por exemplo, os graus de comprometimento visual, quanto a comportamental e funcional, que são relacionadas às possibilidades de interação social da criança e ao uso da visão funcional, independentemente se essas especificidades são decorrentes da deficiência visual ocular (DVO) ou cortical (DVC) (Marques & Mendes, 2014).

Diante da importância da avaliação do instrumento pelo público-alvo e da demanda de avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão por profissionais de diferentes áreas, o objetivo do presente estudo foi avaliar a compreensibilidade das expressões, dos termos, das tarefas apresentadas nas instruções e dos itens do Inventário, por profissionais de diferentes áreas.

Método

Participantes

Participaram deste estudo seis profissionais que se declararam mulheres, sendo uma pedagoga, uma psicóloga, uma educadora física, uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga e uma educadora especial, com experiência no atendimento especializado de crianças com baixa visão.

Tabela 6

Caracterização das participantes

Prof.	Gênero	Área de atuação	Local de trabalho	Tempo de experiência	Faixa etária do público que atende	Formação adicional
P1	Feminino	Pedagogia	Instituição privada que oferece atendimento especializado	1 a 2 anos	0 a 2 anos, 2,1 a 4 anos, 4,1 a 6 anos, 6,1 a 8 anos, 8,1 a 10 anos, 10,1 a 12 anos, acima de 13 anos	Pós-graduação stricto sensu (mestrado)

P2	Feminino	Psicologia	Associação não governamental que oferece atendimento especializado, escola pública ou privada	11 anos ou mais	0 a 2 anos, 2,1 a 4 anos, 4,1 a 6 anos, 6,1 a 8 anos, 8,1 a 10 anos, 10,1 a 12 anos, acima de 13 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)
P3	Feminino	Educação Física	Clínica, instituição privada que oferece atendimento especializado	6 a 10 anos	2,1 a 4 anos, 4,1 a 6 anos, acima de 13 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)
P4	Feminino	Terapia Ocupacional	Clínica, instituição pública que oferece atendimento especializado	1 a 2 anos	0 a 2 anos, 2,1 a 4 anos, 4,1 a 6 anos, 6,1 a 8 anos, 8,1 a 10 anos, 10,1 a 12 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)
P5	Feminino	Fonoaudiologia	Instituição pública que oferece atendimento especializado	3 a 4 anos	0 a 2 anos, 2,1 a 4 anos, 4,1 a 6 anos, 6,1 a 8 anos	Aperfeiçoamentos
P6	Feminino	Educação Especial	Escola pública ou privada	11 anos ou mais	4,1 a 6 anos, 6,1 a 8 anos, 8,1 a 10 anos, 10,1 a 12 anos, acima de 13 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)

Nota. Autoria própria.

As participantes tinham no mínimo 1 ano de tempo de experiência, mas algumas tinham 11 ou mais. Quatro delas atendiam crianças a partir de 0 meses e tinham experiência no atendimento de população bem jovem abarcada pelo IPO. Em relação à formação, uma delas cursava pós-graduação stricto sensu na área de deficiência visual, uma tinha cursos de aperfeiçoamento, e quatro outras fizeram cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação lato sensu (especialização).

A Comissão de Especialistas (CE) tal como descrito em Quintão et al (2023) atuou na avaliação do material.

Local

As reuniões com as profissionais eram remotas e foram realizadas na plataforma Google Meet. O acesso a essa plataforma foi por e-mail institucional da UFSCar, o que possibilitou a gravação das reuniões e o armazenamento adequado das informações,

bem como aumentou a segurança da preservação dos dados. Todos os dados das reuniões foram criptografados e contaram com os recursos institucionais contra vazamentos de informações. A CE realizou em reuniões as análises em reuniões remotas periódicas.

Instrumentos, materiais e equipamentos

Um formulário on-line, organizado no Google Forms, foi denominado: “Protocolo de Avaliação do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão – Profissionais”. Nesse protocolo, as profissionais deveriam responder às perguntas, para cada um dos critérios – clareza, pertinência e abrangência –, assinalando um número de 1 a 4, em uma escala Likert. No protocolo havia um espaço para que cada profissional pudesse redigir sugestões gerais, informando se era preciso fazer alterações na Instrução Geral para Aplicadores, nas Instruções Específicas de cada área, na descrição dos itens e/ou em um ou mais de seus componentes (material, condição, resposta e/ou critério). Caso julgassem que não era preciso nenhum ajuste, as profissionais foram orientadas a responder “não se aplica”.

É importante destacar que, visando padronizar a avaliação do IPO-BV pelas profissionais, a cada sessão do protocolo, foi informado o significado dos critérios de clareza, pertinência e relevância/abrangência, com a seguinte redação:

- clareza: significa verificar a redação dos itens, ou seja, se cada item adaptado expressa adequadamente o que se espera medir e se eles foram redigidos de forma que o aplicador compreenda a atividade.
- pertinência: significa verificar se cada item realmente reflete a atividade proposta e se eles são adequados para atingir os objetivos propostos na avaliação.

- **relevância/abrangência:** significa verificar se o conjunto de itens propostos em cada área foi adequadamente coberto pela adaptação e se as necessidades das crianças com baixa visão foram contempladas nos componentes desses itens.

No “Protocolo de Avaliação do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão – Profissionais”, em cada pergunta relativa a um item ou Instrução (Geral e Específicas) havia as opções da escala Likert para cada critério, com a seguinte formulação:

- **clareza:** 1 = não claro, precisa de reformulação; 2 = pouco claro, precisa de grande revisão; 3 = bastante claro, precisa de pouca revisão; e 4 = muito claro, não precisa de revisão.
- **pertinência:** 1 = não pertinente, precisa de reformulação; 2 = pouco pertinente, precisa de grande revisão; 3 = bastante pertinente, precisa de pouca revisão; e 4 = muito pertinente, não precisa de revisão.
- **relevância/abrangência:** 1 = não abrangente, precisa de reformulação; 2 = pouco abrangente, precisa de grande revisão; 3 = bastante abrangente, precisa de pouca revisão; e 4 = muito abrangente, não precisa de revisão.

Figura 3

Exemplo de pergunta para a avaliação da Instrução Geral no protocolo enviado para as profissionais

Avalie a Instrução Geral para Aplicadores em relação aos critérios: clareza, pertinência e abrangência, assinalando uma das opções de 1 (precisa de reformulação) a 4 (não precisa de revisão).

	1	2	3	4
Clareza	☐	☐	☐	☐
Pertinência	☐	☐	☐	☐
Abrangência	☐	☐	☐	☐

Sugestões gerais. Informe, se será preciso fazer alterações na 'Instrução Geral para Aplicadores'. Caso seja necessário, escreva quais sugestões e caso não haja necessidade de ajustes escreva 'Não se aplica'

Sua resposta

Nota. Autoria própria.

Um roteiro guia para uniformizar as reuniões com as participantes foi elaborado e era composto de oito tópicos: (a) Boas-vindas e apresentação; (b) O que é o IPO-BV; (c) O que é o protocolo e o seu objetivo; (d) Como o protocolo de avaliação foi dividido; (e) Como preencher o protocolo; (f) Dar um exemplo; (g) Esclarecimento das dúvidas sobre o protocolo; (h) Encerramento e agradecimento.

Um notebook foi utilizado para o armazenamento dos dados, elaboração de uma planilha integrada e registros das informações necessárias para as análises qualitativas e quantitativas.

Procedimento

Coleta de dados.

A pesquisadora entrou em contato com as profissionais individualmente, por e-mail ou mensagens via WhatsApp, e lhes enviou uma carta-convite, contendo informações sobre o objetivo da pesquisa, o material que seria enviado para apreciação, a tarefa a ser realizada e o prazo para execução.

Ao aceitarem colaborar, as participantes receberam, por e-mail, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).² Depois da assinatura e devolução do termo para a pesquisadora, uma breve reunião remota, com duração de 30 minutos, foi agendada individualmente com cada profissional. Nessa reunião foram detalhados o objetivo do estudo e a forma de preenchimento do protocolo. Para garantir que todas as participantes recebessem o mesmo tipo de instrução, a pesquisadora recorreu ao roteiro que foi elaborado para guiar a reunião. Depois da reunião remota, foi enviado para o e-mail de cada profissional o link de acesso ao formulário.

Cada profissional teve um prazo de até dois meses para conclusão e envio da sua atividade, após o recebimento do material. Ao final do primeiro mês, a pesquisadora consultou-as sobre o andamento do trabalho e sobre qualquer necessidade de ajuda. Cada profissional foi orientada a entrar em contato com a pesquisadora caso finalizasse a avaliação e quisesse devolver o material antes do prazo, ou precisasse de mais tempo para concluí-la. Além disso, foi enfatizado que apenas e exclusivamente a profissional contatada poderia realizar a análise de todo o material.

A pesquisadora colocou-se à disposição para os casos de dúvidas, a qualquer momento. As profissionais poderiam consultá-la via e-mail ou WhatsApp para esclarecimentos.

Cinco profissionais demoraram cerca de um mês para responder ao convite e assinar o TCLE e solicitaram à pesquisadora mais tempo para concluir a avaliação. Todas as profissionais devolveram o material via e-mail, e o período entre receber e devolver o material foi de aproximadamente oito meses, exceto uma delas, que levou dois meses (pedagoga). A psicóloga, a terapeuta ocupacional, a educadora especial e a

² O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos com o parecer CAAE 39913420.0.0000.5504, nº 4.497.730, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

educadora física contataram a pesquisadora para tirar dúvidas relacionadas ao preenchimento do protocolo e ao armazenamento das informações preenchidas ao longo da avaliação.

A CE realizou, posteriormente, procedeu a análise do material enviado pelas profissionais

Análise de dados

Empregou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa para a análise das respostas das profissionais em relação à avaliação do IPO-BV, realizada pela CE.

A análise quantitativa compreendeu o cálculo do IVC, isto é, para verificar o Índice de Validade do Conteúdo da adaptação proposta. De acordo com Polit e Beck (2006), Pacico (2015), Pacico e Hutz (2015), Souza et al. (2017), o IVC mede a proporção ou porcentagem de avaliadores que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens. Esse método pressupõe a coleta de dados com o emprego de uma escala tipo Likert, com pontuação de 1 a 4, e permite inicialmente analisar cada item individualmente e, depois, o instrumento como um todo.

O cálculo do IVC de cada item foi realizado de forma computadorizada com a elaboração de uma planilha no programa Microsoft Excel. O índice foi calculado pela soma das respostas “3” e “4” (requerem pouca ou nenhuma reformulação) de cada participante, em cada item do instrumento, e dividindo o resultado dessa soma pelo número total de respostas (Wynd et al., 2003; Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017; Yusoff, 2019).

A fórmula para avaliar cada item individualmente é a seguinte:

$$\text{IVC} = \frac{\text{Número de respostas “3” ou “4”}}{\text{Número total de respostas}}$$

De acordo com a literatura, no cálculo do IVC, os itens que recebem pontuação “1” ou “2” (necessitam ser reformulados integralmente ou parcialmente) devem ser eliminados ou reformulados. A taxa de concordância “aceitável” entre os juízes deve ser superior a 0,80 para avaliação de cada item, examinados um a um. Para verificar a validade do instrumento de uma forma geral, deve haver concordância mínima de 0,80 e, preferencialmente, superior a 0,90 (Wynd et al., 2003; Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017; Yusoff, 2019).

A análise qualitativa consistiu na discussão das sugestões gerais, indicadas em um espaço específico ao final da avaliação quantitativa dos itens (Ver Figura 3) que receberam pontuação “1” ou “2”, e na verificação do consenso em relação à reformulação ou exclusão dos itens ou instruções.

Resultados

Nesta seção, inicialmente, foram apresentados os resultados relativos às Instruções Geral e Específicas por área. Na sequência, foram apresentados os resultados relativos aos 258 itens adaptados do IPO-BV.

O IVC dos critérios de clareza, pertinência e relevância/abrangência para a “Instrução Geral para Aplicadores” e para as “Instruções Específicas”, de cada área do IPO-BV, foi igual a 1,00, ou seja, superior ao mínimo exigido de 0,80 (Ver Tabela 7). Quanto à interpretação geral, pode-se concluir que tanto a “Instrução Geral para Aplicadores” quanto as “Instruções Específicas” foram consideradas aceitáveis pelo público-alvo e, portanto, não foram reformuladas.

Tabela 7

Resultado do IVC – Instrução Geral e Instruções Específicas para os critérios de clareza, pertinência e relevância/abrangência com a respectiva interpretação

Áreas	Instruções	IVC			Grau de Relevância	Interpretação
		Clareza	Pertinência	Abrangência		
	Geral – IPO-BV	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Est. Infantil	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Socialização	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Cognição	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Linguagem	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Autocuidados	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Desen. Motor	Específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável

Nota. IVC = Índice de Validade de Conteúdo.

Diante do resultado apresentado na Tabela 7, identificou-se que as Instruções Geral e Específicas apresentaram valor do IVC = 1,00. Isso resultou em uma interpretação geral de que todas as instruções foram consideradas “aceitáveis” pelo público-alvo. Logo, não houve análise qualitativa da Instrução Geral para Aplicadores nem das Instruções Específicas de cada área.

Na avaliação dos itens, por área do IPO-BV, todos os itens, exceto um, receberam pontuação 1,00 ou 0,83 do IVC, o que implicou a interpretação geral de que todos os itens adaptados foram considerados “aceitáveis” pelo público-alvo, e não houve análise qualitativa, pois nenhum deles exigia revisão ou reformulação.

No detalhamento por área, na área de Linguagem, todos os itens apresentaram valor do IVC = 1,00. Um único item, 12, da área de Cognição apresentou IVC inferior a 0,80 no critério clareza, ou seja, a redação do item foi interpretada como “inaceitável”.

Para as demais áreas, houve 15 itens com valor do IVC = 0,83, quais sejam: os itens 12, 26, 29 e 35 da área de Estimulação infantil; 7, 28 e 55 da área de Socialização; 18, 60 e 75 da área de Cognição; 67 da área de Autocuidados; e 24, 38, 121 e 137 da área de Desenvolvimento Motor.

Como dito, em toda a avaliação, o único item com IVC = 0,40, inferior a 0,80, foi o item 12 da área de Cognição, para o critério clareza, conforme descrito na Tabela 8.

Tabela 8

Item da área de Cognição que apresentou IVC inferior a 0,80

Áreas	Item	IVC			Nº de Concordância	Interpretação
		Clareza	Pertinência	Abrangência		
Cognição	12	0,50	0,83	0,83	3	Inaceitável

Nota. IVC = Índice de Validade de Conteúdo.

Na avaliação do item 12, três das seis profissionais deram nota inferior a 3 na escala do protocolo. Elas alegaram que o componente “material” estava pouco claro e precisava de reformulação na redação. A redação do componente que foi avaliada pelas profissionais era: “prancha com um orifício circular (contendo apenas o círculo). O círculo deve ter alto contraste ou cores vivas e ser de fácil apreensão”.

Segundo as profissionais, não era possível identificar qual era o material solicitado, pois o nome “prancha de encaixe com orifício circular” não era compreensível. A CE reuniu-se e alterou a redação do componente “material”. Para chegar à formulação final do componente, a Comissão comparou a redação à descrição de diversos materiais similares. Depois de reformular a redação do componente, a descrição foi lida informalmente para algumas profissionais (psicólogas e pedagogas), e solicitou-se que desenhasssem o material de acordo com a descrição. A formulação final do componente passou a ser “Círculo no centro de uma prancha ou suporte de encaixe. O círculo deve ter alto contraste ou cores vivas em relação à prancha ou suporte e ser de fácil apreensão”.

Discussão

A avaliação do instrumento realizada pelas seis profissionais resultou na manutenção do conteúdo da Instrução Geral para Aplicadores, das Instruções

Específicas de cada área e de 247 itens adaptados, pois apresentaram o valor de IVC superior a 0,80. Houve a necessidade de revisão e reformulação apenas do item 12 da área de Cognição, com o valor do IVC = 0,50 para o critério clareza.

Esse resultado obtido na avaliação das profissionais atende aos critérios estabelecidos pela literatura, a qual afirma que, caso haja seis ou mais avaliadores, os itens podem ser considerados válidos se apresentarem o valor do IVC = ou > 0,80 (Wynd et al., 2003; Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017; Yusoff, 2019). Alexandre e Coluci (2011) complementam afirmando que esse procedimento deve ser considerado por pesquisadores e profissionais da área de saúde, preocupados em utilizar instrumentos confiáveis e apropriados para determinada população.

O procedimento de validade do conteúdo, adotado para a análise de concordância das sugestões indicadas pelas profissionais que avaliaram o IPO-BV, vai ao encontro dos estudos realizados e das recomendações feitas pela literatura nacional e internacional, na área de construção e adaptação de instrumentos (Coluci et al., 2015; Silva et al., 2019; Santana & Wartha, 2020).

Resultados semelhantes aos descritos neste estudo podem ser encontrados principalmente em pesquisas que utilizaram o IVC para verificar a validade de conteúdo de itens adaptados ou construídos. Um exemplo é a pesquisa de Oliveira e Lima (2017), na qual o objetivo foi construir e validar o conteúdo da Escala de Avaliação do Autocuidado de Pacientes com Insuficiência Cardíaca. Oito juízas opinaram sobre a adequação de 29 itens, segundo os critérios clareza, precisão e relevância, e o IVC foi calculado para cada critério em todos os itens, obtendo 20 itens com IVC superior a 0,80. Comprovada a validade de conteúdo da escala, nove itens foram eliminados ou reagrupados. Ao final, o instrumento ficou composto de 20 itens organizados em seis dimensões: Nutrição (4 itens), Atividade e repouso (3 itens), Percepção e cognição (3

itens), Promoção da saúde (6 itens), Tolerância ao estresse (2 itens) e Papéis e relacionamentos (2 itens). Outros autores, como Silva et al. (2019) e Santana e Wartha (2020), empregaram o IVC nas análises das pesquisas, cuja finalidade era a validação do conteúdo dos itens dos instrumentos construídos por eles.

É importante enfatizar que as sugestões indicadas pelas profissionais no item 12 da área de Cognição foram revisadas pela CE, e a redação do componente material foi reformulada com o intuito de melhorar a clareza do seu conteúdo e facilitar o entendimento da pessoa que irá aplicar o instrumento. Conforme Borsa et al. (2012), Souza et al. (2017) e Bandeira (2019), após um estudo de apreciação do instrumento pela população-alvo, as alterações que visam garantir melhorias na clareza do conteúdo de um instrumento são extremamente relevantes, pois possibilitam que o instrumento avaliado seja mais confiável e útil para seus futuros usuários, tornando-o apto para avançar em direção a novos estudos e análises psicométricas de modo a assegurar a sua qualidade.

De modo geral, em se tratando da busca por evidências de validade de conteúdo, os procedimentos apresentados aqui atenderam os critérios metodológicos recomendados pela literatura (Cassepp-Borges et al., 2010; Alexandre & Coluci, 2011; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Souza et al., 2017; Santana & Wartha, 2020).

No entanto, pelo menos duas limitações podem ser elencadas na realização deste estudo. A primeira é a ausência da participação de um número maior de profissionais das áreas citadas no estudo, e a segunda é a não inclusão de profissionais como fisioterapeutas, psicomotricistas, psicopedagogos e optometristas. Essas limitações resultaram tanto da dificuldade de encontrar profissionais que trabalhem no atendimento especializado de crianças com baixa visão (Haddad, 2006; Barbosa et al., 2018; Brandão et al., 2019; Vaz & Melo, 2022) quanto da disponibilidade dos profissionais

que atuam nessa área em responder ao protocolo de avaliação do instrumento.

Possivelmente, as dificuldades foram acentuadas devido à sobrecarga de trabalho durante pandemia da Covid-19, por exemplo, de médicos e fisioterapeutas (Ribeiro et al., 2020; Dantas, 2021).

Novos estudos podem ainda ser realizados com o objetivo de investigar se o IPO-BV apresenta bons resultados psicométricos para outros tipos de validade. Sugere-se também outros estudos, nos quais o IPO-BV seja utilizado na avaliação de crianças com baixa visão por um número maior de profissionais, de diferentes áreas, com o objetivo de verificar a sua real aplicabilidade nessa população.

Considere-se, que apesar dos pontos positivos apresentados, houve inúmeros desafios durante a realização deste estudo. Os mais significativos foram: a demora das profissionais em responder ao convite e assinar o TCLE, o não cumprimento do prazo combinado para a resposta do protocolo e a dificuldade no carregamento, atualização e download das respostas das participantes. Isso pode ter ocorrido devido a alguns fatores, como: o número de itens a serem avaliados (248) no formulário do Google e os entraves para o contato pessoal e presencial entre pesquisadora e participantes.

A pandemia da Covid-19 restringiu o contato presencial e pessoal com todos os profissionais, que se transformou em trocas por e-mail, WhatsApp ou videochamada. É possível supor que o impacto profundo no cotidiano de todos, decorrente da pandemia, somado ao contato remoto, pode ter dificultado o andamento da coleta, tendo em vista as inúmeras demandas de atividades on-line e familiares que foram concorrentes no período pandêmico.

A experiência da realização da pesquisa no período de isolamento social permite sugerir que estudos futuros empreguem outras estratégias para o contato com os participantes. Adotar uma abordagem de coleta mista, mesclando a visita presencial da

pesquisadora à instituição em que o profissional trabalha, a entrega do TCLE impresso, o envio do protocolo de avaliação do instrumento em outro formato, ou utilizando outras plataformas e softwares confiáveis, com interfaces amigáveis, que suportam uma maior quantidade de informações, podem ser fatores importantes para o sucesso da coleta de dados. De acordo com Salvador et al. (2020), o uso da tecnologia e recursos digitais em pesquisa é uma possibilidade emergente e com enorme potencial, mas ainda precisa ser mais bem investigada. As autoras destacam que a realização de coletas de dados totalmente on-line, por meio de formulários, plataformas e redes sociais, ainda enfrenta desafios, como: alta taxa de não resposta, impossibilidade de esclarecimento imediato de dúvidas e pouca profundidade das respostas (Salvador et al., 2020).

Em resumo, a avaliação do IPO-BV pelo público-alvo, realizada neste estudo, resultou na manutenção do conteúdo de 247 itens adaptados, dos 332 itens do IPO original, da Instrução Geral para Aplicadores e das Instruções Específicas de cada área, bem como na reformulação do componente “material” de um único item (12 – Cognição). A apreciação do IPO-BV pelo público-alvo teve resultados favoráveis na avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão, pois produziu dados confiáveis em relação à validade de conteúdo do instrumento (Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017).

Destaca-se ainda que a continuidade nos estudos sobre o IPO-BV, incluindo estudos-pilotos, a aplicação do instrumento em larga escala com a realização de análises psicométricas, poderá produzir evidências de aplicabilidade do instrumento. Estudos dessa natureza permitiriam confirmar ou não a adequação dos seus itens e a dificuldade de aplicação por um maior número de profissionais de diferentes áreas (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019).

Referências

- Aiello, A. L. R., & Williams, L. C. A. (2021). Inventário Portage Operacionalizado (IPO): Revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 37(37545), 1–10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37545>
- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(7), 3061–3068. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- Bandeira, D. R. (2019). Adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 69–74). Vozes.
- Barbosa, I. M. R., Gagliardo, H. G. R. G., Bruno, M. M. G., & Gasparetto, M. E. R. F. (2018). Avaliação da visão funcional em crianças com deficiência visual e múltipla deficiência como estratégia de apoio para professores e responsáveis. *Revista Educação Especial*, 31(61), 387–404. <https://doi.org/10.5902/1984686X25005>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paideia*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Brandão, A. O., Vasconcelos, G. C., Tibúrcio, D. J., Rossi, L. D. F. R., & Andrade, G. M. Q. (2019). Avaliação da funcionalidade em crianças de 4-6 anos apresentando toxoplasmose congênita e retinocoroidite. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(1), 45–53. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1250>

- Campos, C. R. (2022). Deficiência visual: Possibilidades e desafios em Avaliação Psicológica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1), Artigo e17330. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202215e17330>
- Campos, C. R., & Oliveira, C. M. (2019). Desenvolvimento de instrumentos psicológicos para população com deficiência. In C. R. Campos, & T. C. Nakano (Orgs.), *Avaliação psicológica direcionada a populações específicas: Técnicas, métodos e estratégias* (Vol. 2, pp. 9–29). Vetor.
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A. A., & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (4a ed., pp. 506–520). Artmed.
- Coluci, M. Z. O., Alexandre, N. M. C., & Milani, D. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925–936. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2017). *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos*. Vetor.
- Dantas, E. S. O. (2021). Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. *Interface*, 25(1), Artigo 200203. <https://doi.org/10.1590/Interface.200203>
- Dworkin, P. H. (1989). British and American recommendations for developmental monitoring: The role of surveillance. *Pediatrics*, 84(6), 1000–1010.
- Epstein, J., Santo, R. M., & Guillemin, F. (2015). A review of guidelines for cross-cultural adaptation of questionnaires could not bring out a consensus. *Journal of Clinical Epidemiology*, 68(4), 435–441. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2014.11.021>

- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Sociology Press.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. (2009). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Transaction Publishers.
- Haddad, M. (2006). *Habilitação e reabilitação de escolares com baixa visão: aspectos médico-sociais* [Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da USP.
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5149/tde-23112006-133322/>
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini. *Psicometria: Coleção Avaliação Psicológica* (pp. 12–21). Artmed.
- Malta, J., Endriss, D., Rached, S., Moura, T., & Ventura, L. (2006). Desempenho funcional de crianças com deficiência visual, atendidas no Departamento de Estimulação Visual da Fundação Altino Ventura. *Arquivo Brasileiro de Oftalmologia*, 69(4), 571-574.
- Marques, L. C., & Mendes, E. G. (2014). *O aluno com deficiência visual cortical*. EdUFSCar.
- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 35(3), 886–899.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt>
- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2019). Testagem universal: avaliação psicológica a pessoas com deficiência. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M.

- Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 75–88). Vozes.
- Oliveira, S. K. P., & Lima, F. E. T. (2017). Validação de conteúdo da escala de avaliação do autocuidado de pacientes com insuficiência cardíaca. *Revista Rene*, 18(2), 148–155. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.2017000200002>
- Pacico, J. C. (2015). Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In C. Hutz, D. Bandeira, C. Trentini (Orgs.), *Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica* (pp. 54–65). Artmed.
- Pacico, J. C., & Hutz, C. S. (2015). Validade. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 71–84). Artmed.
- Pinero, D. M. C., Quero, F. O., & Díaz, F. R. (2003). Estimulação visual: Aprender a ver. In M. B. Martín & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 129–153). Santos.
- Polit, D. F., Beck, C. T. (2006). The content validity index: are you sure you know what's being reported? Critique and recommendations. *Research in Nursing & Health*, 29(5), 489–497. <https://doi.org/10.1002/nur.20147>
- Quintão, C. S., Aiello, A. L. R., & Gil, M. S. C. A. (2023). Inventário Portage Operacionalizado para Crianças com Baixa Visão: Uma análise de especialistas. *Avaliação Psicológica*, 22(2), 134-142. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2023.2202.20915.03>
- Rezende, M. A., Beleti, V. C., & Santos, J. L. (2005). Follow-up of the child's motor abilities in day-care centers and pre-schools. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(61), 9–25.
- Ribeiro, A. P., Oliveira, G. L., Silva, L. S., & de Souza, E. R. (2020). Saúde e segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia

- de Covid-19: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45(25), 1–12. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000013920>
- Ruiz, M. C. P., Molina, D. R., Bueno, M. C. T., & Lara, R. T. (2003). Diagnóstico e avaliação da visão funcional. In M. B. Martín & S. T. Bueno (Orgs.), *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 45–65). Santos. Salvador, P. T. C. O., Alves, K. Y. A., Rodrigues, C. C. F. M., & Oliveira, L. V. (2020). Estratégias de coleta de dados online nas pesquisas qualitativas da área da saúde: scoping review. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 41, Artigo e20190297. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190297>
- Sampaio, M. W., & Haddad, M. A. O. (2009). *Baixa visão: manual para o oftalmologista*. Guanabara Koogan.
- Santana, D. A. S., & Wartha, E. J. (2020). Construção e validação de instrumento de coleta de dados na pesquisa em Ensino de Ciências. *Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 16(36), 39–52. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/7109>
- Santos, M. A., Lopes, M. C. B., & Nakanami, C. R. (2021). Desempenho funcional nas atividades básicas devida diária em crianças com deficiência visual. *Psicologia e Saúde em Debate*, 7(2), 113–130. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A8>
- Santos, R. S., Araújo, A. P. Q. C., & Porto, M. A. S. (2008). Diagnóstico precoce de anormalidades no desenvolvimento em prematuros: Instrumentos de avaliação. *Jornal de Pediatria*, 84, 289–299. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572008000400003>
- Silva, N. M., Rosado, S. R., dos Santos, M. A., & Sonobe, H. M. (2019). Validação de instrumento de caracterização para pacientes com patologias colorretais. *Revista*

de Enfermagem UFPE Online, 13(4), 960–965. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i4a237625p960-965-2019>

Souza, A. C., Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 649–659.

<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>

Vaz, L. A., & Melo, D. M. (2022). Avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: Uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia*, 4(8), 267–282.

<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3415>

Veitzma, S. (1992). O papel do oftalmologista numa equipe multidisciplinar para a habilitação de crianças deficientes visuais. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 55(5), 215–217.

<https://www.scielo.br/j/abo/a/h7dvG6cdxSMmtG9FyKCX4Hn/?format=pdf>

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon/Fapesp.

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2009). Empoderamento de famílias: O que vem a ser e como medir. In E. G. Mendes, M. A. Almeida, & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em Educação Especial: Avanços recentes* (pp. 197–202). EdUFSCar.

Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos*. Juruá.

Wynd, C. A., Schmidt, B., & Schaefer, M. A. (2003). Two quantitative approaches for estimating content validity. *Western Journal of Nursing Research*, 25(5), 508–518. <https://doi.org/10.1177/0193945903252998>

Yusoff, M. S. B. (2019). ABC of content validation and content validity index calculation. *Education in Medicine Journal*, 11(2), 49–54.

<https://doi.org/10.21315/eimj2019.11.2.6>

Estudo 3

Avaliação da Aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão

Resumo

Ao examinar a aplicabilidade de um instrumento de avaliação psicológica, pesquisadores investigam a possibilidade de uso do instrumento pela população-alvo e realizam um ou mais estudos-pilotos, antes da aplicação do instrumento em larga escala. Neste estudo, o objetivo foi avaliar a aplicabilidade do IPO-BV por profissionais de diferentes áreas. Participaram uma fonoaudióloga, uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga que atendiam crianças com baixa visão em duas cidades de médio porte no interior de Minas Gerais. Cada profissional aplicou o instrumento em uma criança com baixa visão e preencheu um formulário com o Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV para avaliar as possíveis facilidades e dificuldades de compreensão das instruções e da aplicação dos itens. Os resultados indicaram que a Instrução Geral e as Instruções Específicas de cada área eram claras, objetivas e de fácil compreensão. Em relação às dificuldades ou facilidades na aplicação dos itens de cada área, duas profissionais convergiram nas avaliações, e a terceira profissional divergiu das outras duas. A fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional avaliaram positivamente a aplicação dos itens das áreas de Socialização, Cognição, Linguagem, Autocuidados e Desenvolvimento Motor e destacaram que houve facilidade ao aplicar os itens dessas áreas (notas 4 e 5). A Estimulação Infantil foi avaliada somente pela terapeuta ocupacional em função da idade das crianças. A psicóloga avaliou positivamente a aplicação dos itens das áreas de Autocuidados e Desenvolvimento Motor, mas atribuiu notas 1 e 2 para a aplicação dos itens nas áreas de Socialização, Cognição e Linguagem. A dificuldade relatada pela psicóloga estava relacionada ao tempo necessário para a

preparação dos materiais adaptados e à organização das condições, que também foi indicada pela fonoaudióloga ao final da aplicação. De modo geral, os resultados foram favoráveis à aplicabilidade do IPO-BV. Entretanto, diante da avaliação sobre a necessidade de despende tempo com a organização do material e condições de aplicação dos itens, por duas participantes, foi incluído um alerta sobre a importância de considerar o tempo de preparação da aplicação nas Instruções Geral e Específicas em cada área. Novos estudos de aplicabilidade poderão incluir profissionais com outras especialidades e leigos treinados, em outras regiões do país, ampliando a amostra da avaliação da aplicabilidade do IPO-BV.

Palavras-chave: aplicabilidade; Inventário Portage Operacionalizado; baixa visão; estudo-piloto; crianças

Introdução

O Inventário Portage Operacionalizado (IPO) é um inventário comportamental que avalia o desenvolvimento global e por área de crianças de 0 a 72 meses. O instrumento foi adaptado para crianças com baixa visão e validado para o Brasil por Williams e Aiello (2001, 2018), recebendo o título de Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) (Quintão et al., 2023).

Visando a validação do instrumento, nesta tese foram realizados dois estudos para investigar as evidências de validade (Estudo 1, p. 33 e Estudo 2, p. 66). O primeiro teve o objetivo de aferir a validade de conteúdo do IPO-BV, de acordo com as sugestões de quatro juízas experts em Baixa Visão, Desenvolvimento Infantil, Construção do Instrumento e Aplicação do IPO. E no segundo o objetivo foi avaliar a compreensibilidade, por profissionais de diferentes áreas, das expressões, termos, tarefas das instruções e dos itens do Inventário. Os resultados obtidos nos dois estudos produziram evidências de validade em relação ao conteúdo do IPO-BV, atendendo aos requisitos para avaliar o público a quem ele se destina.

Dado que os resultados indicaram que há evidências de validade de conteúdo do Inventário adaptado para crianças com baixa visão, levantou-se a possibilidade de averiguar as condições de aplicação do instrumento pelo público-alvo. Sendo assim, este estudo buscou avaliar a aplicabilidade do IPO-BV em crianças com baixa visão por profissionais de diferentes áreas. Ao avaliar a aplicabilidade, pesquisadores investigam a viabilidade do emprego do instrumento pela população-alvo e realizam um ou mais estudos-pilotos, antes da aplicação do instrumento em larga escala (Gudmundsson, 2009; Morgado et al., 2017; Khouri & Silva, 2019; Selau et al., 2020; Almeida & Freire, 2021).

A decisão de examinar a aplicabilidade do IPO-BV por profissionais de diferentes áreas foi ancorada em duas questões. A primeira questionava se o instrumento adaptado estaria claro o suficiente para a aplicação por profissionais de diferentes áreas, assim como previsto no IPO original produzido por Williams e Aiello (2001, 2018). E, a segunda, indagava as possíveis facilidades ou dificuldades que diferentes profissionais videntes, experientes no atendimento de crianças com baixa visão, poderiam encontrar ao aplicar o IPO-BV nessa população.

A primeira pergunta diz respeito à estrutura do instrumento e direciona a investigação para aspectos relacionados à compreensão das instruções e dos itens do instrumento pela população-alvo. Uma resposta positiva à questão indicaria que a possibilidade de aplicação do Inventário adaptado por seu público-alvo se manteve igual ao IPO original (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019).

A segunda pergunta pareceu necessária em virtude de a aplicação do IPO-BV ser possivelmente realizada por profissionais videntes, que são expostos a um ambiente organizado para pessoas sem deficiência visual e que enxergam o mundo por uma perspectiva diferente daquela da criança que nasceu com baixa visão, por exemplo. Devido à discrepância de percepção de mundo entre as crianças com baixa visão e as pessoas videntes, profissionais que trabalham com essa população, mesmo que muito experientes, podem enfrentar dificuldade em organizar um ambiente favorável ao levantamento do repertório da criança no processo de avaliação e intervenção, caso não tenham recebido nenhum tipo de orientação (Masini, 1995; Corn & Erin, 2010; França-Freitas & Gil, 2012). Consequentemente, a ausência de acesso a materiais adequados e a ambientes que atendam às necessidades das crianças contribui para que elas não consigam cumprir as tarefas pelo impedimento de usar a sua visão funcional para

interagir com objetos, pessoas ou situações presentes no ambiente (Masini, 1995; Corn & Erin, 2010; Zanfelicci & Oliveira, 2013; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Quintão et al., 2021). Logo, o resultado da avaliação estaria comprometido e, o direito a um processo avaliativo inclusivo, estaria violado (Campos, 2022; Vaz & Melo, 2022).

Para a finalidade de examinar a aplicabilidade do IPO-BV, foi realizado um estudo-piloto, conforme orienta a literatura da área de construção e adaptação de instrumentos (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019).

A decisão de recorrer a um estudo-piloto, como um procedimento para avaliação da aplicabilidade do IPO-BV, foi baseada nas orientações de Borsa et al. (2012), Cassepp-Borges et al. (2010), Hutz (2015), Pacico (2015) e Damásio e Borsa (2017). Os autores consideram que a realização do estudo-piloto é relevante para a construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos e deve ser realizado antes de se afirmar que um novo instrumento está pronto para aplicação em larga escala.

Um estudo-piloto consiste na aplicação prévia do instrumento em uma pequena amostra que reflita as características da amostra/população-alvo (Gudmundsson, 2009; Khouri & Silva, 2019; Selau et al., 2020; Almeida & Freire, 2021). Mais uma vez, o processo de adaptação e validação preconiza avaliar a adequação dos itens em relação ao significado e à dificuldade de compreensão e aplicação, bem como as instruções para a administração do instrumento. Após as modificações sugeridas no primeiro estudo-piloto, sugere-se realizar outros estudos-piloto, quantos forem necessários, para avaliar se o instrumento está, finalmente, pronto para ser utilizado (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Pacico, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Bandeira, 2019).

É importante destacar que, diferentemente do que ocorre para os estudos psicométricos, não há um consenso na literatura em relação a um número mínimo de participantes para a realização de estudos-pilotos. Borsa et al. (2012), Hutz (2015) e Almeida e Freire (2021) afirmam que a quantidade de participantes em estudos-pilotos pode variar em função das diferentes características dos instrumentos e do público para o qual ele se destina.

Considerando as características do IPO-BV e a necessidade de avaliar a viabilidade de sua aplicação pelo seu público-alvo, o objetivo deste trabalho foi avaliar a aplicabilidade do IPO-BV por profissionais de diferentes áreas.

Método

Participantes

Participaram deste estudo, três profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, que se declararam mulheres, com faixa etária entre 32 e 40 anos e que trabalhavam em clínicas particulares e em dois centros de referência especializados no atendimento de pessoas com deficiência visual, em duas cidades de médio porte no interior de Minas Gerais.

Tabela 9

Caracterização das participantes

Prof.	Gênero	Área de atuação	Local de trabalho	Tempo de experiência	Formação adicional
P1	Feminino	Fonoaudiologia	Instituição pública que oferece atendimento especializado	3 a 4 anos	Aperfeiçoamentos
P2	Feminino	Terapia Ocupacional	Clínica	3 a 4 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)
P3	Feminino	Psicologia	Associação não governamental que oferece atendimento especializado	7 a 10 anos	Aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização)

Nota. Autoria própria.

As participantes tinham de 3 a 10 anos de tempo de experiência. Todas elas atendiam crianças a partir de 0 meses e eram experientes no atendimento de população bem jovem abarcada pelo IPO. Em relação à formação, duas fizeram cursos de aperfeiçoamentos e pós-graduação lato sensu (especialização), e uma tinha cursos de aperfeiçoamentos.

Local

Os encontros presenciais para uma breve reunião inicial foram realizados na sala de atendimento da clínica ou das instituições onde as profissionais atuavam. A aplicação do instrumento pelas profissionais foi realizada na clínica, nas instituições ou na residência da criança. O preenchimento do Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV foi realizado pelas participantes de forma on-line via formulário do Google.

Instrumentos, materiais e equipamentos

Foi enviado para o e-mail de cada profissional uma Carta-Convite que continha informações sobre o objetivo da pesquisa, o material que seria enviado e as tarefas a serem cumpridas em caso de aceite. No dia da reunião presencial, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Preservação dos Direitos Autorais (TPDA) foram entregues para assinatura.

A reunião com as participantes foi guiada por um roteiro de entrevista com os seguintes tópicos: (a) apresentação do Manual do IPO-BV; (b) apresentação da tarefa a ser realizada; (c) o que é o Protocolo de avaliação da aplicabilidade e o seu objetivo; (d) como o Protocolo de avaliação foi organizado; (e) como preencher o Protocolo; (f) apresentação do tempo estimado para aplicação dos itens do IPO-BV; (g) esclarecimento das dúvidas sobre o IPO-BV e sobre o Protocolo; e (h) encerramento e agradecimento.

Posteriormente, foi entregue uma cópia impressa da versão preliminar do “Manual do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão, IPO-BV” às participantes, bem como o link para acesso ao formulário do Google com o Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV, contendo perguntas relacionadas às dificuldades e facilidades encontradas pelas profissionais durante a leitura e o manuseio da Instrução Geral para Aplicadores, das Instruções Específicas e a aplicação dos itens de cada área do IPO-BV.

Figura 4

Exemplo da organização do Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV para os itens da área de Socialização

AValiação da Aplicabilidade do IPO-BV – Área de Socialização

OBSERVAÇÃO: Depois de dar a nota para facilidade ou dificuldade você encontrará um pedido para escrever uma **Avaliação Geral**. É muito importante você **escrever a sua avaliação das dificuldades (Avaliação geral de dificuldade)** e, também **das facilidades (avaliação geral de facilidade)** encontradas durante a aplicação.

1- Dê uma nota para dificuldade ou facilidade na compreensão das orientações descritas nas Instruções Específicas da área de Socialização. Lembre-se: 1 = Extremamente difícil; 2 = Muito difícil; 3 = Moderada; 4 = Fácil; 5 = Muito fácil

1 2 3 4 5

1 = Extremamente difícil ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 5 = Muito fácil

Avaliação geral de dificuldade

Se você marcou uma nota igual a 1 ou 2 de dificuldade em compreender as Instruções Específicas da área de Socialização, descreva resumidamente quais foram essas dificuldades e indique sugestões para melhorar a compreensão. Caso não tenha marcado 1 ou 2, escreva "Não se aplica".

Avaliação geral de facilidade

Se você marcou nota, **4 ou 5 de facilidade** em compreender as **Instruções Específicas da área de Socialização**, descreva resumidamente quais foram essas facilidades e apresente as suas observações. Caso não tenha marcado **4 ou 5**, escreva "**Não se aplica**".

Sua resposta

Se você marcou a **nota 3** para sua compreensão das **Instruções Específicas da área de Socialização**, justifique a sua escolha. Caso não tenha marcado **3**, escreva "**Não se aplica**".

Sua resposta

2- Dê uma nota para **difícilidade ou facilidade que você teve ao aplicar os itens da área de **Socialização**. Para dar a nota, **pense no título do item, no material, na condição, no critério e na resposta**.
Lembre-se: 1 = Extremamente difícil; 2 = Muito difícil; 3 = Moderada; 4 = Fácil; 5 = Muito fácil**

1 2 3 4 5

1 = Extremamente difícil ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 5 = Muito fácil

Avaliação geral de dificuldade

Se você marcou uma nota igual a **1 ou 2 de dificuldade** em relação a sua **percepção ao aplicar os itens da área de Socialização**, escreva resumidamente quais foram essas **dificuldades** e indique sugestões para melhorar a compreensão. Caso não tenha marcado **1 ou 2**, escreva "**Não se aplica**".

Your answer

Avaliação geral de facilidade

Se você marcou uma nota igual a **4 ou 5 de facilidade** em relação sua **percepção ao aplicar os itens da área de Socialização**, descreva resumidamente quais foram essas facilidades e apresente as suas observações. Caso não tenha marcado **4 ou 5**, escreva "**Não se aplica**".

Your answer

Se você marcou a **nota 3** em relação a sua **percepção ao aplicar os itens da área de Socialização**, justifique a sua escolha. Caso não tenha marcado **3**, escreva "**Não se aplica**".

Your answer

Nota. Autoria própria.

Ao abrir o link que dava acesso ao Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV, cada profissional deparava-se com a sessão de apresentação, que possuía a

saudação de boas-vindas, informações sobre o IPO-BV e o objetivo da avaliação. Em seguida, a participante era direcionada à sessão de identificação, na qual era solicitado o preenchimento de dados pessoais e profissionais, para fins de caracterização das participantes. Logo após, a profissional era encaminhada para a leitura da sessão de orientações para uso da escala do tipo Likert e acréscimo da avaliação geral, que continha instruções sobre como deveria responder cada pergunta, atribuindo notas de 1 a 5 pontos, em que 1 correspondia a “extremamente difícil”, 2 a “muito difícil”, 3 a “moderado”, 4 a “fácil” e 5 a “muito fácil”.

Os itens relativos à avaliação pelas profissionais foram organizados em sete sessões. A primeira foi destinada à avaliação da Instrução Geral para Aplicadores, e as outras seis foram destinadas à avaliação das Instruções Específicas e da aplicação dos itens de cada área do IPO-BV. Na sessão correspondente a cada área, era solicitado que a participante respondesse a duas perguntas: a primeira tratava da compreensão das Instruções Específicas, e a segunda versava sobre a aplicação dos itens, que deveria levar em consideração o título do item, e os respectivos componentes – material, condição, critério e resposta.

Em relação à aplicação dos itens de cada área, após a apresentação da escala, havia a solicitação da avaliação, por escrito, no espaço indicado pela expressão “*Your answer*”. A solicitação era para avaliar a facilidade (notas 4/fácil e 5/muito fácil), a dificuldade (notas 1/extremamente difícil e 2/muito difícil) ou a posição intermediária (nota 3/moderado). Destaca-se que o significado de cada nota da escala do tipo Likert (ver Figura 4) era apresentado em cada pergunta.

O equipamento utilizado para planejamento da pesquisa, elaboração do material oferecido às participantes, armazenamento dos dados e elaboração de uma planilha no Microsoft Excel para análise qualitativa foi um notebook.

Procedimento

Coleta de dados

A pesquisadora entrou em contato com as profissionais individualmente, via WhatsApp, e enviou uma Carta-Convite para cada uma delas. Ao aceitarem participar da pesquisa, uma reunião foi marcada com cada profissional, que recebeu pessoalmente a pesquisadora por aproximadamente 30 minutos. No início da reunião foram assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³ e o Termo de Preservação dos Direitos Autorais (TPDA).

Durante a reunião, o objetivo da avaliação e o preenchimento do Protocolo foram apresentados e explicados. Para garantir a similaridade de instruções para todas as participantes, o roteiro de entrevista foi seguido. Depois da reunião, a cópia impressa do Manual do IPO-BV foi entregue, e o link de acesso ao Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade foi enviado para o e-mail de cada profissional.

O trabalho de cada profissional consistiu em selecionar uma criança com a qual trabalhava e aplicar o IPO-BV. Ao empregar o Inventário, deveriam atender a Instrução Geral para Aplicadores, as Instruções Específicas de cada área e os itens do IPO-BV e observar as orientações relativas à faixa etária da criança.

O Inventário foi aplicado em três meninos com diagnóstico de baixa visão congênita. A Tabela 10 apresenta a caracterização das crianças avaliadas e o local de aplicação.

Tabela 10

Caracterização das crianças avaliadas pelo IPO-BV

Nome fictício	Gênero	Idade	Local da aplicação
João	Masculino	1 ano e 6 meses	Clínica

³ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos com o parecer CAAE 39913420.0.0000.5504 nº 4.497.730, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Luca ^a	Masculino	3 anos e 2 meses	Instituição e residência da criança
Théo	Masculino	5 anos e 4 meses	Instituição

^a De acordo com a profissional que atendia “Luca”, havia a hipótese de atraso no desenvolvimento e dificuldade de interação social.

Foi oferecido a cada profissional um prazo de dois meses para a aplicação do Inventário e preenchimento do Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV. Ao final do primeiro mês, a pesquisadora consultou as profissionais sobre o andamento do trabalho e sobre qualquer necessidade de ajuda. Cada profissional foi orientada a devolver o material antes do prazo, caso finalizasse a avaliação, e, caso precisasse de um prazo maior para concluí-la, poderia entrar contato com a pesquisadora. Além disso, foi sinalizado que a aplicação e a avaliação da aplicabilidade deveriam ser realizadas exclusivamente pela profissional, não sendo permitido o compartilhamento, digitalização ou xerox do Manual do IPO-BV, devido a questões legais de preservação dos direitos autorais. A pesquisadora colocou-se à disposição em caso de dúvidas durante a aplicação do IPO-BV ou preenchimento do formulário. As profissionais poderiam consultá-la via e-mail ou *WhatsApp* para esclarecimentos.

As três profissionais solicitaram mais tempo para concluir a avaliação. Todas devolveram o material pessoalmente e, o período entre receber e devolver o material foi de, aproximadamente, seis meses para cada profissional. A psicóloga e a terapeuta ocupacional contataram a pesquisadora para tirar dúvidas relacionadas à possibilidade de aplicação do IPO-BV na clínica, na instituição ou na residência da criança e ao tempo de armazenamento das informações preenchidas no protocolo ao longo da avaliação. As profissionais foram informadas de que tinham liberdade para escolher o local de aplicação e de que as informações registradas no protocolo permaneciam salvas no *Google Forms* por dois meses após o preenchimento. Após esse período, as respostas seriam arquivadas em uma planilha no Microsoft Excel.

Análise de dados

Empregou-se uma abordagem qualitativa para análise das respostas das profissionais em relação às facilidades e dificuldades encontradas na compreensão das instruções e na aplicação do IPO-BV (Morse, 1992; Borsa et al., 2012; Coluci et al., 2015; Hutz, 2015; Bandeira, 2019).

A análise de dados foi organizada em quatro momentos. No primeiro, as respostas individuais de cada profissional inscritas no Protocolo foram examinadas e inseridas em uma planilha no Microsoft Excel, juntamente das notas, observações, justificativas e sugestões informadas por cada profissional no preenchimento do Protocolo. Em seguida, na mesma planilha, as justificativas, observações e sugestões apresentadas pelas profissionais, em cada área do IPO-BV, foram marcadas e analisadas detalhadamente. No terceiro momento, as notas, observações, justificativas e sugestões fornecidas pelas profissionais foram transcritas integralmente, e organizou-se uma tabela com essas informações. As respostas relacionadas à percepção geral do instrumento foram transcritas para uma tabela única e analisadas em um quarto momento.

Resultados

De modo geral, os resultados deste estudo indicam uma avaliação favorável das profissionais com relação à aplicabilidade do IPO-BV em crianças com baixa visão.

A fonoaudióloga, a terapeuta ocupacional e a psicóloga atribuíram notas 4 ou 5 na compreensão das orientações da Instrução Geral para Aplicadores, ou seja, indicaram que o conteúdo da Instrução Geral foi considerado fácil (nota 4) e/ou muito fácil (nota 5) de ser entendido. No campo destinado a observações em caso de facilidade, todas as participantes sinalizaram que a Instrução Geral estava clara, objetiva e fácil de ser

compreendida, com destaque para a observação da terapeuta ocupacional, que redigiu o seguinte texto ao se referir ao conteúdo e à redação da Instrução Geral para Aplicadores.

“O manual ficou muito bem escrito e coeso. As informações iniciais, sobre baixa visão e sobre visão funcional estão claras e foram esclarecedoras, trazendo um bom entendimento sobre o que é a baixa visão, sobre visão funcional e já mostrando ao aplicador o que e como será importante se atentar durante a avaliação”.

Ao julgarem a compreensão das orientações descritas nas Instruções Específicas de cada área, visando a aplicabilidade do Inventário, as três participantes atribuíram notas 4 ou 5. No espaço do Protocolo destinado às observações, todas elas relataram brevemente e de forma semelhante que as Instruções Específicas eram claras e objetivas. Um exemplo desse tipo avaliação foi apresentado pela profissional de Fonoaudiologia, que escreveu a seguinte observação para a área de Socialização: “As instruções estão claras e fáceis de serem compreendidas”.

Na Tabela 11 foram apresentadas as notas da escala Likert (1 a 5) e a transcrição literal dos comentários das profissionais sobre a facilidade ou dificuldade de aplicação dos itens em cada área.

Tabela 11

Notas da escala Likert (1 a 5) e comentários das profissionais sobre a facilidade ou dificuldade de aplicação em cada área

Áreas	Fonoaudióloga		Terapeuta ocupacional		Psicóloga	
	Notas	Comentários	Notas	Comentários	Nota	Comentários
Est. Infantil	-	Não se aplica	4	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	-	Não se aplica
Socialização	5	Facilidade na aplicação dos itens e na preparação dos materiais e condições	4	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	1	Poucos materiais disponíveis. A referida criança também possui um atraso no seu desenvolvimento e apresenta dificuldade de interação social. ... Essa dificuldade da criança pode ter interferido no meu julgamento em relação à facilidade ou dificuldade de aplicação dos itens dessa área
Cognição	5	Facilidade na aplicação dos itens e na preparação dos materiais e condições	4	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	2	Dificuldade em proporcionar tempo adequado, ambiente favorável para as atividades e bons recursos para a utilização. O que não está diretamente associado à atividade, mas sim às condições materiais
Linguagem	5	Facilidade na aplicação dos itens e na preparação dos materiais e condições	4	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	2	Dificuldade de tempo para confecção de materiais
Autocuidados	5	Materiais de fácil acesso, condições e respostas bem claras e objetivas	4	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	5	Facilidade na aplicação, os materiais foram mais fáceis de adaptar, muitos objetos utilizados na aplicação dos itens dessa área já tinham na casa da criança
Desen. Motor	5	Materiais de fácil acesso, condições e respostas bem claras e objetivas	5	Materiais, condições e respostas bem detalhados, objetivos e claros	5	Instruções claras

Notas. Na coluna de comentários foram apresentadas as transcrições literais das respostas das profissionais no Protocolo de Avaliação da Aplicabilidade do IPO-BV. A informação “não se aplica” corresponde ao comentário da fonoaudióloga e da psicóloga em relação à área de Estimulação Infantil, pois não aplicaram essa área devido à faixa etária das crianças que foram avaliadas por essas profissionais.

A fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional atribuíram notas 4 ou 5 para a aplicação dos itens das áreas de Socialização, Cognição, Linguagem, Autocuidados e Desenvolvimento Motor. Cabe ressaltar que, em função da idade das crianças e das normas de aplicação do IPO-BV, somente a terapeuta ocupacional aplicou a área de Estimulação Infantil, na criança com idade de 1 ano e 6 meses, e atribuiu nota 4, indicando facilidade ao aplicar os itens dessa área.

As observações da fonoaudióloga em relação à aplicação dos itens das áreas de Socialização, Cognição, Linguagem, Autocuidados e Desenvolvimento Motor foram relacionadas à presença de clareza e objetividade na descrição dos itens e de seus componentes: material, condição e resposta. A terapeuta ocupacional repetiu o mesmo comentário para os itens de todas as áreas avaliadas pelo IPO-BV, explicitando que os componentes material, condições e respostas estavam bem detalhados, objetivos e claros.

A profissional psicóloga atribuiu notas 1 e 2 para os itens de três áreas do Inventário, a saber: Socialização, Cognição e Linguagem. Para as áreas de Autocuidados e Desenvolvimento Motor, as notas foram 5 (ver Tabela 11). A nota 1 foi atribuída para a aplicação dos itens da área de Socialização, indicando extrema dificuldade, e nota 2 para aplicação dos itens das áreas de Cognição e Linguagem, indicando muita dificuldade.

Os comentários da psicóloga para a área de Socialização foram relacionados à existência de poucos materiais disponíveis na instituição. A profissional adicionou que havia uma suspeita de a criança avaliada ter um atraso no desenvolvimento e apresentar dificuldade de interação social, o que justificaria a dificuldade de aplicação. A profissional acrescentou em seu relato que a dificuldade da criança pode ter interferido no julgamento em relação à facilidade ou dificuldade de aplicação dos itens dessa área.

Em relação à aplicação dos itens das áreas de Linguagem e Cognição, a psicóloga apontou a dificuldade com o tempo necessário para a preparação dos materiais e organização das condições e acrescentou a dificuldade em dispor de um ambiente favorável para as atividades da área de Cognição. Ela destacou que essas dificuldades não estavam diretamente associadas às atividades solicitadas nos itens, mas às condições e aos materiais necessários.

As observações da psicóloga a respeito da aplicação dos itens da área de Autocuidados foram relacionadas à facilidade de adaptação dos materiais. A profissional afirmou também que muitos objetos utilizados na aplicação dos itens dessa área já estavam disponíveis na casa da criança, pois para aplicar especificamente os itens dessa área a psicóloga se dirigiu até a residência da criança. Por fim, sobre a aplicação dos itens da área de Desenvolvimento Motor, a psicóloga relatou que as Instruções estavam claras.

Na Tabela 12, encontra-se a transcrição da percepção das profissionais sobre a aplicabilidade do IPO-BV.

Tabela 12

Percepção das profissionais sobre a aplicabilidade do IPO-BV após a aplicação do instrumento

Percepção geral das profissionais após a aplicação		
Fonoaudióloga	Terapeuta ocupacional	Psicóloga
O instrumento é excelente e apresenta informações claras e objetivas que auxiliam o aplicador na compreensão da visão funcional da criança e os possíveis danos nas funções visuais. Além disso, são descritas de forma detalhada como devem ser preparados os materiais antes da aplicação e quais as condições para avaliação. Um ponto importante que percebi foi a necessidade de maior tempo e dedicação para a preparação dos materiais adaptados, para organização do ambiente e para a escolha da minha roupa antes de iniciar a aplicação, mas isso não prejudicou ou dificultou a minha aplicação, apenas precisei me organizar melhor.	As orientações das instruções apresentam informações claras e coesas. O detalhamento dos itens facilita o entendimento e a aplicação do instrumento.	O instrumento é muito útil para a avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão. No entanto, em alguns itens das áreas de Socialização, Cognição e Linguagem eu encontrei dificuldade para preparar ou adaptar os materiais conforme solicitado. Além disso, percebi que alguns itens necessitam de maior clareza para compreensão da aplicação, por exemplo, em alguns itens faltou descrever, na condição, se naquela atividade deveria apresentar o objeto no campo visual da criança ou não.

Nota. Os comentários descritos em cada coluna são transcrições literais das respostas de cada profissional na última pergunta do Protocolo de Avaliação de Aplicabilidade do IPO-BV.

A percepção geral da fonoaudióloga e da terapeuta ocupacional em relação à aplicabilidade do IPO-BV foi a de que o instrumento tem clareza, coesão e objetividade e que o detalhamento dos itens facilita o entendimento do aplicador (Ver Tabela 12). A terapeuta ocupacional referiu-se exclusivamente às qualidades de clareza, coesão e detalhamento das instruções, apontando-as como favoráveis ao entendimento (possivelmente das instruções) e à aplicação.

A fonoaudióloga acrescentou que percebeu a necessidade de maior tempo e dedicação para preparação dos materiais adaptados, para organização do ambiente e para escolha do seu vestuário antes de iniciar a aplicação. Afirmou, contudo, que a necessidade de tempo não prejudicou ou dificultou a aplicação, apenas exigiu mais organização.

A psicóloga destacou a utilidade do Inventário para avaliação de crianças com baixa visão, mas enfatizou as exigências na preparação do material para as áreas de Socialização, Cognição e Linguagem. Além disso, a profissional informou que alguns itens “necessitam de maior clareza para compreensão da aplicação, por exemplo, em alguns itens faltou descrever, na condição, se naquela atividade deveria apresentar o objeto no campo visual da criança ou não”. Vale destacar que a psicóloga não elencou quais itens do instrumento necessitavam maior clareza para aplicação nem em quais itens faltou a descrição do componente “condição”.

Após a finalização da avaliação, a terapeuta ocupacional, por iniciativa própria, enviou uma mensagem de áudio, via *WhatsApp*, pedindo que se acrescentasse em seu comentário sobre a percepção geral de aplicabilidade do IPO-BV o seguinte:

“O fato de eu conhecer previamente o comprometimento visual da criança que eu avalio, ou seja, quais funções visuais foram mais atingidas pela sua patologia, e ter acesso às informações da avaliação da sua visão funcional realizada por uma equipe especializada, como foi orientado na Instrução

Geral para Aplicadores do IPO-BV, auxiliou bastante a preparação e organização dos materiais de cada área e facilitou muito a aplicação dos itens”.

No cômputo geral, a avaliação da aplicabilidade pelas participantes foi favorável ao emprego do IPO-BV. A convergência das profissionais em destacar a necessidade de despendermos mais tempo para a preparação do material e das condições de aplicação dos itens indica a necessidade de prevenir os profissionais que utilizarem o instrumento. Com o objetivo de aprimorar a orientação, foi acrescentado um alerta tanto na Instrução Geral quanto nas Instruções Específicas de cada área, destacando a necessidade de programar o tempo de preparação do material e das condições de aplicação quando se trata de avaliar o desenvolvimento das crianças com baixa visão.

Discussão

As três profissionais consideraram o IPO-BV um instrumento aplicável à população de crianças com baixa visão. Todas avaliaram a compreensão e o conteúdo das orientações da Instrução Geral e das Instruções Específicas com as notas 4/fácil ou 5/muito fácil. A fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional avaliaram a aplicação dos itens de todas as áreas do instrumento com as notas 4/fácil e/ou 5/muito fácil. A psicóloga avaliou a aplicação dos itens da área de Socialização com a nota 1/extremamente difícil, nota 2/muito difícil para as áreas de Cognição e Linguagem, e nota 5/muito fácil para Autocuidados e Desenvolvimento Motor.

Na avaliação da percepção geral de aplicação do IPO-BV, a psicóloga destacou que o Inventário é um instrumento útil para avaliar crianças com baixa visão, mas ressaltou a dificuldade na preparação dos materiais e de um ambiente com condições favoráveis para a aplicação dos itens das áreas de Socialização, Cognição e Linguagem, e acrescentou que alguns itens “necessitam de maior clareza para compreensão da aplicação”, mas não detalhou quais itens. Tanto a psicóloga quanto a fonoaudióloga destacaram a necessidade de despendermos

tempo maior para preparar os materiais, as condições do ambiente e a vestimenta antes de aplicar os itens do instrumento.

Os comentários da psicóloga e da fonoaudióloga salientaram a necessidade de discutir, neste trabalho, a importância do cuidado na adaptação de recursos, materiais e na preparação de condições ambientais acessíveis por profissionais que desejam avaliar pessoas com deficiência visual (Masini, 1995; Vieira, 2018; Campos & Oliveira, 2019; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Quintão et al., 2021; Vaz & Melo, 2022). Os desafios para tornar os processos avaliativos acessíveis às pessoas com baixa visão são reconhecidos, devido à falta de recursos ou às diferentes percepções de mundo entre profissionais videntes e crianças com baixa visão (Masini, 1995; Corn & Erin, 2010; França-Freitas & Gil, 2012).

É possível considerar que, mesmo para os profissionais com experiência no trabalho com as crianças com deficiência visual, é essencial dedicar mais tempo e atenção na forma como são organizados os materiais e o ambiente. Os profissionais precisam prever que cada criança com baixa visão requer condições e materiais específicos, de acordo com a sua visão funcional e capacidade de acesso visual, para realizar as tarefas solicitadas (Masini, 1995; Corn & Erin, 2010; Quintão et al., 2021).

A importância de o profissional conhecer o comportamento visual e a funcionalidade da visão das crianças com as quais trabalha parece confirmada no comentário da terapeuta ocupacional, após a avaliação da sua percepção geral em relação à aplicabilidade do IPO-BV. Ela afirmou que o conhecimento prévio do comprometimento visual da criança, das funções visuais mais afetadas e da visão funcional favoreceu a preparação e organização dos materiais para a aplicação dos itens de cada área e facilitou a aplicação dos itens. A afirmação da terapeuta ocupacional fortaleceu a preocupação com o conhecimento das particularidades da criança com deficiência visual antes de realizar uma avaliação ou intervenção de qualquer natureza. A coleta de informações sobre como é a interação da criança em vários contextos,

sobre quais funções visuais foram comprometidas e qual a sua visão funcional real auxilia diretamente a elaboração e preparação dos recursos e condições de acesso adequadas para atender as necessidades específicas dessas crianças (Cobo et al., 2003; Corn & Erin, 2010; Pinheiro et al., 2012; Oliveira & Nunes, 2015; Brandão et al., 2019; M. A. Santos et al., 2021; Quintão et al., 2021).

No entanto, sabe-se que muitos profissionais nem sempre conseguem ter acesso às informações detalhadas sobre as especificidades da criança, antes de começar a atendê-la, e podem apresentar dificuldades em coletar essas informações. Em resposta a essa possível dificuldade, na Instrução Geral do IPO-BV, a pessoa que irá aplicar encontra uma série de orientações sobre o que é visão funcional, definição das principais funções visuais, como campo visual, acuidade visual, percepção de luz, sensibilidade ao contraste, como identificar as preferências visuais da criança, como preparar os materiais e planejar as condições ambientais e a importância de seguir o passo a passo de todas as recomendações antes de iniciar a aplicação dos itens.

As orientações na Instrução Geral basearam-se na literatura das áreas de deficiência visual e avaliação psicológica, que consideram primordial o conhecimento das especificidades visuais de cada indivíduo para depois preparar ou adaptar os recursos e as condições ambientais necessários para a promoção da acessibilidade nas avaliações destinadas a esses indivíduos (Masini 1995; Zanfelicci & Oliveira, 2013; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Campos & Oliveira, 2019; Campos, 2022). Em vista das dificuldades com a organização do material e condições de aplicação dos itens relatadas, foi incluída uma observação enfatizando a importância de considerar o tempo para confeccionar materiais ou organizar o ambiente, tanto na Instrução Geral para Aplicadores quanto nas Instruções Específicas de cada área.

Merece destaque uma limitação deste estudo quanto ao instrumento da coleta de dados. Foi organizado um único protocolo, no formato de formulário on-line, com perguntas direcionadas a uma escala do tipo Likert, com notas de 1 a 5, e apenas três espaços destinados a observações e sugestões, um para as notas 1 e 2 (extrema dificuldade e muita dificuldade), outro para a nota 3 (mediana) e outro para as notas 4 e 5 (facilidade ou muita facilidade). Esse tipo de protocolo limitou a possibilidade de as profissionais apresentarem as justificativas para as notas dadas e, conseqüentemente, impediu o acesso às razões pelas quais havia facilidade ou dificuldade na aplicação.

Uma opção para o aprimoramento da coleta e análise dos dados seria a utilização de dois tipos de instrumentos, sendo um deles um formulário on-line contendo perguntas direcionadas à escala do tipo Likert, com notas de 1 a 5, seguidas de espaços destinados para justificar a escolha de cada nota da escala. E o segundo instrumento poderia contemplar a técnica *Three-Step Test-Interview (TSTI)*, em português “Teste de Entrevista em Três Etapas”, conhecida como uma técnica de entrevista cognitiva. O TSTI abrange um roteiro de entrevista que possibilita ao pesquisador a realização de perguntas estruturadas essenciais para acessar o processo psicológico e as opiniões cognitivas das pessoas entrevistadas (Padilla & Benítez, 2014; Magalhães Neto, 2021).

De acordo com Hak et al. (2008) e Padilla e Benítez (2014), o método TSTI pode ser utilizado em pré-teste de questionários e/ou instrumentos, observando primeiro as instâncias reais de interação entre o instrumento e os respondentes antes de explorar as razões para este. Segundo esses autores, as três etapas descritas no método são: (a) observação do comportamento de resposta e, simultaneamente, pensar em voz alta; (b) sondagem do comportamento; (c) *Debriefing* (interrogatório).

Recomenda-se a realização de novos estudos de avaliação da aplicabilidade do IPO-BV por leigos treinados (pais, mães, cuidadores) e profissionais de outras áreas, como

Pedagogia, Educação Especial, Educação Física e Fisioterapia, uma vez que elas também fazem parte do público-alvo do instrumento original (Williams & Aiello, 2001, 2018), mas não participaram deste estudo-piloto.

Em novos estudos de aplicabilidade com essa população, também é recomendada a utilização de dois tipos diferentes de instrumento para coleta qualitativa dos dados, como no trabalho desenvolvido por Magalhães Neto (2021), na etapa de pré-teste, ocorrida durante o estudo de validação da Escala *Attitudes about Poverty and Poor People* para o Brasil. Inicialmente, um formulário on-line com uma escala do tipo Likert (1 a 5) foi empregado, e nele havia espaços destinados a observações sobre a compreensão do instrumento; logo após, foi adotada a técnica TSTI.

Por fim, assim como em outras pesquisas brasileiras (Nascimento & Flores-Mendoza, 2007; Campos & Nakano, 2014; Filgueiras et al., 2013; Morgado et al., 2017; M. C. S. Santos et al., 2020; Selau et al., 2020), sugere-se a realização de novos estudos com a aplicação do IPO-BV em outras regiões do Brasil, por uma amostra maior, que inclua tanto profissionais, pais, cuidadores quanto crianças com baixa visão, com a finalidade de investigar as propriedades psicométricas, observar a adequação dos itens adaptados e avaliar os aspectos de confiabilidade do instrumento.

Referências

- Almeida, C. M. de, & Freire, S. (2021). Adaptação cultural de um instrumento para avaliar as emoções do professor (TEQ): Adaptação cultural – TEQ. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(1), 284–302. <https://doi.org/10.21814/rpe.20687>
- Alves, M. N., Lima, R. F. de, Alves, R. J. R., Salgado-Azoni, C. A., Nakano, T. de C., & Ciasca, S. M. (2014). Estudo piloto de validação do teste de identificação de sinais de dislexia (TISD). *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 4(2), 217–239. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2013v4n2p217>

- Bandeira, D. R. (2019). Adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 69–74). Vozes.
- Baretta, D., Borges, C. B., & Neves, P. de A. (2021). Estudo piloto de validação do conteúdo e da confiabilidade de uma tarefa de uso da estratégia de predição leitora aplicada a estudantes do ensino fundamental. *Letrônica*, 14(2), Artigo e38745. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2021.2.38745>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paideia*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Brandão, A. O., Vasconcelos, G. C., Tibúrcio, D. J., Rossi, L. D. F. R., & Andrade, G. M. Q. (2019). Avaliação da funcionalidade em crianças de 4-6 anos apresentando toxoplasmose congênita e retinocoroidite. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(1), 45–53. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1250>
- Campos, C. R. (2022). Deficiência visual: Possibilidades e desafios em Avaliação Psicológica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1), Artigo e17330. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202215e17330>
- Campos, C. R., & Oliveira, C. M. (2019). Desenvolvimento de instrumentos psicológicos para população com deficiência. In C. R. Campos, & T. C. Nakano (Orgs.), *Avaliação psicológica direcionada a populações específicas: Técnicas, métodos e estratégias* (Vol. 2, pp. 9–29). Vetor.
- Campos, C. R., & Nakano, T. C. (2014). Avaliação da inteligência de crianças com deficiência visual: Proposta de Instrumento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 406–419. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272013>

- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A. A., Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 506–520). Artmed.
- Cobo, A. D., Rodriguez, M. G., & Bueno, S. T. (2003). Aprendizagem e deficiência visual. In M. B. Martín & S. T. Bueno, *Deficiência visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 129–153). Santos.
- Coluci, M. Z. O., Alexandre, N. M. C., & Milani, D. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925–936.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Corn, A. L., & Erin, J. N. (2010). *Foundations of low vision clinical and functional perspectives* (2a ed.). American Foundation for the Blind.
- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2017). *Manual de Desenvolvimento de Instrumentos Psicológicos*. Vetor.
- Dias, M. V., & Silva, N. R. (2020). Proposta de validação de instrumento de pesquisa em educação: o estudo piloto e sua contribuição para a coleta definitiva. *Infor*, 6, 212–242. <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/view/523>
- Fernandes, G., Schmid, C., Bosa, C. A., Faro, K. C. A., & Dell’Aglío, D. D. (2022). Estudo-piloto de validação do instrumento Cartoon Test no contexto brasileiro. *Avaliação Psicológica*, 21(3), 302–310. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2022.2103.20973.06>
- Filgueiras, A., Mendonça, I., Fontenele, B., Monnerat Fioravanti-Bastos, A. C., Poyares, M., Tolla de Oliveira, C. E., Saboya, E., & Machado Marques, C. V. (2013). Características psicométricas da Escala de Stress Infantil (ESI) para avaliação do stress em crianças cegas. *Psicologia Argumento*, 31(75), 607–614.
<https://doi.org/10.7213/psicol.argum.31.075.DS03>

- França-Freitas, M. L., & Gil, M. S. C. A. (2012). Interação social de crianças cegas e de crianças videntes na educação infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(2), 317–327. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200015>
- Gudmundsson, E. (2009). Guidelines for translating and adapting psychological instruments. *Nordic Psychology*, 61(2), 29–45. <https://doi.org/10.1027/1901-2276.61.2.29>
- Hak, T., Veer, K. V. D., & Jansen, H. (2008). The Three-Step Test-Interview (TSTI): An observation-based method for pretesting self-completion questionnaires. *Survey Research Methods*, 2(3), 143–150. <https://doi.org/10.18148/srm/2008.v2i3.1669>
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini. *Psicometria. Coleção Avaliação Psicológica* (pp. 12–21). Artmed.
- Khoury, N. D., & Silva, J. C. (2019). Revisão narrativa: metodologias de adaptação e validação de instrumentos psicológicos. *Revista Eixo*, 8(2), 220–229. <https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/588>
- Magalhães Neto, I. T. D. (2021). *Adaptação transcultural e validação de conteúdo da Escala Attitudes about Poverty and Poor People* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40924>
- Masini, E. F. S. (1995). Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, 76(184), 615–634. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i184.1104>
- Morgado, F., Meireles, J., Neves, C., Amaral, A., & Ferreira, M. (2017). Scale development: Ten main limitations and recommendations to improve future research practices. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30(1), 1–20. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0057-1>

- Morse, J. M. (1992). Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. *Nursing Research*, 40(1), 120–123. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2003072/>
- Nascimento, E., & Flores-Mendoza, C. E. (2007). WISC-III e WAIS-III Na avaliação da inteligência de cegos. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 627–633. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300020>
- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 886–899. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt>
- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2019). Testagem universal: avaliação psicológica a pessoas com deficiência. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 75–88). Vozes.
- Pacico, J. C. (2015). Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. In C. Hutz, D. Bandeira, & C. Trentini (Org.), *Construção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica* (pp. 54–65). Artmed.
- Padilla, J. L., & Benítez, I. (2014). Validity evidence based on response processes. *Psicothema*, 26(1), 136–144. <https://www.psicothema.com/pi?pii=4171>
- Pinheiro, R. C., Pizzani, L., Martinez, C. M. S., & Hayash, M. C. P. I. (2012). Produção científica sobre avaliação da visão em crianças: um estudo bibliométrico na base de dados LILACS. *Revista Educação Especial*, 25(42), 143–166. <https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>
- Quintão, C. S., Aiello, A. L., & Gil, M. S. C. de A. (2021). Avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão: Adaptação preliminar do Inventário Portage

Operacionalizado. *Revista Benjamin Constant*, 27, 1–15.

<http://revista.abc.gov.br/index.php/BC/issue/view/122>

Quintão, C. S., Aiello, A. L. R., & Gil, M. S. C. A. (2023). Inventário Portage

Operacionalizado para Crianças com Baixa Visão: Uma análise de especialistas.

Avaliação Psicológica, 22(2), 134-142.

<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2023.2202.20915.03>

Santos, M. C. S., Shimano, S. G. N., Izeppi, M. F. S., Araujo, L. G. O., Pelizaro, P. B., &

Pereira, K. (2020). Escala de Desenvolvimento Motor: Adaptação para crianças com baixa visão dos 7 aos 10 anos de idade. *Revista Brasileira de Educação Especial*,

26(3), 421–436. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0109>

Santos, M. A., Lopes, M. C. B., & Nakanami, C. R. (2021). Desempenho funcional nas

atividades básicas de vida diária em crianças com deficiência visual. *Psicologia e*

Saúde em Debate, 7(2), 113–130. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A8>

Selau, T., Silva, M. A. da, & Bandeira, D. R. (2020). Construção e evidências de validade de

conteúdo da escala de funcionamento adaptativo para deficiência intelectual (EFA-DI). *Avaliação Psicológica*, 19(3), 333–341.

<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1903.17952.11>

Silva Filho, A. P., & Barbosa, J. C. (2019). O potencial de um estudo piloto na pesquisa

qualitativa (The potential of a pilot study in qualitative research). *Revista Eletrônica de Educação*, 13(3), 1135–1155. <https://doi.org/10.14244/198271992697>

Vaz, L. A., & Melo, D. M. (2022). Avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual:

Uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia*, 4(8), 267–282.

<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3415>

- Vieira, V. (2018). Avaliação Psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira. *Revista Especialize On-line IPOG*, 15(1), 1–14. <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/viviane-vieira-psflo002-4691016.pdf>
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon/Fapesp.
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos*. Juruá.
- Zanfelici, T. O., & Oliveira, S. L. M. (2013). Ensino de testes psicológicos a alunos com deficiências sensoriais: expectativas e experiências. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 369–378. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n3/v12n3a12.pdf>

Discussão Geral

A presente tese descreveu o processo e os resultados da investigação de evidências de validade de conteúdo e do exame da aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV). A pesquisa atendeu às recomendações da literatura nacional e internacional da área de construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos (Cassepp-Borges et al., 2010; Borsa et al., 2012; Damásio & Borsa, 2017; Souza et al., 2017; Santana & Wartha, 2020). Foram considerados, ainda, aspectos da elaboração de instrumentos para populações com deficiência, características próprias das crianças com baixa visão e o público-alvo ao qual o IPO-BV se destina.

No Estudo 1, “Validade de Conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão: Análise da Contribuição de Juízas Experts”, quatro juízas experts fizeram 290 sugestões para os itens adaptados. As sugestões foram examinadas pela CE, e a análise implicou acatar totalmente (96 itens), modificar parcialmente (59 itens) e não catar sugestões (135 itens). O método *Delphi* foi empregado para a análise das sugestões de cada juíza. Todas as alterações acatadas total ou parcialmente resultaram em modificações nos componentes material e condições de aplicação dos itens. Não houve alterações sugeridas para as Instruções Geral ou Específicas.

No Estudo 2, “Avaliação pelo Público-Alvo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão”, 248 itens foram avaliados por seis profissionais que trabalhavam com crianças com baixa visão. Na análise dos dados foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo (IVC) para os critérios de clareza, pertinência e relevância/abrangência. Obtiveram-se 247 itens com $IVC = 0,83$ ou maior, satisfazendo o requisito de pontuação mínima recomendado pela literatura (Wynd et al., 2003; Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017; Yusoff, 2019). Um único item, na área de Cognição, apresentou

IVC = 0,50 para o critério clareza na descrição do material, que foi reformulado conforme as sugestões das profissionais.

No Estudo 3, “Avaliação da Aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão”, ao avaliar a aplicabilidade do IPO-BV, três profissionais consideraram o instrumento útil para avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão. A observação convergente da psicóloga e da fonoaudióloga sobre a necessidade de dedicar tempo para a preparação dos materiais e das condições do ambiente, antes de iniciar a aplicação, contribuiu para aprimorar as Instruções Geral e Específicas por área. Essa observação foi considerada, e um alerta foi acrescentado tanto à Instrução Geral quanto às Instruções Específicas, destacando-se a necessidade de programar o tempo de preparação do material e das condições de aplicação antes de iniciar a aplicação do IPO-BV. A Instrução Geral e as Instruções Específicas foram compreendidas e elogiadas nos Estudos 1 e 2 e receberam um breve acréscimo em decorrência dos resultados do Estudo 3.

Os resultados dos três estudos indicaram a direção das modificações necessárias para tornar o conteúdo dos itens, especialmente dos componentes material e condição, mais claro e acessível e para aprimorar as Instruções Geral e Específicas, visando melhor atender às peculiaridades da população de crianças com baixa visão. Para Oliveira e Nunes (2015, 2019), todas as alterações realizadas no processo de adaptação e validação de um instrumento para pessoas com deficiência visual, que visam contribuir para a acessibilidade, são necessárias e permitem diminuir as barreiras impostas pela deficiência.

Aperfeiçoar a apresentação dos componentes material e condições dos itens, possivelmente, torna a realização das tarefas pelas crianças mais acessível, posto que favoreceria o planejamento do arranjo ambiental pela pessoa que aplica. Se a pessoa que aplica o instrumento é bem orientada na organização do material e das condições de aplicação do item, supõe-se que oferecerá um ambiente compatível com o acesso visual e a visão

funcional da criança. Tanto o aumento da compreensibilidade pelo aplicador quanto a disposição das melhores condições de realização da tarefa pelas crianças caminham na direção de oferecer um instrumento que mede aquilo a que se destina. Retoma-se, então, que a revisão dos componentes também está de acordo com orientações da literatura na área de deficiência visual, que destaca a importância de prever materiais adaptados e condições ambientais adequadas ao avaliar ou ensinar pessoas com baixa visão, visando garantir ao máximo o acesso visual e o melhor uso da visão funcional desses indivíduos (Masini, 1995; Martín & Ramírez, 2003; Corn & Erin, 2010; Rossi, 2010; Barbosa et al., 2018; Sousa, 2022).

Os resultados dos estudos sinalizaram que houve uma preocupação em tornar mais claras e compreensíveis as orientações que compõem o instrumento. Considera-se que avançar na qualidade das orientações possibilitará a aplicação correta e rigorosa pelo público a quem o IPO-BV se destina – os adultos que trabalham ou convivem com as crianças com baixa visão. Esse cuidado faz parte das exigências da literatura na área de construção, adaptação e validação de instrumento psicológicos, principalmente quando se trata de um instrumento para população de pessoas com deficiência (Masini, 1995; Vieira, 2018; Campos & Oliveira, 2019; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Quintão et al., 2021; Vaz & Melo; 2022).

A escolha de um procedimento meticuloso no processo de validação do Inventário permitiu informar que o IPO-BV possui evidências de validade tanto em relação ao seu conteúdo como em relação à aplicabilidade em crianças com baixa visão, por profissionais de diferentes áreas. Essa constatação vai ao encontro de uma demanda científica e social mencionada em outros estudos na área de Avaliação Psicológica, que reconhecem a escassez de instrumentos validados para avaliação de crianças com deficiência no Brasil e indicam a necessidade de novas pesquisas voltadas para construção, adaptação e validação de

instrumentos destinados a essa população (Vieira, 2018; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Campos & Nakano, 2016; Barros, 2019; Vaz & Melo, 2022; Campos, 2022).

O presente trabalho pretendeu colaborar para o avanço da produção científica na área de Avaliação Psicológica no Brasil que, nas últimas décadas, tem se mobilizado em direção à inclusão e justiça social. O compromisso com a inclusão implicou investir na elaboração de processos avaliativos inclusivos, sobretudo na produção de novas pesquisas que priorizem a construção ou adaptação e validação de materiais e instrumentos psicológicos para pessoas com deficiência e outras populações minorizadas (Vieira, 2018; Oliveira & Nunes, 2015, 2019; Campos & Nakano, 2016; Barros, 2019; Vaz & Melo, 2022; Campos & Oliveira, 2019; Campos, 2022; Quintão et al., 2023).

A possibilidade de oferecer um novo instrumento, com evidências de validade para avaliação do desenvolvimento de crianças brasileiras com baixa visão, busca suprir a necessidade de avaliar especialmente esse construto em crianças com tal condição. A expectativa justifica-se visto que os poucos instrumentos disponíveis no país, destinados a avaliar o desenvolvimento, não atendem às especificidades das crianças com deficiência visual: Ages and Stages Questionnaire (ASQ-3) (Filgueiras et al., 2013); Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil (Bayley-III) (Bayley, 2018); Teste de Triagem de Desenvolvimento Denver-II (Frankenburg et al., 2018); Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (Idadi) (Silva et al., 2019); e o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) (Williams & Aiello, 2001, 2018).

Em relação ao exame da aplicabilidade do IPO-BV, realizado em um estudo-piloto, é importante assinalar que houve participantes de um único estado da região sudeste do Brasil. A restrição geográfica e o número de participantes não permitiram investir em análises psicométricas envolvendo critérios de confiabilidade, consistência interna ou análises exploratórias do IPO-BV (Borsa et al., 2012; Hutz, 2015; Damásio & Borsa, 2017; Souza et

al., 2017). Essa fragilidade poderia ser superada pela realização de estudos com um número maior de participantes, distribuídos em diferentes regiões do país e com maior diversidade de aplicadores. Uma recomendação para novas pesquisas seria a de replicar o estudo de aplicabilidade com outros profissionais e com leigos treinados. A generalidade da aplicação do IPO-BV poderia ser verificada em pesquisas conduzidas em outras regiões do país (Selau et al., 2020). Em outra direção, é recomendável que crianças de todas as faixas etárias sejam avaliadas em estudos futuros. As sugestões para o desdobramento dos estudos permitirão que as propriedades psicométricas do IPO-BV sejam investigadas (Coluci et al., 2015; Souza et al., 2017).

O trabalho iniciado com a adaptação do IPO-BV (Quintão, 2020) e desenvolvido nos estudos que buscaram evidências de validade e o exame da aplicabilidade gera o interesse por novas pesquisas na direção do aprimoramento do Inventário. Essa familiaridade com o instrumento adaptado e, conseqüentemente, com o instrumento original favorece a indicação de investigações que visem responder a diferentes questões.

O tempo despendido na preparação dos materiais e das condições de aplicação do IPO-BV suscitou reflexão e ajustes no instrumento, conforme visto. Sabe-se, por observação ingênua, que queixas similares sobre o tempo necessário para aplicação do IPO original são feitas por aplicadores experientes. Uma possibilidade de investigar sistematicamente a dimensão temporal da aplicação seria verificar se há diferenças no tempo de preparação dos materiais e condições dos aplicadores de cada instrumento e no tempo utilizado para aplicação de cada área do desenvolvimento em crianças videntes e com baixa visão.

Por fim, é possível ainda considerar a possibilidade de que o IPO-BV contribua para futuras adaptações, visando a avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão e com outras condições associadas, como autismo, deficiência intelectual ou outros transtornos do neurodesenvolvimento.

Referências

- Barbosa, I. M. R., Gagliardo, H. G. R. G., Bruno, M. M. G., & Gasparetto, M. E. R. F. (2018). Avaliação da visão funcional em crianças com deficiência visual e múltipla deficiência como estratégia de apoio para professores e responsáveis. *Revista Educação Especial*, 31(61), 387–404. <https://doi.org/10.5902/1984686X25005>
- Barros, L de O. (2019). Avaliação psicológica de pessoas com deficiência: Reflexões para práticas inclusivas. In Conselho Federal de Psicologia. *Prêmio Profissional: Avaliação Psicológica Direcionada a Pessoas com Deficiência* (pp. 34-48). Conselho Federal de Psicologia. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/LivroDigital-VersaoFinal.pdf>
- Bayley, N. (2018). *Escala Bayley de desenvolvimento do bebê e da criança pequena – Bayley III* (3a ed.). Pearson.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paideia*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Campos, C. R. (2022). Deficiência visual: Possibilidades e desafios em Avaliação Psicológica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1), Artigo e17330. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202215e17330>
- Campos, C. R., & Nakano, T. C. (2016). Escala de avaliação de inteligência para crianças deficientes visuais – versão professor: estudo de validade de conteúdo. *Ciências e Cognição*, 21(2), 155–171. <http://www.cienciasecognição.org.br/revista>
- Campos, C. R., & Oliveira, C. M. (2019). Desenvolvimento de instrumentos psicológicos para população com deficiência. In C. R. Campos, & T. C. Nakano (Orgs.), *Avaliação psicológica direcionada a populações específicas: Técnicas, métodos e estratégias* (Vol. 2, pp. 9–29). Vetor.

- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A. A., Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 506–520). Artmed.
- Coluci, M. Z. O., Alexandre, N. M. C., & Milani, D. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925–936.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Corn, A. L., & Erin, J. N. (2010). *Foundations of low vision clinical and functional perspectives* (2a ed.). American Foundation for the Blind.
- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2017). *Manual de Desenvolvimento de Instrumentos Psicológicos*. Vetor.
- Frankenburg, W. K., Dodds, J. B., Archer, P., Bresnick, B., Maschka, P., Edelman, N., & Shapiro, H. (2018). *DENVER II – Teste de Triagem do Desenvolvimento*. Hogrefe.
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini. *Psicometria. Coleção Avaliação Psicológica* (pp. 12–21). Artmed.
- Martín, M. B., & Ramírez, F. R. (2003). Visão normal. In M. B. Martín, & S. T. Bueno. *Deficiência visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos* (pp. 27–44). Santos.
- Masini, E. F. S. (1995). Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, 76(184), 615–634.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i184.1104>
- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 886–899.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt>

- Oliveira, C. M., & Nunes, C. H. S. S. (2019). Testagem universal: avaliação psicológica a pessoas com deficiência. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 75–88). Vozes.
- Quintão, C. S. (2020). *Inventário Portage Operacionalizado: uma proposta de adaptação para crianças com baixa visão* [Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12960>
- Quintão, C. S., Aiello, A. L., & Gil, M. S. C. de A. (2021). Avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão: Adaptação preliminar do Inventário Portage Operacionalizado. *Revista Benjamin Constant*, 27, 1–15.
<http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/issue/view/122>
- Quintão, C. S., Aiello, A. L. R., & Gil, M. S. C. A. (2023). Inventário Portage Operacionalizado para Crianças com Baixa Visão: Uma análise de especialistas. *Avaliação Psicológica*, 22(2), 134-142.
<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2023.2202.20915.03>
- Rossi, L. D. (2010). *Avaliação da Visão Funcional (AVIF) para crianças de dois a seis anos com baixa visão: exame de confiabilidade e de validade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG.
<http://hdl.handle.net/1843/ECJS-86GGRM>
- Santana, D. A. S., & Wartha, E. J. (2020). Construção e validação de instrumento de coleta de dados na pesquisa em Ensino de Ciências. *Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 16(36), 39–52.

- Selau, T., Silva, M. A. da, & Bandeira, D. R. (2020). Construção e evidências de validade de conteúdo da escala de funcionamento adaptativo para deficiência intelectual (EFA-DI). *Avaliação Psicológica*, 19(3), 333–341.
<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1903.17952.11>
- Silva, M. A., de Mendonça, E. J., Filho, & Bandeira, D. R. (2019). Development of the Dimensional Inventory of Child Development Assessment (IDADI). *Psico-USF*, 24(1), 11–26. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240102>
- Sousa, G. F. (2022). *Dificuldades de aprendizagem relacionadas à visão: Avaliação no contexto escolar com a Escala de Avaliação do Estresse Visual na Leitura pelo Professor (EEV)*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília]. Biblioteca Digital de Dissertações da Universidade Católica de Brasília. <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2975>
- Souza, A. C.; Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 649–659. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>
- Vaz, L. A., & Melo, D. M. (2022). Avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: Uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia*, 4(8), 267–282.
<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3415>
- Vieira, V. (2018). Avaliação Psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira. *Revista Especialize On-line IPOG*, 15(1), 1–14. <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/viviane-vieira-psflo002-4691016.pdf>
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon/Fapesp.

- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *Manual do Inventário Portage Operacionalizado: Avaliação do desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos*. Juruá.
- Wynd, C. A., Schmidt, B., & Schaefer, M. A. (2003). Two quantitative approaches for estimating content validity. *Western Journal of Nursing Research*, 25(5), 508–518.
<https://doi.org/10.1177/0193945903252998>
- Yusoff, M. S. B. (2019). ABC of content validation and content validity index calculation. *Education in Medicine Journal*, 11(2), 49–54.
<https://doi.org/10.21315/eimj2019.11.2.6>

Considerações Finais

A investigação de evidências de validade de conteúdo do IPO-BV buscou atender às exigências de rigor metodológico recomendadas pela literatura da área de construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos. Os resultados obtidos no processo de investigação permitiram o aprimoramento do instrumento para atender às necessidades específicas da população a quem ele se destina e torná-lo aplicável por profissionais de diferentes áreas.

O objetivo principal desta tese foi cumprido, visto que será possível oferecer um instrumento adaptado e validado, com rigor, para os profissionais e leigos treinados examinarem o desenvolvimento infantil. As evidências de validade de conteúdo e o exame da aplicabilidade do instrumento permitem considerá-lo apropriado para avaliar crianças com baixa visão por profissionais de diversas áreas.

Contar com um instrumento brasileiro para avaliação do desenvolvimento global de crianças com baixa visão, baseado em uma concepção funcional da deficiência, permitirá um levantamento confiável das diferentes habilidades presentes no repertório de crianças com essa condição, independentemente das patologias ou do grau de comprometimento visual. Com essa concepção, foi possível selecionar um instrumento compatível, adaptá-lo e validá-lo. As qualidades do IPO-BV permitirão que a pessoa que aplicará possa organizar condições e materiais adequados às necessidades particulares de cada criança, antes e durante a utilização do instrumento. Dito de outro modo, para cada criança, de acordo com as suas necessidades e potencialidades visuais, será possível adotar um instrumento sensível e que priorize o levantamento de repertório instalado e daquele a ser desenvolvido.

Entretanto, é importante ressaltar três principais desafios encontrados durante a realização deste trabalho. Dois deles são de caráter técnico: o primeiro está relacionado à extensão do instrumento, que dificulta contar com pesquisadores ou profissionais com

expertise em domínios específicos e que tivessem disponibilidade para realizar a avaliação do conteúdo do Inventário; o segundo desafio é semelhante ao primeiro, mas diz respeito à dificuldade em encontrar profissionais de diferentes áreas com experiência no atendimento de crianças com baixa visão. As duas exigências – variedade de áreas de atuação e atendimento a crianças pequenas com baixa visão – tiveram impacto no recrutamento de participantes dispostas à aplicá-lo em crianças de zero a seis anos e avaliar o conteúdo dos itens e das instruções do instrumento.

Por fim, mas não menos importante, o terceiro desafio está vinculado a uma questão social e consistiu no difícil acesso à população de crianças pequenas com baixa visão, durante a coleta de dados do estudo de avaliação da aplicabilidade do IPO-BV. Apesar de haver um número significativo de pessoas com essa condição no Brasil, esse público faz parte do grupo de populações minorizadas, que sofrem com a exclusão e a falta de igualdade de oportunidades em diversos âmbitos da sociedade, agravadas pela ausência de iniciativas que priorizem a justiça social e os direitos humanos. Todo esse cenário dificulta o acesso das crianças com deficiência visual e de suas famílias a atendimentos para orientação ou a acompanhamento especializado em centros de referência em avaliação e intervenção precoce.

Os desafios mencionados mostram a importância de se dar continuidade aos estudos de aplicabilidade do IPO-BV com uma amostra maior de profissionais e leigos treinados. Além disso, reforçam a urgência de investimento em pesquisas aplicadas destinadas à produção de materiais, instrumentos de avaliação e programas de intervenção específicos para atender as demandas dessa população. Complementar a tais iniciativas, é essencial o planejamento de ações que ultrapassem os muros da universidade e fortaleçam a elaboração de projetos de pesquisa e extensão focados em estabelecer parcerias entre as universidades e os órgãos públicos e privados para produção de estratégias, materiais e recursos de fácil acesso a população, como a elaboração de livros ou e-books gratuitos, vídeos, cartilhas,

curios, palestras informativas e programas voltados para o treinamento de familiares e cuidadores.

A concretização de ações como essas, citadas acima, impacta positivamente na formação continuada de diferentes profissionais, na orientação das famílias e no desenvolvimento das crianças com deficiência. Afinal, famílias bem-orientadas e profissionais capacitados para fazer uma avaliação sistemática e estruturada do desempenho das crianças são essenciais para a implementação de procedimentos que favoreçam o desenvolvimento máximo das crianças com deficiência visual.

Apêndice A – Carta-Convite Para as Juízas Experts – Estudo 1

São Carlos, _____ de _____ de 2021

Prezada Dra. _____

Eu sou Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar. No doutorado eu estou trabalhando na adaptação de um instrumento de avaliação do desenvolvimento para crianças com baixa visão. No país, os testes ou inventários para atender esta população são escassos. Dada a necessidade de oferecer instrumentos de avaliação do desenvolvimento para essa população, o objetivo da Tese é investigar as evidências de validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV). Este trabalho vem sendo orientado pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello.

De acordo com as etapas previstas pela literatura sobre adaptação de instrumentos de avaliação para populações específicas, é necessário que os itens adaptados sejam apreciados por juízes especialistas. Em se tratando da adaptação do IPO, é fundamental, dentre outros especialistas, contar com a participação de um profissional com expertise em Deficiência Visual (Baixa Visão) para avaliar a qualidade das alterações propostas. A senhora está sendo convidada por ser uma especialista em Deficiência Visual.

No processo de adaptação também é necessário verificar se os itens adaptados estão de acordo com as diretrizes internacionais e nacionais para construção, adaptação e validação de instrumentos psicológicos para pessoas com deficiência (*Guidelines for Translating and Adapting Tests*, 2017; CFP, 2019). Sua participação consistirá em avaliar os itens que foram adaptados por uma Comissão de Especialistas. Mais especificamente, contamos com a sua inestimável contribuição para verificar se existe clareza na Instrução Geral e nas instruções de cada área para os aplicadores. Tão importante quanto a análise das instruções será verificar se

cada item adaptado atende as necessidades das crianças com baixa visão e se será preciso fazer novas alterações nos componentes dos itens (material, condição, resposta e/ou critério), necessários para atender a especificidade da população e os objetivos de avaliação do IPO original. Ao aceitar colaborar como juíza especialista, eu lhe encaminharei um conjunto de materiais composto de: (a) instruções gerais; (b) um protocolo para preenchimento com a sua avaliação, contendo os 248 itens do IPO que foram adaptados, para facilitar as anotações de análise. É importante destacar que a senhora receberá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser assinado e devolvido. A devolução poderá ser feita eletronicamente, desde que contenha a sua assinatura digital. Ao final de seu trabalho, eu enviarei um comprovante de participação na pesquisa. A análise de todo o material deve ser realizada somente pela senhora, em caso de dúvidas estou a sua disposição para esclarecimentos. O prazo máximo para conclusão e envio desta tarefa é de dois meses após o recebimento do material. Ao final do primeiro mês, eu a consultarei sobre o andamento da tarefa e sobre a sua necessidade de ajuda.

Reitero que a sua contribuição é imprescindível para a continuidade do trabalho de adaptação do IPO. Aguardo a sua resposta o mais breve possível informando a possibilidade de contribuir com esta pesquisa.

Agradeço a sua atenção e conto com sua contribuição!

Atenciosamente,

Cassiana Saraiva Quintão⁴

⁴ Pesquisadora Responsável: Cassiana Saraiva Quintão – Laboratório de Interação Social – UFSCar Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSCar.
E-mail: cassianaquintao@gmail.com/ Tel. (16) 3351-8493 Celular: (31) 97571-4016
Apoio: INCT/ECCE-CNPq-Capes

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das Juízas – Estudo 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Juízes Experts

Eu, Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido para participar da pesquisa de doutorado intitulada “Adaptação do Inventário Portage Operacionalizado para crianças com baixa visão: um recurso de avaliação da pandemia”, orientada pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientada pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello, que tem o objetivo de investigar as evidências de validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV).

Você foi selecionado(a) por ser um profissional com expertise teórica e científica na área de Deficiência Visual (Baixa Visão). Sua participação consiste em avaliar se os itens adaptados do IPO atendem as necessidades das crianças com baixa visão e se será preciso fazer novas alterações. Para isso serão encaminhados um conjunto de instruções e o material, incluindo seis protocolos com os itens do IPO original e do IPO adaptado para serem preenchidos por você. Além de receber uma cópia, por e-mail, deste termo, você poderá ter acesso a ele durante toda a pesquisa, mediante solicitação.

Ao final da pesquisa, será combinada uma devolutiva dos resultados obtidos neste estudo, referentes a sua participação e ao geral, garantindo o seu anonimato e sigilo sobre as informações obtidas.

Sua participação é voluntária, não obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará

nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação com as pesquisadoras, na instituição em que trabalha ou com a UFSCar. A sua participação na pesquisa terá a previsão de duração aproximada de dois meses e não acarretará qualquer despesa para você, e, assim, não haverá nenhuma forma de remuneração. Destacamos que você não terá gastos financeiros com a pesquisa. Do mesmo modo, não haverá nenhum tipo de remuneração ou compensação em dinheiro pela sua participação. Além disso, você precisa estar ciente de que qualquer dano comprovadamente decorrente da participação nesta pesquisa será devidamente ressarcido. Nós asseguramos a você que daremos os esclarecimentos que você pedir ao longo da pesquisa, para responder às suas dúvidas.

Os possíveis riscos serão minimizados, uma vez que a pesquisadora enviará todo o material para cada especialista de forma individual e será combinado um prazo para análise e devolução do material por correio ou por meio eletrônico. Se você sentir qualquer desconforto durante a aplicação do IPO, basta informar a pesquisadora, que lhe esclarecerá dúvidas, auxiliará com orientações sobre o instrumento e conversará com você para sanar o desconforto ou algum constrangimento. É possível também que você mude de ideia e não queira mais participar da pesquisa, bastando indicar a sua desistência, informando a pesquisadora. Sua identidade e imagem serão preservadas, ou seja, em momento algum você será identificado(a).

Os possíveis benefícios imediatos deste estudo serão a oportunidade que você terá de refletir sobre o desenvolvimento de crianças com baixa visão e a possibilidade de conhecer um instrumento de avaliação do desenvolvimento.

Os benefícios esperados com este estudo constituem uma importante contribuição ao conhecimento das condições do processo de adaptação e construção de instrumentos psicológicos. Espera-se que o estudo desperte o interesse da academia para o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos do desenvolvimento de instrumentos adaptados para crianças com baixa visão, possibilite aos profissionais a utilização de um instrumento capaz de

auxiliar na avaliação de repertório e intervenção com crianças com BV e promova maior visibilidade a esse público dentro da área da Avaliação Psicológica no Brasil.

Todo o material será encaminhado para você via correio, no modo Sedex, evitando qualquer contato físico entre pesquisadora e você. Caso prefira que o material seja enviado por e-mail, basta informar a pesquisadora e enviar o seu endereço de e-mail.

Todas as informações obtidas nesta pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e por mim, no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Eu, _____, CPF/RG nº _____,

declaro que entendi os objetivos, os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos-SP-Brasil. Fone: (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Assinatura do/a Participante

Endereço para contato:

Pesquisador Responsável: Cassiana Saraiva Quintão

Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, Monjolinho, São Carlos-SP, 13565-905.

Celular: (31) 97571-4016

E-mail: cassiana.quintao@estudante.ufscar.br.com

São Carlos, _____, _____ de _____ de 2021.

Cassiana Saraiva Quintão

Assinatura da Pesquisadora

Cassiana Saraiva Quintão

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido CE – Estudo 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Comissão de Especialistas

Eu, Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido para participar da pesquisa de doutorado intitulada “Adaptação do Inventário Portage Operacionalizado para crianças com baixa visão: um recurso de avaliação na pandemia”, orientada pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientada pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello, que tem o objetivo de investigar as evidências de validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV).

Você foi selecionado(a) por ser um profissional com domínio científico e prático em Desenvolvimento Infantil, Baixa Visão ou na Adaptação e Operacionalização do Inventário Portage Operacionalizado no Brasil. Sua participação consiste em avaliar as sugestões de ajustes realizadas pelos juízes experts em relação aos itens adaptados do IPO, verificar se elas atendem as necessidades das crianças com baixa visão e se podem ou não ser incorporadas no IPO adaptado e realizar as adequações. Para isso serão encaminhadas instruções, incluindo protocolos com os itens adaptados, a avaliação dos juízes e o protocolo para análise do Índice de Validade do Conteúdo (IVC).

Sua participação é voluntária, não obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação com as pesquisadoras, na instituição em que trabalha ou com a UFSCar. A participação na pesquisa não acarretará quaisquer despesas para você, e, assim, não haverá nenhuma forma de remuneração. Seu anonimato e o sigilo das

informações serão garantidos. Além de receber uma cópia, por e-mail, deste termo, você poderá ter acesso a ele durante toda a pesquisa, mediante solicitação.

Ao final da pesquisa, será combinada uma devolutiva dos resultados obtidos neste estudo, referentes a sua participação e ao geral, garantindo o seu anonimato e sigilo sobre as informações obtidas.

Destacamos que você não terá gastos financeiros com a pesquisa. Do mesmo modo, não haverá nenhum tipo de remuneração ou compensação em dinheiro pela sua participação. Além disso, você precisa estar ciente de que qualquer dano comprovadamente decorrente da participação nesta pesquisa será devidamente ressarcido. Nós asseguramos a você que daremos os esclarecimentos que você pedir ao longo da pesquisa, para responder às suas dúvidas.

Os possíveis riscos serão minimizados, uma vez que a pesquisadora enviará todo o material para cada especialista de forma individual e será combinado um prazo para análise e devolução do material por correio ou por meio eletrônico. Se você sentir qualquer desconforto durante a aplicação do IPO, basta informar a pesquisadora, que lhe esclarecerá dúvidas, auxiliará com orientações sobre o instrumento e conversará com você para sanar o desconforto ou algum constrangimento. É possível também que você mude de ideia e não queira mais participar da pesquisa, bastando indicar a sua desistência, informando a pesquisadora. Sua identidade e imagem serão preservadas, ou seja, em momento algum você será identificado(a).

Os possíveis benefícios imediatos deste estudo serão a oportunidade que você terá de refletir sobre o desenvolvimento de crianças com baixa visão e a possibilidade de conhecer um instrumento de avaliação do desenvolvimento.

Os benefícios gerais esperados serão as contribuições ao conhecimento das condições do processo de adaptação e construção de instrumentos psicológicos. Espera-se que o estudo desperte o interesse da academia para o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos do desenvolvimento de instrumentos adaptados para crianças com baixa visão, possibilite aos

profissionais a utilização de um instrumento capaz de auxiliar na avaliação de repertório e intervenção com crianças com BV e promova maior visibilidade a esse público dentro da área da Avaliação Psicológica no Brasil.

Todo o material será encaminhado para você via correio, no modo Sedex, evitando qualquer contato físico entre pesquisadora e você. Caso prefira que o material seja enviado por e-mail, basta informar a pesquisadora e enviar o seu endereço de e-mail.

Todas as informações obtidas nesta pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e por mim, no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Eu, _____, CPF/RG nº _____,

declaro que entendi os objetivos, os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos-SP-Brasil. Fone: (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Assinatura do/a Participante

Endereço para contato:

Pesquisador Responsável: Cassiana Saraiva Quintão

Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, Monjolinho, São Carlos-SP, 13565-905.

Celular: (31) 97571-4016

E-mail: cassiana.quintao@estudante.ufscar.br.com

São Carlos, _____, _____ de _____ de 2021.

Cassiana Saraiva Quintão

Assinatura da Pesquisadora

Cassiana Saraiva Quintão

Apêndice D – Carta-Convite Para as Profissionais – Estudo 2



São Carlos, ____ de ____ de 2022

Prezada Sra. _____

Eu sou Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientação pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello. No doutorado, eu estou trabalhando na adaptação de um instrumento de avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão. No nosso país, os testes ou inventários para atender esta população são escassos. Dada a necessidade de oferecer instrumentos de avaliação do desenvolvimento para esse público, o objetivo do trabalho é investigar as evidências de validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV).

O Inventário permite a avaliação de crianças de 0 a 6 anos de idade e é organizado em seis áreas do desenvolvimento: Estimulação Infantil, específico para a faixa etária de 0 a 4 meses de idade; Desenvolvimento Motor; Autocuidados; Cognição; Socialização; Linguagem (Williams & Aiello, 2018).

Cada um dos itens de avaliação, em cada área, informa para o aplicador o material que será empregado, as condições que o adulto deverá oferecer para a criança realizar a tarefa, as respostas esperadas das crianças e os critérios estabelecidos para considerar a tarefa cumprida ou não.

De acordo com as recomendações para a adaptação de instrumentos para populações específicas, é necessário que os itens adaptados sejam compreensíveis para os profissionais aos quais o instrumento se destina. No caso do IPO-BV, são os profissionais de diversas áreas que

poderão utilizar o instrumento para o levantamento do repertório de desenvolvimento de crianças com baixa visão e que têm experiência no atendimento dessa população. Esses profissionais são aqueles capacitados a fazer uma avaliação dos itens do instrumento que foram adaptados e da Instrução Geral para Aplicadores. O objetivo da avaliação pelos profissionais é verificar o quanto as expressões empregadas e as tarefas descritas nos itens são compreensíveis.

A senhora está sendo convidada a participar desta pesquisa por ser uma profissional experiente no atendimento de crianças com baixa visão, na área de_____.

Contamos com a sua inestimável contribuição para a análise e preenchimento de um protocolo que é composto de perguntas. Cada pergunta deverá ser respondida assinalando um número de 1 a 4, em uma escala em que 1 corresponde a “não claro, precisa de reformulação” e 4 corresponde a “muito claro, não precisa de revisão”. As suas sugestões gerais poderão ser acrescentadas ao final da avaliação do item. Você dará a sua opinião em 248 itens e na Instrução Geral dos aplicadores do IPO-BV para os seguintes tópicos: clareza, pertinência e abrangência. Ao final de cada item, é muito importante informar, no espaço destinado às sugestões gerais, se será preciso fazer novas alterações ou em seus componentes (material, condição, resposta e/ou critério).

É importante destacar que, ao aceitar colaborar, a senhora receberá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deverá ser assinado e devolvido à pesquisadora. Depois de assinar e enviar o TCLE para mim, eu entrarei em contato para agendar uma breve reunião remota, na qual explicarei a sua incumbência. Depois da reunião remota, eu enviarei para o seu e-mail o link de acesso ao formulário.

O prazo para conclusão e envio da sua atividade é de dois meses, após o recebimento do material. Ao final do primeiro mês, eu a consultarei sobre o andamento do trabalho e sobre qualquer necessidade de ajuda. Caso finalize a sua avaliação e queira devolver o material antes do prazo, ou precise de mais tempo para concluí-la, entre em contato comigo imediatamente.

É importante salientar que a análise de todo o material deve ser realizada exclusivamente pela senhora.

Em caso de dúvidas, a qualquer momento, eu estarei à sua disposição para dar esclarecimentos. Se por algum motivo você precisar interromper a avaliação e desistir de participar, também entre em contato comigo para fazermos o encerramento.

Após a devolução do material completo, a senhora receberá um comprovante de participação na pesquisa e um exemplar da versão original e atualizada do Inventário Portage Operacionalizado, publicada em 2018, pelas autoras Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Ana Lúcia Rossito Aiello.

Reitero que a sua contribuição é imprescindível para a continuidade do trabalho de adaptação do IPO para crianças com baixa visão. Aguardo a sua resposta o mais breve possível, informando a disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

Agradeço a sua atenção e conto com sua contribuição!

Atenciosamente,

Cassiana Saraiva Quintão

Cassiana Saraiva Quintão⁵



⁵ Pesquisadora Responsável: Cassiana Saraiva Quintão – Laboratório de Interação Social – UFSCar Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSCar.
E-mail: cassiana.quintao@estudante.ufscar.br/ Tel. (16) 3351-8493 Celular/WhatsApp: (31) 97571-4016
Apoio: INCT/ECCE-CNPq-Capes.

Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Profissionais – Estudo 2

Eu, Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido para participar da pesquisa de doutorado intitulada “Evidências de Validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão”, orientada pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientada pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello, que tem o objetivo de investigar as evidências de validade de conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV).

Você foi selecionado(a) por ser um(a) profissional que trabalha ou já trabalhou diretamente atendendo crianças com baixa visão. Sua participação consiste em verificar o quanto as expressões empregadas e as tarefas descritas nos itens são compreensíveis e informar se será preciso fazer alterações na descrição do item ou em um ou mais de seus componentes (material, condição, resposta e/ou critério). Para isso será encaminhado por e-mail o link de acesso para um protocolo de avaliação, composto de perguntas. Cada pergunta deverá ser respondida assinalando um número de 1 a 4, em uma escala em que 1 corresponde a “Precisa de reformulação” e 4 corresponde a “Não precisa de revisão”. As suas sugestões e comentários gerais poderão ser acrescentados ao final da avaliação de item. Você dará a sua opinião em relação aos 248 itens, à Instrução Geral dos aplicadores do IPO-BV e às Instruções Específicas de cada área, avaliando os seguintes critérios: clareza, pertinência e abrangência.

Sua participação é voluntária, não obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação com as pesquisadoras, na instituição em que trabalha ou com a UFSCar. A sua participação na pesquisa tem a previsão de duração aproximada de dois meses e não acarretará qualquer despesa para você, e, assim, não haverá nenhuma forma de remuneração. Os dados preenchidos no Protocolo de Avaliação do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) serão armazenados para fins de análise, garantindo o anonimato das informações e o sigilo. Além de receber uma cópia, por e-mail, deste termo, você poderá ter acesso a ele durante toda a pesquisa, mediante solicitação.

Ao final da pesquisa, será combinada uma devolutiva dos resultados obtidos neste estudo, referentes a sua participação e ao geral, garantindo o seu anonimato e sigilo sobre as informações obtidas.

Destacamos que você não terá gastos financeiros com a pesquisa. Do mesmo modo, não haverá nenhum tipo de remuneração ou compensação em dinheiro pela sua participação. Além disso, você precisa estar ciente de que qualquer dano comprovadamente decorrente da participação nesta pesquisa será devidamente ressarcido. Nós asseguramos a você que daremos os esclarecimentos que você pedir ao longo da pesquisa, para responder às suas dúvidas.

Os possíveis riscos serão minimizados, uma vez que a pesquisadora enviará todo o material para cada especialista de forma individual e será combinado um prazo para análise e devolução do material por correio ou por meio eletrônico. Se você sentir qualquer desconforto durante a aplicação do IPO, basta informar a pesquisadora, que lhe esclarecerá dúvidas, auxiliará com orientações sobre o instrumento e conversará com você para sanar o desconforto ou algum constrangimento. É possível também que você mude de ideia e não queira mais

participar da pesquisa, bastando indicar a sua desistência, informando a pesquisadora. Sua identidade e imagem serão preservadas, ou seja, em momento algum você será identificado(a).

Os possíveis benefícios imediatos deste estudo serão a oportunidade que você terá de refletir sobre o desenvolvimento de crianças com baixa visão e a possibilidade de conhecer um instrumento de avaliação do desenvolvimento.

Os benefícios esperados com este estudo constituem uma importante contribuição ao conhecimento das condições do processo de adaptação e construção de instrumentos psicológicos. Espera-se que o estudo desperte o interesse da academia para o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos do desenvolvimento de instrumentos adaptados para crianças com baixa visão, possibilite aos profissionais a utilização de um instrumento capaz de auxiliar na avaliação de repertório e intervenção com crianças com BV e promova maior visibilidade a esse público dentro da área da Avaliação Psicológica no Brasil.

Todo o material será encaminhado para você via e-mail. Caso prefira que o material seja enviado pelo correio, no modo Sedex, evitando qualquer contato físico entre pesquisadora e você, basta informar a pesquisadora e enviar o seu endereço completo.

Todas as informações obtidas nesta pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e por mim, no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Eu, _____ CPF/RG nº, _____

declaro que entendi os objetivos, os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-

Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos-SP-Brasil.
Fone: (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Assinatura do/a Participante

Endereço para contato:

Pesquisador Responsável: Cassiana Saraiva Quintão

Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, Monjolinho, São Carlos-SP, 13565-905.

Celular: (31) 97571-4016

E-mail: cassiana.quintao@estudante.ufscar.br.com

São Carlos, ____ de ____ de 2022.

Cassiana Saraiva Quintão

Assinatura da Pesquisadora

Cassiana Saraiva Quintão

Apêndice F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Profissionais/Aplicadores

Eu, Cassiana Saraiva Quintão, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido para participar da pesquisa de doutorado intitulada “Evidências de Validade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão”, orientada pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil e coorientada pela Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello, que tem o objetivo de investigar as evidências de validade de conteúdo do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV).

Você foi selecionado(a) por ser um(a) profissional que trabalha diretamente no atendimento de crianças com baixa visão. Sua participação consistirá na aplicação do Manual do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) em um de seus alunos ou pacientes com baixa visão e na avaliação da aplicabilidade do instrumento nesta população. Para isso, a pesquisadora lhe entregará um exemplar da versão impressa do Manual do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) e entregará pessoalmente ou encaminhará para o seu e-mail o link de acesso ao formulário on-line, composto de perguntas gerais para avaliar se o IPO-BV é aplicável em uma criança com baixa visão. Para cada pergunta, você deverá marcar uma nota de 1 a 5 pontos para informar se a aplicação do Inventário foi difícil ou fácil, em que: 1 = extremamente difícil; 2 = muito difícil; 3 = moderada; 4 = fácil; e 5 = muito fácil. Depois de dar a nota para facilidade ou dificuldade você encontrará um pedido para escrever uma

avaliação geral das dificuldades (Avaliação geral de dificuldade) e, também, das facilidades (Avaliação geral de facilidade) encontradas durante a aplicação.

Sua participação é voluntária, não obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação com as pesquisadoras, na instituição em que trabalha ou com a UFSCar. A sua participação na pesquisa tem a previsão de duração aproximada de um mês, e não haverá nenhuma forma de remuneração. Os dados preenchidos no formulário de avaliação do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) serão armazenados para fins de análise, garantindo o anonimato das informações e o sigilo. Além de receber uma cópia, por e-mail, deste termo, você poderá ter acesso a ele durante toda a pesquisa, mediante solicitação.

Ao final da pesquisa, será combinada uma devolutiva dos resultados obtidos neste estudo, referentes a sua participação e ao geral, garantindo o seu anonimato e sigilo sobre as informações obtidas.

Destacamos que não haverá nenhum tipo de remuneração ou compensação em dinheiro pela sua participação. Além disso, você precisa estar ciente de que qualquer dano comprovadamente decorrente da participação nesta pesquisa será devidamente ressarcido. Nós asseguramos a você que daremos os esclarecimentos que você pedir ao longo da pesquisa, para responder às suas dúvidas.

Os possíveis riscos serão minimizados, uma vez que a pesquisadora entregará o livro impresso com o Manual do IPO-BV para cada participante de forma individual e será combinado um prazo para aplicação e devolução do material. Se você sentir qualquer desconforto durante a aplicação do IPO, basta informar a pesquisadora, que lhe esclarecerá dúvidas, auxiliará com orientações sobre o instrumento e conversará com você para sanar o desconforto ou algum constrangimento. É possível também que você mude de ideia e não

queira mais participar da pesquisa, bastando indicar a sua desistência, informando a pesquisadora. Sua identidade e imagem serão preservadas, ou seja, em momento algum você será identificado(a).

Os possíveis benefícios imediatos deste estudo serão a oportunidade que você terá de refletir sobre o desenvolvimento de crianças com baixa visão e a possibilidade de conhecer um instrumento de avaliação do desenvolvimento.

Os benefícios esperados com este estudo constituem uma importante contribuição ao conhecimento das condições do processo de adaptação e construção de instrumentos psicológicos. Espera-se que o estudo desperte o interesse da academia para o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos do desenvolvimento de instrumentos adaptados para crianças com baixa visão, possibilite aos profissionais a utilização de um instrumento capaz de auxiliar na avaliação de repertório e intervenção com crianças com BV e promova maior visibilidade a esse público dentro da área da Avaliação Psicológica no Brasil.

O material será entregue pessoalmente, e o formulário via e-mail para você. Caso prefira que o IPO-BV seja enviado pelo correio, no modo Sedex, evitando qualquer contato físico entre pesquisadora e você, basta informar a pesquisadora e enviar o seu endereço completo.

Todas as informações obtidas nesta pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e por mim, no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Eu, _____, CPF/RG nº _____,

declaro que entendi os objetivos, os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos-SP-Brasil.

Fone: (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato:

Pesquisador Responsável: Cassiana Saraiva Quintão

Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, Monjolinho, São Carlos-SP, 13565-905.

Celular: (31) 97571-4016

E-mail: cassiana.quintao@estudante.ufscar.br.com

São Carlos, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do/a Participante

Cassiana Saraiva Quintão

Assinatura da Pesquisadora

Cassiana Saraiva Quintão

Apêndice G – Termo de Preservação dos Direitos Autorais – Estudo 3**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA****Termo de Preservação dos Direitos Autorais**

Prezada Sra. _____

Agradecemos a sua disponibilidade e inestimável contribuição como profissional experiente no atendimento de crianças com baixa visão. Sua participação é fundamental para cumprir o objetivo deste estudo, que visa avaliar a aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) por profissionais de diferentes áreas. Contamos com a sua participação e compreensão em relação às especificidades apresentadas a seguir.

O material que você receberá é a fase final de elaboração do Manual para Aplicação do IPO-BV. A publicação será em formato de um livro, que já está em tratativa com uma editora. Uma das condições para a publicação é a de que o manuscrito seja original e não tenha sido divulgado por qualquer meio. Em vista da exigência, este termo foi criado para assegurar as condições de originalidade e não divulgação prévia, nesta fase final da pesquisa. Em nenhuma circunstância este termo implica qualquer desconfiança da lisura profissional das pessoas

envolvidas na fase final deste trabalho. Pelo contrário, visa, exclusivamente, atender a questões legais da publicação do manual.

Este termo, portanto, visa garantir a originalidade de tecnologias, produtos, recursos e/ou instrumentos utilizados em pesquisas e preservar os direitos autorais reservados aos autores da obra, conforme determina a **Lei nº 9.610, Artigo 1º VIII, de 19 de fevereiro de 1998**. Documentos desse tipo são redigidos por pesquisadores por razões procedimentais da pesquisa, quando é necessário encaminhar o material aos participantes para o manuseio ou aplicação, seja para fins de testes ou para execução de estudo-piloto com a população-alvo.

Diante das informações apresentadas sobre a especificidade deste termo, eu _____ portadora do CPF nº _____ estou ciente de que fui convidada pela pesquisadora Cassiana Saraiva Quintão, portadora do CPF nº 092.076.456-88, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), orientada pela Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil, para participar de um estudo-piloto que visa avaliar a aplicabilidade do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV), por profissionais de diferentes áreas. Estou ciente, ainda, de que no presente estudo empregarei a versão preliminar do Manual do Inventário Portage Operacionalizado Adaptado para Crianças com Baixa Visão (IPO-BV) para avaliar o desempenho de um dos meus alunos ou pacientes com baixa visão, com idade de 0 a 6 anos, e de que o instrumento está na fase final de elaboração e ainda não foi publicado pelas autoras.

Ao assinar este termo, eu me comprometo a não divulgar ou reproduzir por qualquer meio (xerocar, copiar, digitalizar etc.) ou emprestar o Manual do IPO-BV, que me foi entregue pessoalmente pela pesquisadora no momento de assinatura deste termo.

Declaro para os fins a que se destina que recebi o Manual do IPO-BV impresso em folhas de tamanho A4, agrupadas com espiral, no formato da versão prévia do livro impresso.

Declaro, ainda, a ciência de que a finalidade de uso do Manual será a de contribuir para a adaptação do Inventário na sua fase final. Ademais, comprometo-me a devolver o Manual para a pesquisadora, ao final da aplicação, garantindo a integridade do instrumento.

São Carlos, _____ de _____ de 2023

Assinatura do/a Participante

Cassiana Saraiva Quintão

Assinatura da Pesquisadora e Autora

Cassiana Saraiva Quintão

MSA

Assinatura da Orientadora e Coautora

Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética da UFSCar



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ADAPTAÇÃO DO INVENTÁRIO PORTAGE OPERACIONALIZADO PARA CRIANÇAS COM BAIXA VISÃO: UM RECURSO DE AVALIAÇÃO NA PANDEMIA

Pesquisador: CASSIANA SARAIVA QUINTAO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39913420.0.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.497.730

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1659687, de 15/12/2020):

RESUMO

Há uma carência de instrumentos de avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão. O objetivo deste trabalho é adaptar o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) para crianças com baixa visão. O IPO destinado às crianças brasileiras, é composto por 580 itens, dividido em seis áreas. Segundo a literatura na área de avaliação psicológica a adaptação de instrumentos consiste em sete etapas: 1ª tradução do instrumento do idioma de origem para o idioma-alvo; 2ª síntese das versões traduzidas; 3ª avaliação da síntese por juízes experts; 4ª avaliação do instrumento pelo público-alvo; 5ª tradução reversa; 6ª estudo piloto e 7ª a avaliação da estrutura fatorial do instrumento. Na adaptação do IPO para crianças com baixa visão, foram realizadas como etapa 1-Análise pela comissão de especialistas; e 2- Avaliação por juízes experts. Para o presente trabalho serão desenvolvidos três estudos: 1- Análise de conteúdo dos itens avaliado pelas juízas experts; 2- Avaliação do instrumento pelo público-alvo composto pelos profissionais e 3- Estudo Piloto de avaliação do desempenho das crianças e dificuldades encontradas pelos profissionais na aplicação do IPO-BV. A pesquisa será de Construção de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

Instrumento de Avaliação os estudos compreenderão a identificação da compreensibilidade das expressões, termos e tarefas que foram adaptados, verificação da preservação de características e finalidade com as adaptações propostas e avaliação do desempenho das crianças com baixa visão pelo instrumento adaptado. O resultado esperado é a versão final do IPO adaptado para crianças com baixa visão.

HIPÓTESE

Há uma carência de instrumentos de avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão. Diante deste cenário acredita-se que a adaptação instrumentos nacionais já existentes para a avaliação do desenvolvimento deste público contribuirá para atuação de diversos profissionais e auxiliará na elaboração de possíveis programas de intervenção voltados especificamente para crianças com baixa visão.

METODOLOGIA

Para o presente trabalho serão desenvolvidos três estudos: 1- Análise de conteúdo dos itens avaliados pelas juízas experts; 2- Avaliação do instrumento pelo público-alvo composto pelos profissionais e 3- Estudo Piloto de avaliação do desempenho das crianças e dificuldades encontradas pelos profissionais na aplicação do IPO-BV. A pesquisa será de Construção de Instrumento de Avaliação os estudos compreenderão a identificação da compreensibilidade das expressões, termos e tarefas que foram adaptados, verificação da preservação de características e finalidade com as adaptações propostas e avaliação do desempenho das crianças com baixa visão pelo instrumento adaptado. O resultado esperado é a versão final do IPO adaptado para crianças com baixa visão.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Não são apresentados

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Não são apresentados

AMOSTRA

13 adultos

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA
 UF: SP Município: SÃO CARLOS CEP: 13.565-905
 Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

PERÍODO

10/02/2021 a 29/07/2022

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo deste trabalho é adaptar o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) para crianças com baixa visão.

Objetivo Secundário:

Verificar a manutenção das características e finalidades do instrumento após a introdução de modificações para aplicação em crianças com baixa visão. Identificar a compreensibilidade pelos profissionais, das expressões, termos e tarefas dos itens do IPO-BV que foram adaptados. Avaliar o desempenho das crianças com baixa visão durante a aplicação do IPO-BV e as dificuldades encontradas pelos profissionais na aplicação dos itens adaptados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Considerando que o estudo será realizado atendendo as normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, obedecendo as normas de biossegurança e guardando o sigilo ético, os riscos contidos no presente estudo são de baixa gravidade. A participação nesta pesquisa não porá em risco a saúde física ou a integridade pessoal; tampouco, os participantes serão colocados em situações constrangedoras ou de desconforto psicológico, uma vez que terão a total liberdade de se recusar a participar da pesquisa, sem que sofram qualquer tipo de constrangimento ou qualquer tipo de perda em algum aspecto de sua vida familiar ou escolar. Considerando o uso de técnicas amplamente difundidas na obtenção de dados nas pesquisas com seres humanos, será empregado na coleta de dados do presente trabalho o registro por meio de áudio ou vídeo gravação. O registro gravado é uma ferramenta fundamental em pesquisas que empregam as técnicas e procedimentos a distância, haverá alternativas que poderão ser escolhidas pelos participantes no caso de algum desconforto ou constrangimento, desde que se observa que pessoas não queiram participar. Estas pessoas poderão selecionar entre a vídeo gravação e a áudio gravação, escolher uma terceira alternativa que seria a de fazer as vídeo gravações sem focalizar seus rostos ou ligar a câmera. Com as alternativas oferecidas seriam minimizados os riscos de constrangimento e desconforto com o compromisso expresso de, sempre, lhes assegurar o sigilo e a privacidade. Como recurso final, os participantes poderão tomar a decisão de não participar da pesquisa sem qualquer prejuízo para eles. Os riscos de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

desconforto, no transcorrer das entrevistas, poderão ainda ser minimizados com diferentes estratégias. Nas ocasiões em que houver manifestação oral ou sinais físicos de cansaço, de desconforto e/ou de inibição frente a pesquisadora a pessoa poderá escolher outro momento ou a pesquisadora poderá dar novas orientações de forma diferente. Se os mesmos sinais forem recorrentes e reaparecerem, a pesquisadora oferecerá a possibilidade de interromper a pesquisa, reiterando que o participante não terá qualquer prejuízo ao desistir de sua participação. Nos casos de aparecimento de problemas de saúde como gripes, febre, entre outros, a pesquisa será interrompida e a coleta de informações será retomada pela solicitação expressa dos participantes. A depender da duração e/ou gravidade de um possível problema de saúde, a participação na pesquisa será encerrada, sempre com a garantia de que não haverá qualquer prejuízo para o participante.

Benefícios:

Os possíveis benefícios imediatos deste estudo será a oportunidade que você terá de refletir sobre o desenvolvimento de crianças com baixa visão e a possibilidade de conhecer um instrumento de avaliação do desenvolvimento. Sua identidade e imagem serão preservadas, ou seja, em momento algum você será identificado/a.

Os benefícios esperados com esse estudo constituem uma importante contribuição ao conhecimento das condições do processo de adaptação e construção de instrumentos Psicológicos. Espera-se que o estudo desperte o interesse da academia para o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos do desenvolvimento de instrumentos adaptados para crianças com baixa visão, possibilite, a aos profissionais a utilização de um instrumento capaz de auxiliar na avaliação de repertório e intervenção com crianças com BV e promover maior visibilidade a esse público dentro da área da Avaliação psicológica no Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Na segunda versão, os seguintes documentos são apresentados e devidamente assinados (quando é o caso):

Folha de rosto

Projeto completo

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

Três termos de consentimento livre e esclarecido, um para cada fase do projeto

Carta Resposta à pendências

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram apresentadas no documento PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4414460.pdf, de 23/11/2020. As respostas às pendências foram apresentadas nos documentos: TCLE_2.docx, TCLE_3.docx, TCLE_4.docx, carta_resposta_v1.docx e PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1659687.pdf, todos de 15/12/2020.

PENDÊNCIA 1. Conforme Res 510/2016, Art. 17, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo os seguintes itens faltantes:

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

RESPOSTA: Os seguintes trechos foram incluídos nos termos: Além de receber uma cópia, por e-mail, deste termo, você poderá ter acesso a ele durante toda a pesquisa, mediante solicitação. Ao final da pesquisa, será combinada uma devolutiva dos resultados obtidos neste estudo, referente a sua participação e de forma geral, garantindo o seu anonimato e sigilo sobre as informações obtidas. Destacamos que você não terá gastos financeiros com a pesquisa. Do mesmo modo, não haverá nenhum tipo de remuneração ou compensação em dinheiro pela sua participação. Além disso, você precisa estar ciente de que qualquer dano comprovadamente decorrente da participação nesta pesquisa será devidamente ressarcido. Nós asseguramos a você que daremos os esclarecimentos que você pedir ao longo da pesquisa, para responder as suas dúvidas.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 2. Atualizar as seguintes informações: o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar funciona na Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (e

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

não na pró-reitoria de Pós- Graduação). Telefone: (16) 3351-9685.

RESPOSTA: O seguinte trecho foi atualizado nos termos: A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

O parecer do relator foi apreciado por uma câmara técnica virtual do CEP, atendendo às recomendações da Conep para análises de protocolos de pesquisa relativos à Covid-19.

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1659687.pdf	15/12/2020 15:36:17		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_4.docx	15/12/2020 15:33:30	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.497.730

Justificativa de Ausência	TCLE_4.docx	15/12/2020 15:33:30	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_3.docx	15/12/2020 15:33:18	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.docx	15/12/2020 15:33:06	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	carta_resposta_v1.docx	15/12/2020 15:31:54	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO_ASSINADA.pdf	06/11/2020 14:42:40	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CASSIANA.docx	05/11/2020 21:33:20	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito
Cronograma	CronogramaOK.pdf	05/11/2020 21:22:31	CASSIANA SARAIVA QUINTAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 13 de Janeiro de 2021

Assinado por:
ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685
CEP: 13.565-905
E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo 2 – Autorização das Autoras do Inventário Portage Operacionalizado (IPO)



São Carlos, 21 de março de 2018

Prezadas Professoras,

Lucia Willians e Ana Lucia Aiello,

Desde 1995 venho trabalhando com o Inventário Portage Operacionalizado com um alto grau de satisfação pela funcionalidade do inventário para as finalidades a que se presta.

No meu trabalho de supervisão de estágio, o inventário foi empregado sobretudo para a caracterização do repertório de crianças com risco para o desenvolvimento frequentadoras de creches filantrópicas. A partir de 2002, passei a adotar o inventário também para caracterizar o repertório de participantes nas pesquisas que tinham por tema a aquisição e o desenvolvimento de repertório verbal de crianças pequenas. Nestes contextos, tive a oportunidade de começar uma linha de pesquisa com participantes crianças com deficiência visual.

Na linha de pesquisa, Maria Luiza França-Freitas fez uma primeira adaptação, rudimentar, de itens do Inventário Portage Operacionalizado, visando caracterizar o repertório de crianças com deficiência visual. Ela trabalhou com os itens das faixas etárias de 3-4, 4-5 e 5-6 anos. Posteriormente, Alessandra Canosa, retomou a adaptação feita por Maria Luiza e aprimorou alguns itens (mesmas faixas etárias) que, entretanto, não melhoraram a qualidade da adaptação. Na continuidade do trabalho com crianças cegas e com baixa visão, verifiquei que não contávamos com instrumentos que permitisse caracterizar o repertório desta população, fosse no âmbito da pesquisa, fosse com vistas à formulação e implementação de programas de intervenção. O trabalho com estas crianças, aliado à familiaridade com o inventário e ao fato de ter orientandas interessadas na adaptação do Inventário criaram o contexto para esta solicitação: Investir na adaptação do Inventário Portage Operacionalizado para crianças cegas e com baixa visão.

É com esta finalidade que solicito a autorização das colegas para utilizar o instrumento. Se as colegas considerarem oportuno, seria econômico trabalhar com a versão atualizado do inventário.

Gostaria, ainda, de explicitar que seria de inestimável contribuição contar com a participação constante da Profa. Ana Lucia Aiello na realização deste trabalho.

Desde já, agradecendo a confiança, subscrevo-me:

De acordo
Stella
07/12/2018

De acordo
Lucia
11-12, 2018

e-mail: dpsi.stellagil@gmail.com
fone: 55 16 33519591

Maria Stella C. de Alcantara Gil
Departamento de Psicologia
Laboratório de Interação Social